

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA**

**A CRIAÇÃO DE UM HERÓI NEGRO SERGIPANO: A IMPORTÂNCIA DA
REPRESENTATIVIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR**

ANA CARLA DE JESUS

SÃO CRISTOVÃO - SE

2025

ANA CARLA DE JESUS

**A CRIAÇÃO DE UM HERÓI NEGRO SERGIPANO: A IMPORTÂNCIA DA
REPRESENTATIVIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR**

Dissertação apresentada, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ensino de História, ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Sergipe (ProfHistória).

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Mariana Bracks Fonseca.

SÃO CRISTOVÃO - SE

2025

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Jesus, Ana Carla

J58c A criação de um herói negro sergipano: a importância da representatividade no ambiente escolar / Ana Carla Jesus; orientadora, Mariana Bracks Fonseca. – São Cristóvão, SE, 2025.

92 f. : il.

Dissertação (Mestrado em História Profissional)
Universidade Federal de Sergipe, 2025.

1. História - Estudo e ensino. 2. Memória. 3. Identidade social. 4. Heróis. I. Mulungu, João, – 1845. II. Fonseca, Mariana Bracks, orient. II. Título.

CDU 94:37

ANA CARLA DE JESUS

**A CRIAÇÃO DE UM HERÓI NEGRO SERGIPANO: A IMPORTÂNCIA DA
REPRESENTATIVIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR**

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do título de Mestre em Ensino de
História, ao Programa de Pós-Graduação de
Mestrado Profissional em Ensino de História da
Universidade Federal de Sergipe (ProfHistória).

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mariana Bracks Fonseca.

_____, ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Mariana Bracks Fonseca

Universidade Federal de Sergipe - UFS

Presidente - Orientadora

Prof^a Dra. Janaína Cardoso de Mello

Universidade Federal de Sergipe - UFS

(Membro Interno – ProfHistória)

Prof^o Dr. Petrônio José Domingues

Universidade Federal de Sergipe - UFS

(Membro Externo – ProHis)

Severo D’Acelino dos Santos, Dr. Hc

Universidade Federal de Sergipe -UFS

(Convidado)

“A educação antirracista reconhece o ambiente escolar como um espaço privilegiado para a realização de um trabalho que possibilite o conhecimento respeitoso das diferenças raciais, bem como dos indivíduos pertencentes a grupos discriminados.

É condição para a realização de uma educação antirracista o conhecimento da diversidade presente nas escolas, somado ao compromisso por parte dos educadores.”

(Eliane Cavalleiro, 2024, p.120)

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte inesgotável de força, sabedoria e esperança, pelo amparo em todos os momentos desta jornada. Sem Sua luz, este sonho não teria se concretizado.

À minha mãe, Marlene, e à minha madrinha, Fátima, pelo amor incondicional, pelo incentivo e por acreditarem em mim, mesmo quando as dificuldades pareciam insuperáveis. A vocês, minha eterna gratidão.

Aos meus irmãos, Fabiano, Luciano, Thaís, Tatiana e Aline, e aos meus sobrinhos, Arthur, Theodoro e Anna Luísa, pelo carinho, apoio e palavras de motivação ao longo do caminho. A família é o nosso primeiro alicerce, e sou imensamente grato por tê-los ao meu lado.

Aos meus alunos, verdadeiras inspirações diárias, e às escolas públicas e privada onde leciono, que me proporcionaram um ambiente de constante aprendizado e crescimento. Ensinar é aprender continuamente, e cada um de vocês marcou essa jornada.

Ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) e aos colegas da turma de 2023, que tornaram essa trajetória mais enriquecedora e desafiadora. Em especial, minha gratidão à Cleide - colega de turma e de trabalho - pelo companheirismo, apoio e partilha ao longo desta caminhada.

À minha orientadora, Prof.^a Dra. Mariana Bracks, pelo compromisso, paciência e dedicação em me guiar com sabedoria. Sua orientação generosa deu forma e consistência a este trabalho.

Ao Prof. Dr. Petrônio Domingues, cujo conhecimento e incentivo foram imprescindíveis para o desenvolvimento desta pesquisa.

A Severo D'Acelino, por todo o apoio, pela disponibilidade em compartilhar fontes de pesquisa e por sua generosidade ao longo deste percurso.

Expresso minha mais sincera gratidão a todos que, de alguma forma, contribuíram para a concretização desta conquista.

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa traça um estudo sobre a memória em torno do personagem João Mulungu, alimentada por alguns militantes do movimento negro. O problema central que este estudo aborda é: como a construção da figura de João Mulungu enquanto um herói negro pode influenciar a formação de identidades étnicas e sociais no ambiente escolar? O objetivo é identificar se a criação de um símbolo local de resistência pode se tornar um elemento agregador na construção e/ou declarações de identidades dentro desse espaço, uma vez que, de acordo com Pollak (1989), a memória tem o poder de definir e fortalecer os sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades. Para tanto, recorre-se inicialmente às documentações do século XIX para apresentar o personagem João Mulungu. Em seguida, é feita a análise de como “o mais forte elemento de resistência” da província de Sergipe passou a ser celebrado como herói negro, utilizando, para tal fim, entrevistas de história oral, documentos do Conselho Estadual de Cultura de Sergipe, Assembleia Legislativa do Estado e Câmaras Municipais de Laranjeiras e Aracaju. Na seção seguinte, são apresentados os lugares de memória que Mulungu passou a ocupar: músicas, literatura, movimentos sociais, manifestações culturais e espaço público. Na seção final, é analisada a importância do Projeto Cultural de Educação “João Mulungu Vai às Escolas”. É importante ressaltar a relevância desta pesquisa, pois visa contribuir para uma reflexão no ambiente escolar sobre o protagonismo negro e uma educação antirracista. Ao promover representatividade, inspirar resiliência, fomentar o respeito à diversidade e desafiar estereótipos, esse herói se torna um concreto específico para a construção de uma identidade escolar mais inclusiva e enriquecedora. A partir disso, os estudantes têm a oportunidade de compartilhar perspectivas, entender diferentes realidades e construir pontes entre suas experiências individuais. Por fim, este estudo será convertido em uma cartilha educacional direcionada a professores dos anos finais do ensino fundamental.

Palavras-chave: João Mulungu; memória; identidade; herói; ensino de História.

ABSTRACT

This research study examines the memory surrounding the character João Mulungu, nurtured by some activists of the Black movement. The central question addressed in this study is: how can the construction of João Mulungu as a Black hero influence the formation of ethnic and social identities in the school environment? The objective is to identify whether the creation of a local symbol of resistance can become an integrating element in the construction and/or affirmation of identities within this space, since, according to Pollak (1989), memory has the power to define and strengthen feelings of belonging and social boundaries among communities. To this end, we initially use documentation from the 19th century to present the character João Mulungu. Next, I analyze how "the strongest element of resistance" in the province of Sergipe came to be celebrated as a Black hero, using oral history interviews, documents from the State Council of Culture of Sergipe, the Legislative Assembly of the State, and the Municipal Chambers of Laranjeiras and Aracaju. In the following section, the places of memory that Mulungu came to occupy are presented: music, literature, social movements, cultural manifestations, and public spaces. In the final section, the importance of the Cultural Education Project "João Mulungu Vai das Escolas" is analyzed. It is important to highlight the relevance of this research, as it seeks to contribute to school discussions on Black protagonism and anti-racist education. By promoting representation, inspiring resilience, fostering respect for diversity, and challenging stereotypes, this hero becomes a tangible symbol for constructing a more inclusive and enriching school identity. As a result, students have the opportunity to share perspectives, understand different realities, and build bridges between their individual experiences. Finally, this study will be transformed into an educational booklet aimed at teachers of the final years of elementary education.

Keywords: João Mulungu; memory; identity; hero; History teaching.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

FIGURAS

Figura 1 - Capa da HQ62

Figura 2 – Símbolo da Ocupação João Mulungu69

TABELA

Tabela 1 - Locais indicados como esconderijo do quilombola João Mulungu entre os anos de 1871-187524

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APES -	Arquivo Público do Estado de Sergipe
BNCC -	Base Nacional Comum Curricular
CCAS -	Casa de Cultura Afro-Sergipana
CEC -	Conselho Estadual de Cultura
GRFACACA -	Grupo Regional de Folclore e Arte Cênica Amadorista Castro Alves
HQ -	História em Quadrinho
LDB -	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MBL -	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas
PCN -	Parâmetro Curricular Nacional

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. JOÃO MULUNGU, “O MAIS FORTE ELEMENTO DE RESISTÊNCIA” DA PROVÍNCIA DE SERGIPE	17
2.1 - O início da trajetória de vida de João Mulungu.....	19
2.2 - Em busca da liberdade	22
2.3 - A caçada contra Mulungu: o aparato militar entra em cena.....	27
2.4 - O herói assume o palco	31
3. A CRIAÇÃO DE UM HERÓI NEGRO SERGIPANO: EMBATES E SIMBOLISMOS EM TORNO DA FIGURA DE JOÃO MULUNGU	35
3.1 - Movimento negro sergipano: um breve panorama.....	36
3.2 - Identidade em movimento: o poder da representatividade	38
3.3 - Entre Memória e História: construindo identidades.....	41
3.4 - Baluarte da memória coletiva: a importância da oralidade.....	43
3.5 - João Mulungu: a criação do herói	45
4. O LEGADO DE JOÃO MULUNGU: MEMÓRIAS QUE PERSISTEM	53
4.1 - O espaço público como símbolo de resistência: “Largo João Mulungu”	54
4.2 - A melodia da resistência: “Conclamemos João Mulungu”.....	56
4.3 - Narrativa visual: João Mulungu em quadrinhos	61
4.4 - João Mulungu: um olhar literário	64
4.5 - Ocupação João Mulungu: Resistência e Esperança	67
4.6 - O herói negro sergipano segue ocupando espaços	70
5. PROJETO CULTURAL DE EDUCAÇÃO “JOÃO MULUNGU VAI ÀS ESCOLAS”	71
5.1 - Do confronto à conquista: em busca de uma educação antirracista.....	73
5.2 - João Mulungu vai às escolas: construção e fortalecimento de identidades.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	83
APÊNDICE A – A CRIAÇÃO DE UM HERÓI NEGRO SERGIPANO	92

1. INTRODUÇÃO

Desde muito cedo, a educação esteve presente em minha vida. Filha de uma pedagoga, cresci entre livros e salas de aula, acompanhando minha mãe e admirando seu compromisso com o ensino. Foi ali que nasceu minha certeza: queria ser professora. No decorrer da minha trajetória escolar, na 5ª série, descobri minha paixão pela História; eu ficava fascinada quando a professora Célia começava a narrar os fatos históricos.

Devido à carga horária intensa de trabalho da minha mãe, fui criada por minha madrinha, uma mulher preta que sempre compartilhou suas experiências com o racismo, e eu compreendi desde cedo as desigualdades que ainda marcam nosso país. Na graduação, essa consciência se consolidou em meu interesse pela resistência negra, o que me levou a pesquisar sobre João Mulungu, figura histórica que se tornou o centro da minha monografia.

Já formada em História, sendo professora da Rede Estadual de Ensino, vi a importância da representatividade dentro da sala de aula e como a ausência dela impacta a autoestima dos alunos negros. Um episódio em particular me marcou profundamente: uma aluna negra, radiante ao usar seu cabelo solto pela primeira vez, foi alvo de um comentário racista que a fez voltar a prendê-lo pelo restante do ano letivo. O colega gritou: “Tia, mande essa menina sair daí da frente, não consigo enxergar o quadro, o cabelo dela tá atrapalhando”. Naquele momento, acreditei estar agindo corretamente ao punir o agressor (ele levou suspensão), contudo hoje me questiono: o que fiz pela aluna? O que mais poderia ter sido feito para garantir que ela se sentisse pertencente e valorizada?

Esses questionamentos me acompanharam e reforçaram minha vontade de continuar estudando. Então, em 2013, ingressei no mestrado acadêmico de História, tendo novamente João Mulungu como objeto de pesquisa, entretanto precisei interromper meus estudos por motivos de saúde. Foram dez anos até eu me sentir pronta para retomar esse sonho, e foi assim que cheguei ao Mestrado Profissional em Ensino de História, determinada a transformar minha pesquisa em uma ferramenta pedagógica.

Meu objetivo agora é investigar de que forma a figura de João Mulungu pode contribuir para fortalecer o sentimento de pertencimento dos alunos negros, por meio da representatividade. Inicialmente, pensei em desenvolver um jogo, mas optei por criar uma cartilha voltada aos professores, oferecendo suporte para que possam trabalhar essa temática em sala de aula.

Dessa forma, ao refletir sobre a importância da representatividade no ensino de História e seu impacto na construção do sentimento de pertencimento, torna-se essencial compreender como a disciplina se estruturou ao longo do tempo.

A trajetória do ensino de História foi marcada por uma longa caminhada e continua sendo um tema de debate na atualidade. Enquanto disciplina escolar, o percurso da História é marcado por diferentes nuances, representando, inclusive, uma forma de disputar e/ou garantir o poder. No Brasil, isso é perceptível quando analisamos os conteúdos abordados na disciplina.

Os conteúdos de História são selecionados com base no que deve ser lembrado e considerado relevante. Mas relevantes para quem? Como aponta Elza Nadai (1993), no final do século XIX, priorizava-se o estudo das biografias de brasileiros célebres, refletindo uma seleção guiada pelas ideias de nação, cidadania e pátria.

Os grandes vultos da História ganharam destaque nos materiais de ensino, enquanto vários agentes da História são relegados ao silêncio ou a um papel subalterno, como é o caso dos negros, que durante um bom tempo apareceram apenas como escravizados, sem memória, história, ou qualquer relevância sociocultural.

Com o advento da República Brasileira, os heróis nacionais passaram a ser fabricados. Temos, então, uma seleção de personagens a serem cultuados dentro e fora dos muros da escola (Nadai, 1993). Certamente, dentro desse grupo seletivo, não encontraremos, por exemplo, indivíduos que foram escravizados e lutaram, tornando-se protagonistas de suas próprias histórias. Na História considerada oficial e, portanto, trabalhada nos currículos, o protagonismo cabia ao Estado e à elite.

As primeiras iniciativas concretas de inovação no ensino ocorreram com a criação dos primeiros cursos universitários voltados à formação de professores, em 1934 (Nadai, 1993, p. 153). Todavia, é necessário questionar em que medida a produção acadêmica se reflete no saber escolar. Após vinte anos lecionando na educação básica, posso afirmar que o âmbito escolar não se restringe a uma mera transposição do conhecimento, simplificada pela lógica academia-escola. Nesse sentido, concordo com Chervel (1990): a escola é um espaço de produção do conhecimento.

Não pretendo minimizar o papel da academia, mas enfatizar que, para além do saber acadêmico, é fundamental estarmos atentos às demandas, inquietações e conhecimentos que emergem no espaço escolar. Afinal, a historicidade dos próprios alunos precisa ser resgatada, pois todos somos agentes da História.

Diante disso, muito se tem discutido sobre o protagonismo do aluno no processo de ensino-aprendizagem, e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um exemplo dessa valorização. O documento reconhece o protagonismo estudantil como um dos elementos centrais na formação dos discentes (Brasil, 2018). No entanto, não podemos ignorar a importância do professor nesse processo. Será que temos respondido de maneira satisfatória às inquietações do nosso alunado? Somos responsáveis por tornar a disciplina de História significativa para eles? E o que seria, afinal, uma História significativa? São muitos os questionamentos, e as respostas variam conforme o olhar de cada docente.

Villalta (1993) nos convida a refletir sobre a diferença entre o professor ideal e o professor real. Creio que muitos de nós já almejamos ser o "professor ideal" (arrisco dizer que vários ainda almejam): aquele que conduz seus alunos à construção do conhecimento histórico, atende às demandas e inquietações da turma, desperta o interesse pela disciplina e incentiva a participação ativa em sala de aula. Afinal, ele consegue demonstrar que a História faz sentido na vida dos estudantes.

No entanto, o professor ideal é uma miragem. A realidade da sala de aula é outra. Nela, encontramos o "professor real", que, segundo Villalta (1993, p. 226-227), enfrenta precariedades teóricas e didáticas, reflexo de uma formação universitária que não estabelece uma conexão efetiva entre teoria e prática.

Não sou a professora ideal — um dia já quis ser —, mas busco trabalhar os conteúdos de História de forma conectada à realidade dos meus alunos. Sei que nem sempre isso será possível, pois o ambiente escolar é marcado pela diversidade de interesses. Sou uma professora real, que procura adaptar sua prática docente, seja introduzindo conteúdos que não constam no currículo oficial, seja fazendo ressalvas ao material didático.

Não se enganem: essa não é uma tarefa fácil. Pelo contrário, trata-se de um trabalho árduo, que exige constantes reavaliações e mudanças de rota. A escolha de um conteúdo e a forma de abordá-lo não são decisões simples. Sem dúvida, seguir o livro didático é mais cômodo, especialmente quando consideramos a extensa carga horária dos professores que lecionam nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Com o objetivo de conectar o conteúdo à realidade dos alunos dos anos finais do ensino fundamental — e atender a uma necessidade recorrente no meu contexto de trabalho, no qual muitos estudantes enfrentam o racismo e sofrem com a ausência de um sentimento de pertencimento e identidade racial —, busco investigar a memória construída em torno da figura

de João Mulungu, um personagem historicamente resgatado por militantes do movimento negro. Muitos desses alunos convivem diariamente com preconceitos e estereótipos que afetam sua autoestima, o que torna essa abordagem ainda mais relevante.

O problema central deste estudo é: de que maneira a construção da figura de João Mulungu como herói negro pode influenciar a formação de identidades étnicas e sociais no ambiente escolar? O objetivo é identificar se a criação de um símbolo local de resistência pode atuar como um elemento agregador na construção e/ou afirmação de identidades nesse espaço. Afinal, conforme destaca Pollak (1989), a memória busca definir e reforçar sentimentos de pertencimento e estabelecer fronteiras sociais entre coletividades. Suas funções essenciais são manter a coesão interna e preservar aquilo que um grupo tem em comum.

No que diz respeito à construção de uma identidade étnica, basearei minha discussão na abordagem de Paul Gilroy (2001) sobre identidade. Para ele, a formação identitária assume um caráter antiessencialista, estabelecendo-se por meio de um processo histórico e político. Gilroy contrapõe-se à ideia de pureza racial, amplamente difundida tanto dentro quanto fora da política negra. Segundo ele, as identidades estão sempre inacabadas, em constante transformação.

Nesse sentido, Stuart Hall (2006) também enfatiza a questão identitária, defendendo seu caráter transitório, mutável e contraditório, resultado das relações sociais entre os sujeitos. Assim, ele se opõe à concepção de identidade como algo fixo e imutável, uma essência ou substância inerente ao sujeito.

Para Munanga,

“No processo de construção da identidade coletiva negra, é preciso resgatar sua história e autenticidade, desconstruindo a memória de uma história negativa que se encontra na historiografia colonial, ainda presente em ‘nosso’ imaginário coletivo, e reconstruindo uma verdadeira história positiva, capaz de resgatar sua plena humanidade e autoestima” (Munanga, 2012, p.10).

A reflexão de Munanga destaca a importância de reescrever narrativas que historicamente marginalizaram a população negra. Esse resgate não ocorre de forma isolada, mas está diretamente ligado às lutas e reivindicações por reconhecimento e justiça social. Nesse contexto, o Movimento Negro desempenha um papel fundamental na construção de uma memória coletiva que fortalece a identidade negra e combate as marcas deixadas pelo passado colonial.

Ao fazer referência ao Movimento Negro, recorro a Regina Pahim Pinto, que o define como a luta dos negros na busca por soluções para os problemas enfrentados na sociedade

abrangente, especialmente aqueles decorrentes do preconceito e da discriminação racial. Esses fatores os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, bem como nos âmbitos político, social e cultural (Pinto, 1993).

Segundo alguns estudiosos, o Movimento Negro em Sergipe surgiu em 1968, fundado por Severo D’Acelino.¹ Para ele, João Mulungu representa o símbolo de resistência do negro no estado. Como militante à frente da Casa de Cultura Afro-Sergipana (antigo Grupo Regional Amadorista e Arte Cênica Castro Alves), D’Acelino promoveu ações de resgate e valorização da figura de Mulungu, além de liderar a luta pelo seu reconhecimento como herói negro sergipano.

O presente trabalho está dividido em quatro seções, nas quais utilizei o método qualitativo de pesquisa para a construção de uma narrativa histórica. Na primeira seção, apresento João Mulungu e emprego, como metodologia, uma análise crítica comparativa dos documentos, com foco nas fontes primárias do século XIX, emitidas pela Secretaria de Segurança Pública da Província de Sergipe e disponíveis no Arquivo Público do Estado. Esses documentos, embora estejam em um estado de conservação razoável, possibilitaram a transcrição após horas de trabalho minucioso. A escolha dessas fontes se justifica por sua relevância na compreensão das dinâmicas de repressão e resistência enfrentadas pelos quilombolas. A análise documental permite conhecer as circunstâncias que moldaram a trajetória desses indivíduos, além de proporcionar uma visão crítica essencial para a construção de uma narrativa que dialoga com as questões raciais abordadas ao longo do trabalho.

Na segunda seção, analiso como João Mulungu passou a ser celebrado como herói negro, utilizando, para esse fim, entrevistas de história oral, jornais, documentos do Conselho Estadual de Cultura de Sergipe, da Assembleia Legislativa do Estado e das Câmaras Municipais de Laranjeiras e Aracaju. A história oral “é um método de pesquisa que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo” (Alberti, 2004, p.18). As entrevistas foram conduzidas com Severo D’Acelino ao longo do segundo semestre de 2024.

¹ Dentre os estudiosos que afirmam o ano de 1968 como sendo a data em que surgiu o movimento negro em Sergipe, conferir: BISPO, Samai Silva. *A Saci e seu trabalho em comunidades*. 2001. 70p. Monografia (graduação em serviço social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2001. BRITO, Diógenes Duarte de. *Casa de Cultura afro-sergipana: uma contribuição ao movimento negro em Sergipe (1968-1998)*. 2000. 76p. Monografia (graduação em história) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2000. SANTOS, Lucilene Marques Pereira da Silva.; SANTOS, Rosineide Amarante dos Santos. *Severo D’Acelino: Contribuição e luta em prol do movimento negro sergipano*. 2007. Monografia (graduação em história) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2007.

Ao registrar e analisar depoimentos orais, é possível acessar um vasto campo de conhecimento que revela as nuances do cotidiano, as estratégias de resistência, as formas de solidariedade e os processos de construção de identidade. Essa metodologia se mostra uma aliada fundamental ao dar espaço para que vozes historicamente marginalizadas ou silenciadas sejam finalmente ouvidas e valorizadas.

Na terceira seção, exploro os lugares de memória nos quais João Mulungu passou a ser representado. Segundo o historiador Pierre Nora (1993), os lugares de memória são fundamentais para a preservação e a continuidade da memória coletiva de uma sociedade. O herói negro sergipano tornou-se referência em músicas, literatura, movimentos sociais, manifestações culturais e no espaço público. Nesta parte do estudo, realizo uma análise crítica das letras de canções que celebram João Mulungu, além de examinar histórias em quadrinhos, contos e poemas de autoria de Severo D’Acelino. Também investigo o uso de Mulungu como símbolo de resistência por famílias em situação de rua e a mudança do nome de um logradouro, que passou a se chamar Largo João Mulungu.

Na seção final, analiso a importância do Projeto Cultural de Educação “João Mulungu Vai às Escolas”, implantado em 1999 por iniciativa da Casa de Cultura Afro-Sergipana (CCAS) em parceria com a Secretaria de Estado da Educação. A análise foi realizada a partir dos cadernos pedagógicos e dos relatórios do curso, que integram o acervo documental da CCAS. Esse projeto teve como objetivos difundir a importância do negro na sociedade sergipana, fortalecer a autoestima e a construção da identidade cultural dos alunos, discutir o racismo nas escolas, promover debates sobre a resistência negra em Sergipe e incentivar reflexões sobre as políticas de ações afirmativas e compensatórias.

Por fim, este estudo será convertido em uma cartilha educacional destinada a professores dos anos finais do ensino fundamental. Acredito que esse material será um recurso pedagógico relevante para a promoção de uma educação antirracista, além de contribuir para a efetivação da Lei nº 10.639/2003, que determina a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana em todas as instituições de ensino fundamental e médio, públicas e privadas do Brasil.

2. JOÃO MULUNGU, “O MAIS FORTE ELEMENTO DE RESISTÊNCIA” DA PROVÍNCIA DE SERGIPE

Ao longo de aproximadamente quatro séculos, indivíduos de ascendência africana enfrentaram a cruel instituição da escravização no Brasil. Esse sistema de trabalho forçado resultou em uma realidade social marcada por intensa violência, uma vez que a mão de obra compulsória dos africanos e de seus descendentes representava a espinha dorsal da força laboral da época.

Tal fato trouxe implicações severas, embora alguns africanistas “tendam a relativizar as terríveis consequências do mais trágico momento da história da África e da humanidade, apagando-as – seja mediante a omissão ou a simples negação” (Moore, 2012, p. 185).

Ao minimizar as consequências da escravização, corre-se o risco de diluir o impacto desse capítulo da história. A omissão seletiva ou a negação podem criar uma versão distorcida da realidade, que não apenas perpetua a invisibilidade do sofrimento, mas também contribui para uma compreensão inadequada dos legados contemporâneos desse período.

É inegável que, mesmo após a abolição da escravatura, a realidade social dos negros permaneceu permeada por dificuldades, pois a emancipação dos escravizados, em 1888, não foi acompanhada de medidas que lhes garantissem acesso à cidadania. Segundo Petrônio Domingues (2007), para reverter esse quadro de marginalização, logo após a Proclamação da República, os ex-escravizados e seus descendentes instituíram movimentos de mobilização racial negra, criando inicialmente grêmios, clubes e associações em alguns estados do país.

A educação tornou-se “uma maneira de o negro ganhar respeitabilidade e reconhecimento, de habilitá-lo para a vida profissional, de permitir-lhe conhecer melhor os seus problemas e, até mesmo, de combater o preconceito” (Domingues, 2008, p. 518).

Importante contribuição foi dada pela imprensa negra, que, nos primeiros anos do século XX, produziu “saberes emancipatórios” no que concerne à vida da população negra. “Os jornais tinham um papel educativo, informavam e politizavam a população negra sobre seus próprios destinos rumo à construção de sua integração na sociedade” (Gomes, 2017, p. 29). Desde o início do século XX, as organizações negras já reivindicavam também a inclusão dos negros na escola pública (Gomes, 2017, p. 31).

Sendo assim, é perceptível que a educação se tornou uma das principais bandeiras de luta do Movimento Negro e uma ferramenta essencial contra a opressão racial. Um marco

fundamental na valorização e no reconhecimento das contribuições da população negra no Brasil foi a criação da Lei 10.639/2003, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas públicas e privadas do país². Essa legislação não surgiu de forma espontânea, mas resultou de uma longa trajetória de mobilização e resistência do movimento negro brasileiro, como bem afirma Nilma Gomes (2017).

Carlos Moore constatou, em 2010, que a Lei 10.639/2003 ainda se encontrava “parcial, titubeante e ainda não consolidada” (Moore, 2010, p. 120). Passados mais de 20 anos desde sua promulgação, a implementação efetiva e abrangente dessa lei ainda se faz necessária. Tal fato nos leva a indagar o que pode ser feito para que ela se torne uma realidade no espaço escolar, contribuindo para fomentar nos alunos a construção e/ou consolidação de uma identidade racial. Para tanto, é imprescindível que essa implementação vá além da reformulação do currículo e do livro didático, alcançando aquilo que Schmidt (2012) define como a parte invisível do ensino, representada pelas práticas dos professores e alunos nas aulas de História.

É justamente nessa dimensão “invisível” do ensino que há maior liberdade de atuação, permitindo uma aproximação mais efetiva com a realidade do educando. Em consonância com Paulo Freire (1996), o processo educacional deve partir do contexto do estudante, promovendo uma aprendizagem significativa e transformadora.

Visando, portanto, interligar o conteúdo à realidade dos educandos, bem como atender a uma demanda recorrente em meu ambiente de trabalho no que diz respeito à questão racial, buscarei levar ao conhecimento dos discentes o processo de heroificação do personagem João Mulungu.

Como ressalta Carvalho (2017),

é por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro (p.11).

Diante disso, surge a questão: será que tal personagem pode contribuir para a construção de uma identidade étnica e para uma reflexão mais aprofundada, no ambiente escolar, sobre o papel do negro como sujeito de sua própria história? Acredito que a resposta seja positiva.

² No ano de 2003 a Lei nº 10.639/2003 foi sancionada, alterando assim a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que passou a constar com o seguinte artigo: Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

Passemos, então, a conhecer a trajetória de vida do escravizado, quilombola, rebelde e herói: João Mulungu.

2.1. O início da trajetória de vida de João Mulungu

O crioulo João, filho da escravizada Maria, nasceu no engenho Piedade, situado em Itabaiana, provavelmente entre a segunda metade da década de 1840 e o início da década de 1850 (Auto de Perguntas, SP¹, pacotilha 397, APES, 1876).

Segundo Passos Subrinho (2000), na década de 1850, o então município de Itabaiana abrangia uma vasta área do agreste-sertão. No entanto, possuía um número reduzido de engenhos de açúcar, cerca de 29. A economia local era predominantemente voltada para atividades agrícolas de subsistência, pecuária e cultivo de algodão, além de ser uma região marcada pela exportação de escravizados (Subrinho, 2000, p. 117).

João foi um dos inúmeros escravizados exportados daquela região. Ainda muito jovem, foi vendido a João Pinheiro de Mendonça, proprietário do engenho Mulungu, no Termo de Laranjeiras. A partir de então, "Mulungu" tornou-se o nome pelo qual João passou a ser identificado ao longo de sua vida. Sua mãe, Maria, foi vendida para José Inácio do Prado, dono do engenho Quindongá, situado em Divina Pastora.

Laranjeiras, localizada na Zona da Cotinguiba, concentrava o maior número de engenhos da Província de Sergipe. Enquanto Itabaiana possuía uma média de 29 engenhos na década de 1850, Laranjeiras contava com cerca de 73. Em 1875, o número de engenhos em Itabaiana foi reduzido para 16, enquanto Laranjeiras passou a ter 54 (Subrinho, 2000, p. 66). A partir dessa constatação, percebe-se que a maior demanda por mão de obra escravizada na Zona da Cotinguiba pode ter sido um fator determinante para a venda de escravizados naquela direção.

Segundo Passos Subrinho (2000), na década de 1850, para cada 100 habitantes livres naquela região, havia 54 escravizados. Nenhuma outra parte da Província de Sergipe apresentava um índice tão alto de concentração de cativos. Esse fator estava diretamente relacionado à principal atividade econômica da época: a agroindústria açucareira.

Em 1873, na Zona da Cotinguiba, havia 7.631 homens escravizados e 7.575 mulheres escravizadas, sendo que a maior parte da população cativa possuía entre 21 e 40 anos (Subrinho, 2000, p. 422-423). Naquele período, predominavam os escravizados crioulos em detrimento

dos africanos. Segundo Mott (1986), os cativos oriundos da África não devem ter ultrapassado um terço da população escravizada total de Sergipe.

Diante desse contexto econômico, o crioulo João chegou à fazenda de seu novo senhor, passando a exercer a profissão de agricultor e a executar outros serviços que João Pinheiro lhe ordenava, como, por exemplo, alimentar a fornalha. Esse trabalho, no entanto, era considerado pesado pelo escravizado João, pois, além de sua pouca idade, a atividade exigia grande esforço físico, sobrecarregando-o. Além disso, ele precisava conviver com os constantes castigos que lhe eram aplicados. Insatisfeito com essa situação, João resolveu buscar outro senhor. Fugiu de casa por duas vezes, mas João Pinheiro deixava claro aos interessados em comprá-lo que não o venderia (Auto de Perguntas, SP¹, pacotilha 397, APES, 1876).

João José Reis e Eduardo Silva (1999) definem esse tipo de fuga como de caráter reivindicatório, na qual os escravizados buscavam melhores condições de vida e, para tanto, assumiam uma postura de resistência, pressionando senhores indesejáveis a vendê-los. A princípio, esse foi o caso do escravizado João Mulungu.

Contudo, sem obter êxito e já não suportando mais a maneira como era tratado, Mulungu tentou mais uma fuga. Dessa vez, porém, seu objetivo não era encontrar outro senhor, mas sim "entranhar-se pelas matas". Corria o ano de 1868.

(...) sendo ainda de pouca idade, seu senhor o sobrecarregava com trabalhos superiores às suas forças e, castigando-o às vezes sem razão, o fazia com rigor. (...) Deliberou-se, pela terceira vez, a fugir por não suportar mais a maneira como seu senhor o tratava, ora surrando-o, ora prendendo-lhe uma corrente ao pé e sujeitando-o a pesados serviços, como o de alimentar a fornalha (Auto de Perguntas, SP¹, pacotilha 397, APES, 1876, p. 3).

A fuga, que a princípio tinha um caráter reivindicatório, passou a representar uma tentativa de rompimento definitivo com a condição de escravizado. A atitude de João Mulungu parece expressar aquilo que ele considerava um direito, uma possibilidade ou, ainda, algo inaceitável. A referência a castigos excessivos sugere que ele percebia a violação de seus direitos, uma vez que Silva Lara (1988) defende que o castigo socialmente reconhecido era aquele considerado justo e corretivo, devendo ser moderado para cumprir sua função educativa.

A ação de Mulungu também exemplifica a capacidade dos escravizados de buscar espaços de acordo com seus interesses. Na sociedade escravocrata da época, entre a passividade absoluta e a agressividade, havia espaço para a negociação que, quando falhava, abria caminho para a ruptura — para o "não quero" dos cativos (Reis & Silva, 1999).

É importante destacar, como bem afirmam Reis e Silva, que "a escravidão não terminava nas portei­ras de nenhuma fazenda em particular, mas fazia parte da lei geral da propriedade e, em termos amplos, da ordem socialmente aceita" (Reis & Silva, 1999, p. 66).

As portei­ras das fazendas serviam como pontos de entrada e saída, mas não marcavam o fim da escravidão. Ela estava codificada nas próprias leis que deveriam proteger direitos e liberdades. Esse aspecto sombrio da história revela que não era apenas um grupo de proprietários de escravizados que sustentava essa injustiça, mas sim um sistema que se estendia por todos os estratos da sociedade.

A princípio, a história de João, um crioulo escravizado, parecia já estar traçada: seria mais um negro submetido ao trabalho compulsório vigente. No entanto, ele rompe as portei­ras da fazenda e busca reinventar sua própria trajetória.

Ao longo dos séculos, as histórias e contribuições de pessoas negras foram negligenciadas, minimizadas ou, pior ainda, silenciadas. Essa marginalização persistente não representa apenas uma distorção histórica, mas também a perpetuação de um estigma que sugere que as vidas afrodescendentes são menos importantes e menos dignas de destaque.

Silenciar a experiência negra é caminhar em direção ao genocídio (...). Quando vidas e mentes negras são retratadas como marginais no curso da história humana, vistas como meros atores coadjuvantes, é muito fácil ver a vida de afrodescendentes como mais dispensáveis que outras (Pereira [et al.], 2021, p. 9).

Quando as narrativas históricas relegam figuras negras ao papel de “coadjuvantes” ou “marginais”, isso não apenas distorce a verdade, mas também tem implicações profundas na forma como essas vidas são percebidas. A desumanização resultante permite que sejam vistas como dispensáveis, como se suas histórias, aspirações e dores fossem de menor importância. Esse processo cria um ambiente no qual a injustiça e a desigualdade se enraízam, alimentando a percepção errônea de que algumas vidas valem menos do que outras.

Romper esse ciclo exige uma reavaliação crítica de como contamos e ensinamos a história. Devemos buscar uma narrativa que não apenas reconheça as contribuições e experiências dos afrodescendentes, mas que também os coloque no centro, como partes essenciais da história humana.

Sigamos, então, para o próximo "ato" da vida de João Mulungu.

2.2. Em busca da liberdade

Ao decidir romper com as amarras de João Pinheiro, o escravizado João, já conhecido como Mulungu, mudou radicalmente os rumores de sua vida. Essa escolha não representou apenas uma fuga física, mas uma afirmação de sua busca pela liberdade e uma reescrita de sua própria história. Nascido sob um destino aparentemente imutável, João Mulungu demonstra que a trajetória dos negros escravizados não era uma sentença irrevogável. Pelo contrário, muitos encontraram meios de agenciar suas vidas e (re)construir suas narrativas, desafiando as estruturas impostas pela escravidão.

Ao libertar-se das correntes que o mantinham cativo, Mulungu não apenas resistiu à opressão, mas também questionou a ordem social que o rebaixou à condição de propriedade. Sua fuga representou a recusa em aceitar o papel de subalternidade e coisificação ao qual foi relegado, reafirmando, assim, sua humanidade e dignidade.

Após a fuga, João Mulungu passou a viver em diversos ranchos. O primeiro deles foi Boa Vista, no termo de Capela, onde encontrou abrigo junto a José da Silva e Manoel da Horta. Ali encontrado por cerca de dois meses, antes de se deslocarem para as matas do Engenho Sumbinho, nas proximidades do Siriri. Nesse período, um quarto quilombola, chamado Frutuoso, junta-se ao grupo (Ofício, SP¹, pacotilha 393, APES, 1873).

A trajetória de Mulungu como quilombola percorreu diversos pontos da Província de Sergipe. Além dos locais já mencionados, há registros de sua presença em Maruim, Itaporanga, Laranjeiras, Rosário do Catete, Japaratuba, Divina Pastora e outras áreas. Documentos da época, como ofícios expedidos por autoridades locais e autos de perguntas, indicam que, ao longo da década de 1870, Mulungu e outros quilombolas foram avistados em diferentes localidades da província (Ofício, SP¹, pacotilha 393, APES, 1873).

O pesquisador Igor Oliveira fez um levantamento detalhado dos principais locais onde Mulungu se refugiou durante o período em que esteve aquilombado.

Tabela 1: Locais indicados como esconderijo do quilombola João Mulungu entre os anos de 1871-1875

Data	Local	Distrito / Vila
Julho/1871	Matas situadas nas imediações dos engenhos Limeira e Quindongá	Divina Pastora
Novembro/1871	Matas do Engenho São José	Rosário do Catete
Novembro/1871	Matas do Engenho Limeira	Divina Pastora
Março/1872	Matas do Engenho Capim Assú	Rosário do Catete
Março/1872	Facão, junto ao Engenho Jurema	Rosário do Catete
Março/1872	Matas do Engenho Salobro	Rosário do Catete
Dezembro/1872	Matas do Engenho Lagoa-Grande	Rosário do Catete
Dezembro/1872	Matas do Engenho Limeira	Divina Pastora
Janeiro/1873	Matas do Engenho Limeira	Divina Pastora
Janeiro/1873	Matas do Engenho Bette	Rosário do Catete
Abril/1873	(Sítio Fava) Várzea da Piranha	Freguesia do Pé do Banco
Julho/1873	(Engenho Itaperoá) Margem do Vaza Barris	Itaporanga
Setembro/1873	Engenhos Limeira, Bette, Quindongá, Brejo e São José	Diversos
Janeiro/1874	Engenho vizinho à vila de Rosário de Catete	n.d.
Janeiro/1875	n.d.	Japarutuba

Fonte: OLIVEIRA, 2022, p.258.

Vários escravizados foram companheiros de João Mulungu durante sua trajetória de resistência. Entre eles, destacou-se Manuel Jurema, considerado pelas autoridades locais seu mais fiel aliado. Além dele, estavam Cornélio, Maximiano, Laurindo, Jacinto, Victorio, Alexandre, Cupertino, José Maroim, Leonilo, Horácio, José Quisanga, Benedito, Luiz, Barnabé, Belmira, Francisca, Thomasia, Luzia, Joaquim, Vicência, Carlota, Conceição e Anna Rita. Esses quilombolas eram oriundos de diversos engenhos, espalhados por diferentes cidades. O grupo era composto por homens e mulheres, brasileiros e africanos, incluindo tanto escravizados quanto libertos (Correspondências expedidas, CM³, pacotilha 39, APES, 1876).

Em 1873, a escravizada Vicência relatou em depoimento que “recorda-se de sempre ali permanecerem os escravos seguintes: João Mulungu, Maximiano, Guilherme, Marcolino, Antonio, Venceslau, Mathias (...) e mulheres: Conceição e Ignez. Belmira, Francisca e Carlota, cativa estas três” (Interrogatório, SP¹, pacotilha 298, APES, 1873, p.2).

O depoimento de Vicência confirma a presença de homens e mulheres nos quilombos. Ao mencionar as mulheres Conceição e Ignez, bem como as cativas Belmira, Francisca e Carlota, seu relato permite inferir que as duas primeiras eram livres ou forras. A diferença entre os termos “mulheres” e “cativas” em documentos históricos e narrativos sobre a escravidão revela uma hierarquização de identidades profundamente problemáticas. Essa distinção não apenas reflete a realidade desumanizadora vivida pelas mulheres escravizadas, mas também perpetua uma visão que dissocia o conceito de “mulher” de determinadas condições sociais. Dessa forma, sugere-se que a feminilidade plena, ou até mesmo a humanidade, era atributo exclusivo daquelas que eram livres ou libertas (Cunha, 2004).

Mulungu manteve relações afetivas com algumas de suas companheiras quilombolas. Entre elas, destaca-se Anna Rita, que declarou ser casada, mas que, durante o tempo em que esteve fugida, tornou-se amásia de João Mulungu. A escravizada Vicência também confirmou ter tido um envolvimento amoroso com ele. Ambos tinham cerca de trinta e cinco anos. Segundo as autoridades locais, Mulungu possuía ainda uma outra companheira, uma jovem de apenas treze anos de idade (Auto de perguntas, SP¹, pacotilha 564, APES, 1876).

Anna Rita chegou a ser presenteada por João Mulungu com a quantia de cinco mil réis, o que gerou descontentamento em Vicência, levando-a a tomar satisfação.

Perguntada se sabe que a escrava de nome Anna Rita do Engenho Tábua tinha relações ilícitas com João Mulungu, e qual a razão dela ir trocar palavras injuriadas com a referida escrava. Respondeu que é verdade ter aquela escrava relações com o escravo João Mulungu (...) e que quando João deu a quantia de cinco mil réis a ela como já tendo recebido presentes de João, formalizou-se com aquela dádiva, motivo que foi tomar satisfação com a tal Anna Rita(...) (Auto de perguntas, SP¹, pacotilha 373, APES, 1876).

No que diz respeito à presença de crioulos e africanos entre os quilombolas, o escravizado Maurício revelou nomes e nacionalidades de alguns de seus companheiros. Izabel, por exemplo, era natural da Costa da África. Venceslau, Maurício e José Maroim também eram africanos e encontraram-se aquilombados junto com diversos crioulos, como João Mulungu, Guilherme, Francisca, Carlota, Thomasia, Luísa e Antônio, entre outros (Interrogatório, SP¹, pacotilha 705, APES, 1876).

Alguns estudiosos da escravidão, como Kátia Matoso (2003), defendem a ideia de que as relações entre africanos e crioulos eram marcadas por tensão. As diferenças culturais e linguísticas representavam barreiras significativas entre esses grupos. No entanto, o que se observa é que os laços de solidariedade e a identidade coletiva entre os quilombolas sergipanos, especialmente na Zona da Cotinguiba, nas últimas décadas da escravidão, ultrapassaram as fronteiras da nacionalidade. Antes de serem Africanos ou Brasileiros, eram homens e mulheres escravizados que buscavam ressignificar a liberdade.

O escravizado José Maroim, natural da África, testemunha esse laço de compromisso e interesses recíprocos entre africanos e crioulos. Ao ser preso em 1873, após passar um tempo aquilombado, ele declarou às autoridades: “[...] sendo pego pelo proprietário do Engenho Piedade, e este o colocar em um tronco, João Mulungu e outro [...] quebraram o tronco e o colocado em liberdade.” (Interrogatório, SP¹, pacotilha 298, APES, 1873, p.2).

Que motivos teriam João Mulungu para tomar tal atitude em prol de José Maroim? Para além da solidariedade que unia aqueles escravizados, é possível que Mulungu visse na captura de José Maroim uma vitória do senhor de engenho que deveria ser evitada a qualquer custo. Mais que isso, a quebra do tronco – símbolo de tortura, dominação e subjugação – e a consequente libertação do cativo evidenciam que esses indivíduos não eram sujeitos passivos dentro do regime escravocrata. Pelo contrário, a ação do quilombola João Mulungu é um exemplo da resistência negra e do papel ativo dos escravizados na construção de sua própria história.

José Maroim, por sua vez, retribuiu o “favor” recebido. Ele relutou ao máximo em revelar os esconderijos de Mulungu e seu grupo: “Perguntado mais se sabe onde tem rancho de escravos fugidos? Respondeu que ouviu dizer ter no [...] Termo de Itabaiana e disse mais que não tem declarado os lugares de rancho deles em consideração a João Mulungu.” (Interrogatório, SP¹, pacotilha 298, APES, 1873, p.2).

A atitude de José Maroim foi crucial para que João Mulungu continuasse em fuga. Os laços de solidariedade entre os quilombolas desempenharam um papel fundamental na manutenção dos quilombos por vários anos na Província de Sergipe Del Rey.

A vida nos quilombos, no entanto, não se resume à fuga. Havia também espaço para o lazer, pois: “A vida concreta dos escravos era algo como um jogo de capoeira – luta, música e dança a um só tempo. Quilombolas que reivindicam a liberdade para 'brincar, relaxar e cantar'; religiões de santos guerreiros e santos de paz.” (Reis & Silva, 1999, p.11).

No Natal de 1872, Mulungu e alguns companheiros passaram toda a noite se divertindo em um batuque. Esse fato foi revelado por Maria, uma mulher forra que trabalhava como costureira. Diante das autoridades, ela admitiu ter participado do evento e citou os nomes dos demais escravizados que estavam presentes (Auto de perguntas, SP¹, pacotilha 373, APES, 1876).

Possivelmente, a festa revigorava os escravizados e ajudava a diminuir as dívidas, pois, como já foi dito, a escravidão não terminava nas porteiras de uma fazenda. Ou seja, fugir para a liberdade não pode ser livre. Portanto, esses quilombolas, para melhor conviver com os medos e as adversidades, buscavam construir espaços de identidade coletiva. Os batuques serviram como um elemento agregador.

Embora houvesse momentos de descontração, viver aquilo não era tarefa fácil. Mulungu costumava usar cavalos como meio de transporte e, para se defender, fazia uso de armas como facões, facas, pistolas e espingardas, além de outros instrumentos que adquiria por meio de furtos ou negociações (Correspondências expedidas, CM³, pacotilha 39, 1876).

Para sobreviverem aquilombados, os escravizados chegaram a trocar carne por farinha com cativos das senzalas. Praticavam furtos em fazendas e contra transeuntes, além de roubar animais (bois, cavalos, galinhas, ovelhas) para trocá-los por comida e dinheiro. O grupo de Mulungu fechou um acordo com alguns cigarros para venda de cavalos, com preços variando de cinco a dez mil réis. No entanto, Mulungu afirmou nunca ter recebido esses valores, pois o máximo pagamento pelos ciganos foi dois mil réis (Auto de perguntas, SP¹, pacotilha 397, 1876).

Homens livres também participaram dessas negociações. Em Riachuelo, Firmino ordenou que João Mulungu furtasse cavalos para revendê-los. Mulungu chegou a vender-lhe um cavalo pelo valor de vinte e cinco mil réis, mas afirmou ter feito um mau negócio, pois acabou recebendo apenas quinze mil réis (Auto de perguntas, SP¹, pacotilha 397, APES, 1876).

Como bem afirma Flávio dos Santos Gomes: “Através de relações diversas e complexas, as diversas comunidades quilombolas, além de uma ampla rede de socialização, constituíram uma verdadeira teia de proteção que as mantidas abastecidas.” (Gomes, 1995, p.95).

Fica evidente que os quilombolas estabeleceram alianças com a sociedade envolvente, fator que possibilitou a sobrevivência dos quilombos na Província de Sergipe, especialmente na região da Cotinguiba. Mulungu e outros quilombolas sergipanos descobriram reconstruir suas histórias e traçar seus próprios caminhos dentro do sistema em que estavam inseridos.

É garantido que os quilombolas não estavam à margem da sociedade, mas interagiam com ela por meio de uma complexa rede social, na qual buscavam, na medida do possível, obter maior autonomia e controle sobre suas vidas.

Ao escapar das amarras de João Pinheiro, Mulungu não apenas mudou os rumores de sua própria história, mas também contribuiu para uma narrativa mais ampla de resistência e busca pela liberdade. Sua coragem ecológica através do tempo, inspirando reflexões sobre a importância da luta contra a opressão.

2.3. A caçada contra Mulungu: o aparato militar entra em cena

A existência de fugas de escravizados foi reconhecida desde sempre pelos senhores, que buscaram medidas tomadas para combatê-las. Quando esses fugitivos se agruparam e passaram a ser vistos como uma ameaça, os grupos de repressão entraram em ação.

Colocar na prática uma política de repressão não foi uma tarefa fácil para o governo da Província de Sergipe. Apesar de as autoridades não hesitarem em reprimir a formação de quilombos, os esforços empregados nem sempre alcançaram sucesso. Em meio às tentativas frustradas de se montar um aparelho militar eficiente, os quilombos continuaram a se proliferar em Sergipe Del Rey.

Pagamento de gratificações, utilização de espias, reforço no número de praças e auxílio da Guarda Nacional: vários foram os meios utilizados pelas autoridades para fortalecer as ações das forças policiais. No entanto, tais medidas esbarraram tanto na rede social de proteção aos quilombolas quanto no caráter incipiente das forças militares, dificultando o combate efetivo aos quilombos.

Para viabilizar a captura do escravizado João Mulungu, o chefe de polícia invejoso, em 1873, um pedido ao Presidente da Província solicitando o aumento do número de praças que auxiliariam na diligência (Ofício, SP¹, pacotilha 564, 1873).

O tenente João Batista da Rocha, em setembro de 1873, relatado ao Presidente da Província o resultado de uma operação conduzida por ele com o objetivo de capturar João Mulungu e outros quilombolas. No relato, observe-se o número limitado de praças:

“Partindo desta capital com 5 praças, reunindo-se a estes mais 6 do destaque do Rosário (...). No caminho, encontrei um escravo, que, confessando, encontrou-se fugido há muitos dias (...). Em seguida, apresentou-se um outro, encarregado pelo

tenente-coronel João de Siqueira Maciel de guiá-lo até os ranchos dos quilombolas. Dirigindo-se aos lugares (...), encontrou 15 ranchos com 14 escravos.” (Ofício, SP¹, pacotilha 564, 1873, p.2).

Na diligência comandada por João Batista da Rocha, considerado pelas autoridades da época o mais eficiente caçador de quilombolas da Província de Sergipe, observa-se que ele conta com a ajuda de um escravizado para guiá-lo até o local desejado. A utilização de guias era uma prática comum, pois muitos deles eram ex-escravizados que fizeram parte dos quilombos e, por isso, conheciam bem as regiões onde os fugitivos costumavam se aquilombar. Ainda assim, essa assistência nem sempre tornou as diligências mais bem-sucedidas.

“Apesar dos esforços empregados, conseguiram capturar apenas quatro, incluindo uma jovem negra de aproximadamente 13 anos, que vivia na companhia de João Mulungu. Nos ranchos, foram apreendidos dois cavalos, uma pistola, algumas facas e outros objetos.” (Ofício, SP¹, pacotilha 564, 1873, p.3).

O principal objetivo dessa diligência era capturar João Mulungu. No entanto, essa intenção não foi alcançada, e ele, junto com parte de seu grupo, encontrou em fuga por mais alguns anos. O tenente justificou o insucesso da missão:

“Como vê Vossa Excelência, não pôde ser capturado o escravo João Mulungu, nem os demais que o acompanhavam, por motivos supremos (...), como o número limitado de praças e o fato de os ranchos serem todos de palha, o que facilitou a fuga dos escravos.” (Ofício, SP¹, pacotilha 564, 1873, p.4).

A agilidade dos escravizados e as estratégias de sobrevivência que adotamos desenvolveram para a longevidade dos quilombos e para a frustração de diversas expedições repressivas. Esperteza, audácia, proteção e até mesmo o fator sorte foram determinantes para a resistência dos quilombolas de Sergipe Del Rey. As tropas irão se empenhar exaustivamente para alcançar qualquer sucesso.

Em 1876, o Presidente da Província, João Ferreira de Araújo Pinho, referiu-se a João Mulungu como **“o mais audaz chefe dos quilombolas sergipanos”** (Relatório do Presidente de Província, APES, 1876, p.2). Talvez essa definição explícita porque ele se tornou um dos escravizados fugitivos mais procurados, a ponto de as autoridades cogitarem que sua captura representaria o fim dos quilombos na Província de Sergipe Del Rey.

Acompanhemos o relato sobre uma das operações de busca, comandada por João Batista da Rocha:

“Marchando desta cidade no dia 14 da corrente com 10 praças sob meu comando, dirigi-me à Vila de Divina Pastora com o distinto Doutor Juiz Municipal, Manoel Cardoso Oliveira de Melo. Os alferes Marcolino de Souza Franco e oito praças partiram na noite do dia 15 com destino às matas do engenho Maria Teles, Termo da

cidade de Maruim, mas nada encontrei.” (Correspondências expedidas, CM³, pacotilha 39, APES, 1876, p.1).

No dia 17 de janeiro, uma tropa já estava no engenho Capim-Assú, localizado no Termo de Rosário. Ao chegarem, depararam-se inesperadamente com mais de 28 escravizados. Alguns soldados chegaram a ser agredidos, pois os escravizados, “armados de facas, enxadas e facções, ficaram indignados pela perseguição de seus parceiros” (Correspondências expedidas, CM³, pacotilha 39, APES, 1876, p.2). Possivelmente, essas armas eram instrumentos de trabalho utilizados na lavoura.

No dia 18 de janeiro, a tropa regressou à Divina Pastora, onde João Batista da Rocha teve a felicidade de receber notícias considerando fidedignas sobre o paradeiro de Mulungu:

“Quando vimos ao Engenho Vassouras, vinha à nossa procura o escravo Severino, do proprietário do Engenho Flor da Roda, Termo da cidade de Laranjeiras, e, entregando-me uma carta, vi que se perdeu em uma das senzalas do mesmo engenho o chefe dos quilombolas, João Mulungu.” (Correspondências expedidas, CM³, pacotilha 39, APES, 1876, p.2).

A tropa chegou ao local denunciada na madrugada do dia seguinte, mas teve a decepção de não encontrar João Mulungu. No entanto, o escravizado Severino afirmou que ele estava ausente, mas retornaria a qualquer momento. João Batista e sua tropa se refugiaram em um bananal, aguardando o momento oportuno para capturá-lo: “Às 11 horas e meia do dia, chegou Severino e informou que João Mulungu se perdeu em descanso com seu inseparável companheiro no centro de um grande canavial, debaixo de uma árvore.” (Correspondências expedidas, CM³, pacotilha 39, APES, 1876, p.3).

Sem perder tempo, a tropa marchou ao encontro do quilombola, adotando a seguinte estratégia para capturá-lo: seis guardas avançariam pelo flanco esquerdo, nove pela retaguarda, enquanto João Batista, acompanhado de três praças montadas, atacaria pela frente. O plano foi traçado, mas a captura não seria fácil.

“Logo que os dois quilombolas sentiram a primeira opressão, um entregou-se, e João desvencilhou-se das mãos de três soldados, evadindo-se a toda carreira. Deixou para trás suas armas – uma pistola de longo alcance incluída e um facão grande de ponta. Não perdi tempo em persegui-lo com as praças montadas e, a uma distância de um quarto de passos, mais ou menos, foi arrojado ao chão com um pequeno golpe na cabeça.” (Correspondências expedidas, CM³, pacotilha 39, APES, 1876, p.4).

A atitude de Mulungu revela resistência e autodefesa diante da opressão. Em vez de se render passivamente, ele escolheu resistir, demonstrando coragem e determinação na defesa de sua liberdade.

O chefe de polícia da Província de Sergipe na época, Vicente de Paula Cascaes Telles, chegou a afirmar que, com a captura do “elemento mais forte de resistência, o calhambola João Mulungu, de quem geralmente mais se recebia e que todos diziam ser o mais audaz, o chefe dos escravos fugidos”, os quilombos em Sergipe Del Rey foram extintos (Ofício do chefe de polícia de Sergipe, APES, 1876).

João Ferreira de Araújo Pinho, presidente da província, chegou a divulgar, em março de 1876, que Mulungu teria preferido ser forçado na praça pública a voltar a servir seu antigo senhor. No entanto, até ao final do ano, a documentação revela que Mulungu estava vivo, respondendo a processos em diferentes regiões da província. Ele chegou a ser interrogado ao longo de 1876 em Aracaju, Divina Pastora, Capela e Rosário (Ofício, SP¹, pacotilha 575, APES, 1876).

Ao que tudo indica, João Mulungu não foi imposto em praça pública. Segundo o pesquisador Pedrinho dos Santos, as últimas execuções por pena de morte na Província de Sergipe ocorreram em 1858, na Vila de Lagarto. A partir de então, as sentenças arbitradas pelos tribunais sergipanos passaram a ser convertidas em galés perpétuas ou em prisão de vinte anos com trabalhos invocados (Santos, 2014).

De acordo com informações extraídas do mapa de crimes perpetrados por escravizados, João Mulungu foi condenado, em 12 de abril de 1876, a um ano de galés. Tal sentença foi sancionada por Juiz Municipal da Vila de Rosário (Relatório, SP¹, pacotilha 378, APES, 1876).

Após sua condenação, os documentos tornam-se silenciosos sobre o destino de João Mulungu. Não se sabe ao certo se ele chegou a cumprir toda a pena e, caso tenha cumprido, qual foi seu destino posterior. É possível que tenha sido devolvido a João Pinheiro, vendido a outro proprietário de engenho dentro ou fora da província, ou mesmo falecido enquanto cumpria sua sentença.

O historiador Petrônio Domingues (2015) apresenta a seguinte reflexão:

O enigma em torno da morte de Mulungu dá margem a interpretações especulativas e imaginações férteis, que vêm alimentando a utopia dos setores dos movimentos sociais. Mulungu teria morrido como emblema de um sonho, de um ideal nobre e magnânimo (...). Nessa espécie de auréola arquetípica de Mulungu, todos os afro-sergipanos podem se identificar; ele vendeu a unidade de cidadania negra, fomentou

o ímpeto de participação e união em torno de um ideal: seja a liberdade, no passado; seja uma igualdade racial, no presente (p. 254).

A história de João Mulungu se insere na narrativa mais ampla da resistência quilombola e das lutas contra a escravidão e a opressão. Seu ato tornou-se parte integrante da história da resistência, reforçando, ainda hoje, a importância da preservação da memória e da luta pelos direitos humanos.

Retratar a trajetória do quilombola João Mulungu no ambiente escolar pode ter um impacto transformador na formação da identidade dos estudantes, promovendo um espaço educacional mais inclusivo e enriquecedor. Mulungu não é apenas um personagem histórico; ele personifica a resistência, a resiliência e a riqueza cultural das comunidades quilombolas, contribuindo significativamente para a construção identitária dos alunos.

2.4. O herói assume o palco

O termo “herói”, conforme propõe Martin Cezar Feijó (1984), apresenta uma multiplicidade de significados que variam segundo o tempo, o espaço e os contextos culturais em que é empregado. Ao longo da história, essa figura já foi representada como um semideus mitológico, um guerreiro destemido, um mártir, um líder político, um rebelde ou até mesmo uma pessoa comum que realiza feitos extraordinários. Essa diversidade de representações evidencia que não existe uma essência fixa ou universal para o conceito de herói, mas sim construções simbólicas moldadas por valores, ideologias e interesses sociais específicos.

Essa perspectiva é fundamental para compreender as diferentes leituras que envolvem a figura de João Mulungu. Para alguns, ele é um símbolo de resistência, o verdadeiro Herói Negro Sergipano; para outros, trata-se apenas de mais um negro que foi escravizado e, como tantos outros, fugiu para se tornar quilombola. Esse debate será explorado na próxima seção. Como afirma Carvalho (2017, p. 15): “o processo de 'heroificação' inclui necessariamente a transmutação da figura real, a fim de torná-la arquétipo de valores ou aspirações coletivas.”

Em consonância com esse pensamento, quando uma figura real passa pelo processo de "heroificação", suas características são refinadas e ressignificadas, destacando elementos que ressoam com o imaginário coletivo. Esse processo não nega a humanidade do indivíduo, mas o eleva a um patamar em que suas ações transcendem o ordinário, tornando-se parte de uma

narrativa maior. O herói, assim forjado, não é apenas um ser de carne e osso; ele se transforma em um emblema dos valores que a sociedade venera.

Essa transmutação frequentemente implica na simplificação da complexidade humana. Falhas e imperfeições podem ser relegadas ao segundo plano, enquanto atos heróicos e qualidades desejáveis são enfatizados. O herói resultante torna-se uma projeção aprimorada das virtudes coletivas. Nesse sentido, a "heroificação" não se limita a uma narrativa individual, mas constitui uma construção social que reflete tanto a identidade de um povo quanto suas aspirações.

A título de exemplificação, observemos as transformações que a imagem de Zumbi dos Palmares passou ao longo do tempo:

“As polêmicas vão além quando invade o palco um tal Zumbi, 'líder militar cuja bravura valorizava a vitória dos brancos', que no ato se converte em personagem romântico seguinte, que em outro ato vira 'líder revolucionário capaz de abalar as bases das classes dominantes', para acabar (?) 'herói da raça negra e das minorias'” (França, 2012, p. 9).

O movimento negro em Sergipe confirma Zumbi como o “herói da raça negra e das minorias”. No entanto, alguns representantes vêm travando uma luta pelo reconhecimento de um herói negro sergipano: o quilombola João Mulungu. Na década de 1870, como já visto, Mulungu foi considerado o mais forte elemento de resistência e o líder dos quilombolas sergipanos.

Desde a década de 1990, parte do movimento negro tem buscado resgatar a imagem de Mulungu como um emblema de luta contra a discriminação racial e um referencial de resistência.

Há mais de 30 anos, a Casa de Cultura Afro-Sergipana, sob a liderança de Severo D'Acelino, desenvolve ações voltadas para a valorização da memória e da cidadania do povo negro sergipano. Um dos principais objetivos é conscientizar a população sobre a discriminação racial, promovendo uma rediscussão dos valores da comunidade negra (Brito, 2000). Nesse contexto, João Mulungu foi escolhido como símbolo da luta contra a disparidade racial.

Uma importante conquista foi o reconhecimento de Mulungu como Herói Negro pela Lei nº 407, de 8 de agosto de 1990, em Laranjeiras. Dois anos depois, em Aracaju, foi sancionada a Lei nº 1.856, de 14 de julho, que também reconheceu Mulungu como Herói Negro e instituiu o dia 19 de janeiro (dados prováveis de sua prisão) como o Dia Municipal da Consciência Negra.

Apresentar aos alunos da educação básica o reconhecimento concedido a João Mulungu e a promulgação dessas leis constitui uma oportunidade valiosa para enriquecer o ambiente educacional, uma vez que a educação desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos conscientes, tolerantes e inclusivos. Nesse contexto, é essencial abordar eventos e dados significativos que incentivem a reflexão sobre a diversidade e a luta contra o preconceito. Além disso, essa abordagem permite despertar a consciência crítica dos discentes em relação às questões raciais e sociais que permeiam nossa sociedade.

É importante ressaltar também que a representatividade é essencial. A inclusão de um herói quilombola sergipano no currículo escolar proporciona aos estudantes afrodescendentes um modelo positivo, um espelho no qual podem se ver. Isso fortalece o senso de pertencimento e reconhecimento, demonstrando que suas histórias e contribuições são igualmente valiosas e merecem destaque.

Além disso, o herói quilombola, que outrora foi escravizado, carrega consigo uma rica história de resistência. Sua trajetória de luta e busca pela liberdade não apenas educa os estudantes sobre a história do Brasil e de Sergipe, mas também transmite poderosas lições de resiliência. Os desafios enfrentados por Mulungu podem servir como exemplo de superação, cultivando nos alunos a determinação e a coragem diante das adversidades.

Como afirma Kabengele Munanga (2012, p. 10), é preciso romper com a visão depreciativa do negro, “para que se possa oferecer subsídios para a construção de uma verdadeira identidade negra, na qual seja visto não apenas como objeto de história, mas sim como sujeito participativo de todo o processo de construção da cultura e do povo brasileiro” .

O diálogo intercultural é enriquecido quando a história de um escravizado que se tornou quilombola e foi transformada em herói é introduzida nas discussões em sala de aula. Os estudantes têm a oportunidade de compartilhar perspectivas, compreender diferentes realidades e estabelecer conexões entre suas próprias experiências. Esse processo não apenas fortalece a identidade dos alunos afrodescendentes, mas também promove uma compreensão mais profunda e respeitosa entre todos os estudantes.

Contudo, é fundamental compreender que a “heroificação” não ocorre de maneira espontânea. Trata-se de uma característica social que exige a participação ativa da sociedade, que decide quais figuras históricas merecem ser elevadas a esse status (Carvalho, 2017). Assim, os heróis são moldados conforme as necessidades culturais e sociais de cada época. Em muitos

aspectos, tornam-se reflexos das esperanças e dos anseios coletivos, contribuindo para a construção de uma identidade cultural compartilhada.

No próximo capítulo, analisaremos os embates em torno do reconhecimento de João Mulungu como herói e como o Movimento Negro Sergipano passou a fazer uso dessa figura em sua luta por visibilidade e reconhecimento.

3. A CRIAÇÃO DE UM HERÓI NEGRO NERGIPANO: EMBATES E SIMBOLISMOS EM TORNO DA FIGURA DE JOÃO MULUNGU

O movimento negro tem uma longa história de resistência e luta por igualdade. A criação de heróis negros é uma extensão dessa luta, representando uma forma de resistência e empoderamento. Esses heróis simbolizam a resistência à opressão e à injustiça, servindo como inspiração para a continuidade da luta pelos direitos civis e pela igualdade. Além disso, destacam-se as contribuições significativas dos negros para a sociedade, muitas vezes ignoradas ou subestimadas.

A representatividade, portanto, é uma das principais motivações por trás da criação dos heróis negros. Quando indivíduos negros se veem refletidos em figuras heroicas, isso fortalece sua autoimagem e senso de pertencimento. A ausência de heróis negros nas narrativas tradicionais perpetua uma visão limitada e distorcida da história. O movimento negro, ao reivindicar e promover essas figuras, desafia essa exclusão histórica e cria modelos positivos que inspiram jovens negros a almejavem grandes conquistas. Como bem afirma Carvalho: “Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos” (Carvalho, 2017, p. 11).

É importante deixar claro que, ao fazer referência ao movimento negro, adoto o conceito utilizado por Regina Pahim Pinto, que o define como a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, especialmente aqueles decorrentes dos preconceitos e discriminações raciais, os quais os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, e nas esferas políticas, sociais e culturais (Pinto, 1993).

A discriminação racial e os preconceitos têm sido obstáculos persistentes para os negros, afetando sua inclusão e progresso em diversas áreas da vida. Historicamente, o racismo tem criado barreiras que limitam oportunidades e perpetuam desigualdades. O movimento negro, ao enfrentar esses desafios, busca dismantelar essas estruturas opressivas e promover a equidade. A luta contra o racismo é essencial para garantir que os negros possam participar de forma plena e justa na sociedade.

De acordo com Domingues (2012), o movimento negro contemporâneo tem lutado pela implementação de políticas afirmativas, e isso tem sido possível porque ele tem deixado de ser meramente culturalista, passando a privilegiar cada vez mais o âmbito político. Dentro desse

contexto, a educação se destaca como uma área crucial onde a desigualdade racial se manifesta de maneira acentuada. O acesso limitado a uma educação de qualidade perpetua o ciclo de pobreza e marginalização. Por isso, o movimento negro luta por um sistema educacional mais equitativo, que oferece igualdade de acesso a todos os níveis de ensino, desde a educação básica até o ensino superior. Além disso, busca a inclusão de conteúdos que reflitam a história e a cultura negra, promovendo uma educação mais diversa e inclusiva.

Para Nilma Gomes, “o movimento negro, por meio de suas principais lideranças e das ações dos seus militantes, elegeu e destacou a educação como um importante espaço-tempo passível de intervenção e de emancipação social” (Gomes, 2017, p. 24).

Essa intervenção precisa se concretizar, pois, ao refletirmos sobre o currículo e o ensino de História, percebemos que, apesar das transformações e da inclusão de novos temas, ainda há uma forte base eurocêntrica nos livros didáticos. Algumas questões são tratadas de forma marginalizada ou sequer aparecem, por serem consideradas sensíveis. Como bem aponta Circe Bittencourt (2018), as mudanças enfrentam constantes desafios para se efetivarem, como é o caso da inclusão da história da África e da cultura afro-brasileira nos materiais escolares.

Mais uma vez, ressalto a importância do movimento negro nesse contexto de luta em prol da educação, pois:

“Se não fosse a luta do Movimento Negro, nas suas mais diversas formas de expressão e de organização – com todas as dificuldades, os desafios e os limites –, muito do que o Brasil sabe atualmente sobre a questão racial e africana não teria sido aprendido. E muito do que hoje se produz sobre a temática racial e africana, em uma perspectiva crítica e emancipatória, não teria sido construída. E nem as políticas de promoção da igualdade racial foram construídas e renovadas” (Gomes, 2017, p. 10).

Diante disso, passemos a analisar a luta empreendida pelo movimento negro em Sergipe em torno da heroificação de João Mulungu e como essa figura se tornou uma ferramenta essencial na construção e/ou no fortalecimento da identidade racial.

3.1. Movimento negro sergipano: um breve panorama

Segundo alguns estudiosos, o movimento negro em Sergipe surgiu no ano de 1968, sendo fundado por Severo D’Acelino³. Possivelmente devido à repressão política vívida no

³ Dentre os estudiosos que afirmam o ano de 1968 como sendo a data em que surgiu o movimento negro em Sergipe, conferir: BISPO, Samai Silva. *A Saci e seu trabalho em comunidades*. 2001. 70p. Monografia (graduação em serviço social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, 2001. BRITO, Diógenes Duarte de. *Casa de*

país, uma entidade — hoje conhecida como Casa de Cultura Afro-Sergipana — nasceu com a denominação de Grupo Regional Amadorista de Arte Cênica Castro Alves. Nesse momento, ainda não havia uma reclamação aberta relacionada à questão política do negro, uma vez que a articulação repressiva dos militares não permitia.

Naquele período, a organização acima “buscava valorizar a cultura afro-sergipana, incorporando-a na produção artística da entidade, sobretudo no teatro popular” (Neves, 2012, p. 274).

A partir de 1986, com a abertura política, surgem novas entidades, entre elas: a União dos Negros de Aracaju (UNA), extinta em 1993 e sobreviveu pela Sociedade Afro-Sergipana de Estudos e Cidadania (SACI), que passou a atuar como uma ONG; o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB); o Movimento Negro Independente; o Grupo Cultural Unidos do Quilombo; e o Movimento Negro Unificado (MNU), articulado em meados de 1999 a partir de contatos entre militantes do Movimento Negro Unificado de Salvador e militantes negros de Aracaju. Em sua maioria, essas entidades passaram a discutir, denunciar e conscientizar a população sobre o preconceito racial, contribuindo para desmascarar o discurso de que existia uma democracia racial no Brasil (Neves, 2012).

O sociólogo Paulo Neves (2012) relata que as estratégias de luta em Sergipe variaram ao longo do tempo. Até a década de 1980, prevalecia uma visão culturalista, com forte apelo regionalista e a necessidade de criar mitos e heróis locais, como João Mulungu. A partir dos anos 1980, passou a existir uma maior preocupação com a formulação de políticas públicas antirracistas, o que teria gerado conflitos com militantes que defendiam a prática de valorização cultural.

Neves argumenta que o movimento negro sergipano é perpassado por diversas clivagens e, segundo ele, suas ações ocorrem principalmente por meio da atuação individual de alguns militantes mais engajados:

“Parece-me, no entanto, que isto tudo não pode camuflar um fato importante: a pequena representatividade do movimento negro na sociedade sergipana. A rigor, trata-se mais da ação individual de uns poucos militantes mais engajados (em torno de duas bolsas) do que de um verdadeiro movimento social” (Neves, 2012, p. 282).

Cultura afro-sergipana: uma contribuição ao movimento negro em Sergipe (1968-1998).2000. 76p. Monografia (graduação em história) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2000. SANTOS, Lucilene Marques Pereira da Silva.; SANTOS, Rosineide Amarante dos Santos. *Severo D’Acelino: Contribuição e luta em prol do movimento negro sergipano*.2007. Monografia (graduação em história) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2007.

Em entrevista concedida a mim, Severo D'Acelino afirmou:

“Fico pensando por que sou tão odiado pelo movimento negro. O pessoal do movimento negro não me aceita. Inclusive, eu fui quem fundou o movimento negro aqui em Sergipe, em 1968, e eles chegaram com o PT. Mas o pessoal é turrão. Só aceito o que vem de fora; a verdade daqui de dentro não é respeitada” (Entrevista cedida à autora em 29/06/2024).

O relato de D'Acelino corrobora a análise de Neves no que diz respeito às clivagens existentes dentro do movimento negro sergipano. Ao que tudo indica, as divergências internas acabam provocando decisões, resultando em ações isoladas na busca por garantias sociais e valorização da identidade negra.

No entanto, Domingues alerta que: “Enquanto as múltiplas entidades continuarem participando de forma isolada ou dispersa, o potencial político do protesto negro permanecerá diluído” (Domingues, 2012, p. 255).

É fundamental considerar que o objetivo não deve ser a eliminação das diferenças nem a imposição de uma homogeneidade forçada. A força do movimento negro reside justamente em sua diversidade e na capacidade de integrar múltiplas perspectivas e experiências. O desafio é encontrar um equilíbrio entre a autonomia das entidades e a necessidade de uma ação coordenada.

3.2. Identidade em movimento: o poder da representatividade negra

A pesquisadora Ione Dias nos apresenta uma indagação instigante: “Como as identidades que nos protegem e as relações com o outro poderão reinventar e produzir modos de vida que possam sair da invisibilidade?” (Dias, 2020, p. 32).

Diante desse questionamento, é o momento de refletirmos sobre a construção da identidade e, mais do que isso, sobre quais ações podem contribuir para o fortalecimento da identidade racial, especialmente no ambiente escolar.

De antemão, é necessário definir o que se entende por identidade. Nos dicionários, esse conceito é frequentemente descrito como o conjunto de características ou atributos que distinguem uma pessoa ou coisa de outra. Tal definição abrange tanto aspectos internos quanto externos, como traços físicos, comportamentais, culturais e psicológicos. A identidade, portanto, é concebida como a soma dos elementos que compõem a singularidade de um indivíduo ou grupo.

Os dicionários, enquanto instrumentos de referência linguística, oferecem definições padronizadas que refletem o entendimento tradicional dos conceitos. No entanto, tais definições contrastam com perspectivas pós-modernas identidade e contemporâneas, que veem a como fluida e sujeita a constantes reconfigurações.

Nesse sentido, a questão identitária é abordada por Stuart Hall (2006), que enfatiza seu caráter transitório, mutável e contraditório, resultante das relações sociais entre os sujeitos. Tal concepção contraria a visão essencialista, segundo a qual a identidade possui uma natureza fixa e imutável ou uma substância inerente ao sujeito.

A perspectiva de Hall desafia concepções tradicionais e fixas, propondo uma compreensão mais complexa e dinâmica das formas como os indivíduos se percebem e se relacionam com o mundo. Ele nos convida a enxergar a identidade como um campo de constante construção, negociação e disputa, influenciado por uma miríade de fatores culturais, sociais e históricos.

Hall (2003) também destaca a representação como um elemento crucial na formação da identidade. Para ele, a forma como os indivíduos são representados na cultura — seja na mídia, na literatura ou na arte — influenciam diretamente a maneira como se percebem e como veem os outros.

Sendo assim, ousa afirmar que a representatividade no ambiente escolar desempenha um papel fundamental na constituição identitária. De que forma, por exemplo, os conteúdos referentes à história e à cultura afro-brasileira estão sendo trabalhados em sala de aula? Quais personagens históricos estão sendo usados como referência? Os alunos negros conseguem se perceber como protagonistas da história?

A representatividade no currículo escolar é indispensável. A inclusão de autores, cientistas, artistas e figuras históricas de diferentes origens nos conteúdos envolvidos na sala de aula enriquece a formação dos estudantes e fornece uma visão mais completa e justa da história e das contribuições dos diversos grupos que compõem a sociedade (Pinheiro, 2023). Isso não apenas beneficia os alunos pertencentes às minorias raciais, mas também educa os estudantes brancos sobre a diversidade e a riqueza sociocultural que moldam o mundo, promovendo maior empatia e compreensão.

Em uma sociedade plural como a nossa, é essencial que todos os alunos se sintam vistos, ouvidos e valorizados dentro do espaço escolar. A ausência de representatividade racial pode gerar sentimentos de exclusão, inferioridade e falta de pertencimento.

Djamila Ribeiro (2019) apresenta algumas atitudes simples que podem contribuir para a formação das futuras gerações, como, por exemplo, disponibilizar às crianças livros com personagens negros que rompam com estereótipos e garantir que a escola cumpra a Lei n.º 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira.

Levando em consideração a Lei n.º 10.639/2003, a ênfase na história da África proposta pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), o eixo transversal da pluralidade cultural e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) — que, por sua vez, reafirma a diversidade étnico-racial do Brasil e o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira —, o personagem João Mulungu pode ser uma importante ferramenta para desconstruir a associação entre negritude e condição escrava, bem como um elemento potencializador na constituição de uma identidade racial positiva.

É igualmente relevante destacar “a complexidade existente nos processos de construção identitária, que é sempre relacional, sempre ligada a como o sujeito vê a si próprio e como ele é visto pelos outros nos diferentes contextos, lugares e momentos” (Pereira, 2013, p. 88).

De acordo com Gilroy (2001), a formação da identidade assume um caráter anti-essencialista, estabelecendo-se por meio de um processo histórico e político. O autor questiona o chamado absolutismo étnico, que se opõe à ideia de pureza racial em circulação tanto dentro quanto fora da política negra. Segundo ele, as identidades estão sempre inacabadas, em constante reelaboração; mais relevantes do que as origens são as experiências vívidas e compartilhadas.

É importante, portanto, reconhecer que as identidades estão sempre sendo ressignificadas, desafiando as narrativas estáticas e monolíticas que frequentemente marginalizam ou excluem vozes diversas. Essa visão inclusiva permite uma maior flexibilidade e abertura para aceitar e celebrar a diversidade. Além disso, promove a ideia de que as pessoas não devem ser definidas por rótulos rígidos, mas sim pela riqueza de suas experiências.

A construção da identidade negra, então, é um processo complexo e multifacetado, que nunca ocorre de maneira isolada, mas sempre em relação a uma teia de fatores sociais, culturais, históricos e pessoais (Munanga, 2012). Trata-se de um testemunho da resiliência e da capacidade de adaptação e transformação diante das adversidades, possibilitando a construção de modos de vida que desafiam a invisibilidade e afirmam a dignidade e humanidade de cada indivíduo.

É válido ressaltar que “para o movimento negro, 'raça' e, por conseguinte, a identidade racial, são utilizados não apenas como elementos de mobilização, mas também como instrumentos de mediação das reivindicações políticas” (Domingues, 2007, p. 101).

A estratégia de utilizar a identidade racial como ferramenta de luta desafia as narrativas dominantes, que muitas vezes minimizam ou ignoram as experiências da população negra. Em muitos contextos, observa-se uma tendência à universalização dos problemas sociais, tratando-os de maneira abstrata e descontextualizada.

Por fim, não se pode discutir identidade sem destacar o papel fundamental da memória. Memória e identidade estão intrinsecamente ligadas, pois a memória, seja individual ou coletiva, fornece uma narrativa contínua que molda a identidade. Passemos, então, a uma breve reflexão sobre a relação entre memória, história e identidade.

3.3. Entre Memória e História: construindo identidades

É momento de refletirmos sobre as fronteiras existentes entre memória e História, buscando compreender a importância da memória como elemento constituinte do sentimento de identidade. É essencial reconhecer que História e memória não se confundem, pois são produzidas em contextos diferentes. Embora ambos sejam produtos sociais e se voltem para o passado, o fazem de maneira diferente. Ao lidar com o passado e selecionar o que deve ou não ser lembrado, história e memória se aproximam; no entanto, “se diferenciam no que diz respeito aos critérios de seleção, uma vez que a História tem compromisso acadêmico e científico com diversos componentes – fontes, regras, métodos, narrativa, plausibilidade, entre outros” (Caimi, 2013, p. 29).

A memória possui um caráter fluido e mutável, estando sujeita a um processo contínuo de construção e detalhes, já que é influenciado pela dinâmica social. Sua elaboração ocorre no presente para responder às demandas do presente. Como afirma Bezerra, “a memória é filha do presente, mas seu objeto é a mudança” (Meneses, 1992, p. 12). Essa característica intrínseca à memória evidencia seu aspecto subjetivo.

Outra característica da memória é sua seletividade, pois o passado não é preservado em sua totalidade. Essa seleção pode ocorrer de forma inconsciente, na medida em que nem tudo é registrado, ou de maneira consciente, quando há uma tendência de relatar apenas o que é conveniente, omitindo aspectos comprometedores. O que a memória registrar, excluir ou

resgatar está diretamente relacionado ao que se deseja denunciar, omitir ou destacar como relevante (Meneses, 1992).

Segundo Ulpiano Meneses (1992), não basta dar voz aos silenciados; é necessário compreender os significados do silêncio e do esquecimento. A emergência de lembranças ocorre em situações específicas e atende às necessidades do presente.

As dificuldades e bloqueios que podem surgir ao longo de uma entrevista nem sempre resultaram de lapsos de memória ou esquecimentos, mas de uma reflexão sobre a utilidade de relatar e transmitir o passado. O silêncio, muitas vezes, representa uma forma de resistência, uma oposição ao discurso oficial, podendo ter motivações políticas ou pessoais. Pollak defende que “a fronteira entre o dizível e o indizível separa a memória coletiva subterrânea de uma memória organizada” (Pollak, 1989, p. 8).

Torna-se necessário, portanto, distinguir os diferentes tipos de memória. Há uma chamada **memória individual**, que corresponde a lembranças particulares e pessoais. A **memória coletiva**, por sua vez, resulta do soma de memórias individuais, desempenhando um papel fundamental na coesão e na solidariedade do grupo (Meneses, 1992, p. 15). Além disso, pode-se mencionar a **memória nacional**, que carrega consigo a ideia de nação e ideologia, a memória oficial ou dominante, que representa a memória do Estado.

Em oposição à memória nacional, temos o que Pollak denomina **memória coletiva subterrânea**, que integra as culturas minoritárias e dominadas. Essa memória revela o caráter opressor da memória nacional e costuma emergir em momentos de crise (Pollak, 1989, p. 4).

A memória, portanto, constitui um campo de disputa, um debate pela afirmação de identidades marginalizadas. Essa disputa é perceptível, por exemplo, na construção de heróis (quando não há consenso), nas datas comemorativas e na aprovação de monumentos. Como afirma Guarinello (1994), a memória é um ato de poder, e o campo da memória, o espaço onde atuam seus agentes, é um campo de conflito.

Encarar o campo da memória como um espaço de conflito é essencial para entendermos como diferentes grupos sociais lutam para preservar suas versões da história e garantir que suas vozes sejam ouvidas. É importante reconhecer que a memória coletiva é frequentemente moldada pelos vencedores, ou seja, por aqueles que detêm o poder. São eles que costumam decidir quais eventos serão comemorados, quais monumentos serão erguidos e quais histórias serão ensinadas nas escolas. Esse processo de seleção e exclusão constitui uma forma de exercício de poder, pois influencia tanto a identidade quanto a coesão social (Guarinello, 1994).

Diante do exposto, é necessário deixar claro que há uma distinção entre memória e História. A História, com seu caráter científico, busca a objetividade e revela um compromisso com a verdade, enquanto a memória se mostra volúvel e respaldada pelos interesses dos agentes sociais (Guarinello, 2006). Como já foi mencionado, a memória é seletiva; por outro lado, o historiador deve evitar a negligência de fatos.

No entanto, a ideia de objetividade da História e sua busca pela verdade já foram relativizadas pelos pós-modernos. Questionou-se, por exemplo, o fato de que o trabalho do historiador também está intrinsecamente ligado aos interesses, conflitos e visões de mundo de sua época. Sendo assim, a historiografia não representaria uma verdade absoluta sobre o passado, mas uma de suas possíveis interpretações.

Keith Jenkins (2005) argumenta que o conhecimento real e verdadeiro é inalcançável. Para ele, não existe verdade na História, pois ela seria apenas uma sucessão de interpretações, funcionando muitas vezes como um discurso a serviço do poder.

O argumento utilizado pelos pós-modernos, como Jenkins, precisa ser repensado. A História não é um mero discurso, e o conhecimento que ela produz se baseia em variadas fontes, por meio das quais o historiador busca se aproximar do conhecimento real, uma vez que se trata de um saber cientificamente produzido.

É importante ressaltar que o historiador jamais esgota a realidade, pois sua visão permanece sempre parcial, podendo chegar a conclusões diferentes sobre um mesmo fato. Entretanto, ele não tem liberdade para criar passados; sua abordagem do passado deve ser fundamentada em fontes.

História e memória, portanto, não se confundem, e suas diferenças não podem ser apagadas. A História é uma forma intelectual de conhecimento, enquanto a memória deve ser tratada como objeto da História. O principal objetivo do historiador não é construir memórias, embora possa utilizá-las na produção de seu trabalho científico.

3.4. Baluarte da memória coletiva: a importância da oralidade

A história oral “é um método de pesquisa que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de ou testemunharam acontecimentos, conjunturas e visões de mundo” (Alberti, 2004, p. 18). Tal metodologia pode se tornar uma importante aliada, permitindo que vozes marginalizadas ou silenciadas sejam ouvidas e reconhecidas.

No entanto, algumas críticas ainda são dirigidas ao uso da oralidade. Hampâté Bâ argumenta que:

Para alguns estudiosos, o problema todo se resume a saber se é possível conceber à oralidade a mesma confiança que se concede à escrita quando se trata de testemunhos de fatos passados. No meu entender, não é essa a maneira correta de se colocar o problema. O testemunho, seja escrito ou oral, no fim, não é mais que testemunho humano, e vale o que vale o homem. (Hampâté Bâ, 2010, p. 168)

Hampâté Bâ nos leva a refletir sobre o valor da oralidade, o que, por consequência, nos faz lembrar uma categoria que, na África, costuma desempenhar um papel de destaque: os griôs. Eles são mais do que simples contadores de histórias; são guardiões da sabedoria ancestral, mestres da oralidade e defensores da identidade coletiva. Ao celebrar e perpetuar as tradições orais, fortalecem o senso de pertencimento e orgulho cultural, ajudando as comunidades a resistirem às pressões assimilacionistas. Como afirma Moore, “os griôs são baluartes da memória coletiva” (Moore, 2010, p. 158).

A memória, a história oral e os griôs estão intrinsecamente ligados em um ciclo que perpetua e enriquece as culturas e identidades das sociedades. Esses elementos interagem de forma a preservar, transmitir e dar vida às experiências e tradições de diversos grupos.

Essa interação também ressalta a importância de valorizar e respeitar as diversas formas de conhecimento histórico. As histórias contadas pelos griôs, apoiadas pela memória coletiva e registradas pela história oral, oferecem perspectivas únicas e essenciais sobre o passado. Elas nos lembram de que a história não é apenas aquela que aparece escrita nos livros, mas também aquilo que é vivido, contado e recontado nas comunidades ao redor do mundo.

Sendo assim, compartilho a fala de Severo D’Acelino, a quem ousou chamar de griô, pois há muito tempo ele vem empreendendo uma luta em torno da memória do personagem João Mulungu, que chegou a receber o título de herói – fato que será explanado mais adiante. Vejamos, então, o que foi dito por Severo:

“Nunca estive no continente africano, mas me sinto ligado a ele, porque o pensamento e a linguagem que existem lá, eu tenho aqui. Ele fala da aldeia dele, do costume dele. Não vai falar da Europa e fazer história mentirosa, não. Eu conto a nossa história. Sergipe faz parte da diáspora, e eu trato isso muito bem. Mas eu me sinto tão só, tão desprestigiado.” (Entrevista cedida à autora em 26/06/2024).

A solidão e o desprestígio relatados por Severo talvez tenham um viés político e social, decorram de interesses conflitantes ou, ainda, resultem da desvalorização da oralidade e da memória. Afinal, os saberes por ele produzidos nem sempre são bem aceitos no meio

acadêmico. Independentemente dessa situação, é notório que ele continua contribuindo para que possamos recontar a história do negro em Sergipe.

Essa história, portanto, precisa ser recontada dentro da sala de aula. Em mais uma entrevista concedida, Severo D’Acelino relata:

“A história da minha trajetória, minha contribuição à educação do estado, a educação do negro, se deu através do processo do pertencimento. Desde o primeiro momento, os estudantes, a minha postura, a minha resistência e a minha presença—houve a incorporação do personagem vivo João Mulungu ali diante deles, através do Projeto ‘João Mulungu vai às escolas’. Quando eu chego na escola, eu me transformo. Ali é João Mulungu, ali é o resistente, ali é o negro a serviço da resistência, buscando, através da escola, trabalhar o elemento do pertencimento.” (Entrevista cedida à autora em 29/06/2024).

Resgatemos, então, as memórias e os embates acerca da heroificação de João Mulungu e reflitamos sobre de que forma um herói negro sergipano pode contribuir para a história escolar e para o fortalecimento do sentimento de pertencimento entre os alunos.

3.5. João Mulungu: a criação do herói

É essencial compreender que o processo de heroificação envolve uma transformação significativa da figura histórica. Heróis não nascem heróis; eles são moldados pela narrativa coletiva. Os heróis cumprem um papel social fundamental, sendo utilizados para encarnar e promover valores que uma sociedade deseja perpetuar. A heroificação transforma indivíduos em símbolos de coragem, justiça, sacrifício ou outros ideais considerados essenciais (Carvalho, 2017). Esse processo não apenas facilita a coesão social, mas também inspira indivíduos a aspirarem a tais ideais. Dessa forma, a heroificação não se limita à celebração de um indivíduo, mas se configura como uma ferramenta poderosa para a construção e manutenção de identidades coletivas.

Nesse contexto, o quilombola João Mulungu passou a ser celebrado como herói negro sergipano. No entanto, essa celebração não foi unânime e recebeu diversas objeções, suscitando debates tanto no âmbito político quanto na academia.

A historiadora Maria Nely, em seu artigo intitulado “Outros Mulungus, outros mitos?”, argumenta que:

“Falar em quilombo é lembrar, obrigatoriamente, JOÃO MULUNGU, transformado e reproduzido para as várias gerações no ‘superestrela’ da resistência escrava em

Sergipe. Sem dúvida, na década de 1870, foi uma das figuras mais populares entre os escravizados, um dos personagens temidos pelos senhores proprietários rurais e um dos mais experientes desafiadores dos cercos policiais. Mas, torná-lo único, ímpar e, sobretudo, tributar-lhe o título de Herói Negro Sergipano é um procedimento, no mínimo, reducionista” (Santos, 1995, p.5).

Nely reforça sua posição em entrevista ao Jornal Universidade Viva, conforme pontua o pesquisador Petrônio Domingues (2015):

“Segundo ela, Mulungu não agiu como ‘libertador’, mas sim como um ‘fujão’ que causou grandes transtornos aos donos de engenhos, fazendas e à justiça. Nely Santos destaca outros negros que, durante o período da escravidão, agiram de forma reconhecidamente heroica e enfatiza o papel de um branco – Francisco José Alves – como o grande abolicionista sergipano. [...] O mito João Mulungu, apontado por alguns pesquisadores e militantes do movimento negro como o maior herói negro de Sergipe, começa a ruir. [...] Segundo a professora, criou-se uma série de fantasias em torno dele [...]” (Domingues, 2015, p.227).

Talvez Nely não tenha considerado que a construção do herói envolve um processo de seleção e omissão. Características e feitos que se alinham aos valores desejados pela sociedade são amplificados, enquanto aspectos que não se ajustam à narrativa são minimizados ou omitidos. Esse processo seletivo revela muito sobre as prioridades e preocupações da sociedade em questão. A escolha de Mulungu e a exaltação de seus feitos foram intencionais por parte do Movimento Negro, que buscava um símbolo de resistência capaz de fortalecer o sentimento de pertencimento. Como afirma Carvalho: “Por ser parte real, parte construído, por ser fruto de um processo de elaboração coletiva, o herói nos diz menos sobre si mesmo do que sobre a sociedade que o produz.” (Carvalho, 2017, p.15).

Uma das figuras que mais se empenhou no reconhecimento de João Mulungu como herói foi Severo D’Acelino, fundador do Movimento Negro Sergipano. Segundo ele, foi o cineasta Djaldino Mota Moreno quem o apresentou ao personagem de Mulungu:

“Djaldino, ao perceber meu envolvimento com a questão racial, perguntou se eu conhecia João Mulungu. Respondi que não. Ele me convidou para atuar em um filme Super-8 interpretando Mulungu e me informou que Acrísio Torres, autor de ‘Pó dos Arquivos’ na Gazeta de Sergipe, havia mencionado sua existência. Não cheguei a interpretá-lo, mas comecei a pesquisar. Djaldino Mota Moreno foi o grande precursor e inovador desse aspecto histórico, dando-me o incentivo inicial para buscar informações” (entrevista cedida à autora em 09/07/2024).

Em *Pó dos Arquivos* (1975), Acrísio Torres descreve João Mulungu como um “crioulo de 25 anos”, “terror das populações do interior”, “o mais famoso quilombola de Sergipe”, “célebre bandido negro” e “vigoroso nas arremetidas e resistências” (“Mulungu, líder negro”, *Gazeta de Sergipe*, Aracaju, 28 e 29/12/1975, p. 3).

A descrição de Acrísio Torres chamou a atenção do cineasta Djaldino Mota Moreno, que, por sua vez, compartilhou essas informações com Severo D’Acelino, um militante já envolvido na luta pela questão racial.

A partir desse momento, esforços significativos foram empreendidos para tirar João Mulungu do anonimato e transformá-lo em um símbolo de luta e resistência. Iniciava-se, assim, a trajetória rumo à sua heroificação.

É importante lembrar que o final dos anos 1970 foi marcado pela ascensão de diversos movimentos e demandas sociais que visavam mudar tanto a estrutura quanto o imaginário social nacional. “[...] É dentro desse contexto que ocorre o ressurgimento do movimento negro” (Neves, 2012, p. 269).

Em 1978, ocorreu a segunda Assembleia Nacional do Movimento Negro Unificado, na qual “foi aprovado o dia 20 de novembro – data presumível da morte de Zumbi, em 1695 – como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’” (Domingues, 2015, p. 217).

Portanto, o 20 de novembro representa uma data de autoemancipação coletiva, legitimando as lutas antirracistas que remontam à fase abolicionista. Mais do que isso, como afirma Hamilton Cardoso (1987), tal data valida o negro enquanto sujeito e agente da luta pela cidadania.

Na década de 1980, “o movimento negro brasileiro envidava esforços para alçar Zumbi à condição de primeiro herói negro da nação” (Domingues, 2015, p. 217). Em Sergipe, D’Acelino também não poupou esforços para que um herói negro sergipano fosse reconhecido. Passou, então, a utilizar diversos meios para divulgar os feitos de João Mulungu.

Um dos meios utilizados foi a imprensa. O *Jornal À Tarde*, em 13 de maio de 1985, publicou um texto intitulado “João Mulungu: herói negro sergipano”, no qual foi ressaltada a luta de Severo D’Acelino. De acordo com o jornal, o Grupo Regional de Folclore e Arte Cênica Amadorista Castro Alves (hoje conhecido como Casa de Cultura Afro-Sergipana), liderado por Severo, “começa a dar os primeiros resultados no sentido de, efetivamente, trazer a público a verdadeira imagem e importância dos líderes, heróis, lendas e mitos”. Ainda consta que “a força da tradição oral é que tem possibilitado a tênue recuperação das manifestações negras no Brasil [...] O trabalho sobre o levantamento da memória de ‘João Mulungu’ teve início em 1981”. Por fim, destaca-se que a memória de Mulungu “está sendo recuperada pelo GRFACACA/ISPCPN, através do cordel, cartaz, palestras, cursos (comunicação e divulgação à comunidade), além de

seu nome no auditório da entidade” (“João Mulungu: herói negro sergipano”, *À Tarde*, Aracaju, 13/05/1985).

No ano seguinte, Severo escreveu no editorial do *Jornal Nagô*:

“Os nossos heróis ainda hoje clamam por justiça, reconhecimento [...]. João Mulungu – o herói negro sergipano – carece de reconhecimento urgente de todos os segmentos da sociedade e, sobretudo, de sua comunidade, que o esqueceu antes mesmo de o amar e identificar. [...] A comunidade negra sergipana deve conhecer seus heróis, para que, através desse comportamento, solidifique a identidade” (“Editorial”, *Jornal Nagô*, n. 01, 1986).

Após muita luta, uma vitória importante foi conquistada no município de Laranjeiras. A Lei nº 407, de 8 de agosto de 1990, foi aprovada na Câmara de Vereadores e reconheceu João Mulungu como herói negro de Laranjeiras, instituindo o dia 19 de janeiro como o Dia Municipal da Consciência Negra Laranjeirense:

Art. 1º - Fica reconhecido **JOÃO MULUNGU** como **Herói Negro de Laranjeiras**, pela sua real participação e importância na luta contra o cativo e na libertação de sua raça no Estado de Sergipe.
 Art. 2º - Fica instituído o dia **19 de janeiro** como o **Dia Municipal da Consciência Negra Laranjeirense**, data que se refere à prisão do **Líder Negro JOÃO MULUNGU**, nas terras do engenho Flor da Roda, em Laranjeiras (Câmara Municipal de Laranjeiras, Lei nº 407, de 8 de agosto de 1990).

O reconhecimento não foi fácil e as discussões foram acaloradas. Durante uma entrevista, Severo revelou: “Um vereador lá me chamou de ladrão, disse que eu estava inventando. Um negro maluco, que está querendo ganhar dinheiro e inventou um outro negro dizendo que é herói” (Entrevista cedida à autora em 26/06/2024).

De fato, o vereador Neemias de Almeida Ribeiro solicitou um aparte durante as discussões para pedir que alguém explicasse o projeto de lei nº 04/1990. Segundo ele, procurou uma pessoa formada em História e questionou sobre João Mulungu. A pessoa teria respondido que “a História não diz nada sobre ele” e concluiu dizendo: “Foi uma invenção de outro negro meio doido querendo aparecer, que se chama Severo, pois o mesmo inventou isso para ganhar dinheiro, criou o herói negro sergipano” (Câmara Municipal de Laranjeiras, 39ª sessão ordinária em 06 de agosto de 1990).

Na mensagem do prefeito Antônio Carlos Leite Franco, emitida por meio do projeto à Câmara de Vereadores, consta a seguinte justificativa:

“Trata-se de resgatar o nome de JOÃO MULUNGU do ostracismo que vem varando

os tempos desde o século passado, quando o personagem em apreço destacou-se no cenário das lutas liberatórias da Raça Negra em nosso Estado.

O presente projeto, que reconhece em JOÃO MULUNGU o mais expressivo defensor da causa negra, na luta contra a escravidão em nosso Estado, justifica-se, em si mesmo, pelo relevante papel que Laranjeiras, através dos seus filhos, desempenhou nos embates pelos ideais antiescravagistas” (Câmara Municipal de Laranjeiras, 01 de agosto de 1990).

Dois anos depois, foi a vez de Aracaju também celebrar a heroificação de Mulungu. A Lei nº 1.858, de 14 de julho de 1992, instituiu o Dia Municipal da Consciência Negra e reconheceu João Mulungu como herói negro do município.

Art. 1º - Fica instituído o dia 19 de janeiro como o **“DIA MUNICIPAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA”**.

Parágrafo único - O Dia Municipal da Consciência Negra, previsto no “caput” deste artigo, fará parte do calendário cultural do Município.

Art. 2º - Reconhece **JOÃO MULUNGU** como “Herói Negro” pela sua participação e importância na luta contra a escravidão (Câmara Municipal de Aracaju, Lei nº 1.858, de 14 de julho de 1992).

Severo, inicialmente acusado de ser um “negro meio doido”, já podia comemorar. Sua luta não havia sido em vão, e João Mulungu começava a sair do “ostracismo”. No entanto, Severo não se contentou com essa conquista inicial e decidiu continuar sua batalha para que o reconhecimento não fosse restrito apenas aos municípios. Seu novo objetivo era buscar um reconhecimento em nível estadual.

Antes de prosseguir, em 25 de setembro de 1995, Severo solicitou ao Conselho Estadual de Cultura um parecer sobre o reconhecimento de João Mulungu. O teor do ofício foi o seguinte:

“Considerando que a Casa de Cultura Afro-Sergipana há mais de 15 anos vinha desenvolvendo pesquisas com vistas a levantar todos os dados possíveis sobre a trajetória de João Mulungu, o ‘herói negro sergipano’, a fim de melhor referenciar sua luta na resistência negra no estado no segundo quarto do século XIX.

Considerando, ainda, que a historiadora Maria Nely vinha sistematicamente promovendo o ‘linchamento da personagem’, ‘distorcendo e criticando’, acusando a Casa de Cultura Afro-Sergipana de plantar um ‘falso herói’ e que aquele quilombola não passava de um ‘negro fujão’, etc., Severo D’Acelino solicitava ao ‘egrégio Conselho’ um parecer sobre João Mulungu” (Domingues, 2015, p.233).

A relatora do processo, Maria da Glória de Almeida, solicitou que Severo anexasse documentos que comprovassem que João Mulungu era, de fato, um herói. No entanto, a documentação não foi enviada no prazo estipulado. Em 2001, o presidente do Conselho Estadual de Cultura estabeleceu um prazo de trinta dias para que os documentos fossem

anexados, mas não obteve resposta. Só em 2003, com o CEC presidido por Pedro dos Santos, Severo enviou finalmente a documentação necessária.

Assim, em 2004, foi emitido o primeiro parecer, escrito por Lourival Santana Santos. Nesse parecer, Lourival ressalta que “há muito a historiografia tem repudiado toda e qualquer forma de mitificação e heroicização nas suas construções”. Severo, entretanto, não desistiu e, em 2007, foi emitido um novo parecer, desta vez escrito por Paulino da Silva. Paulino afirmou de forma enfática que “A construção da história não se processa pela relação vilão/herói, mas pelas relações sociais do cotidiano através da participação coletiva de pessoas anônimas do povo”. Apesar de Severo ter recorrido da decisão, o CEC manteve sua posição e decidiu por não reconhecer João Mulungu como herói (Domingues, 2015).

Em meio a todo esse embate no Conselho Estadual de Cultura, em 1999, ocorreu uma importante conquista na Assembleia Legislativa de Sergipe. Foi aprovada a Lei nº 4.192, que recomendou a inclusão do conteúdo da Cultura Negra em concursos públicos, cursos de formação e aperfeiçoamento para servidores públicos civis e militares, além de instituir o dia 19 de janeiro como o Dia Estadual de Luta da Consciência Negra.

Art. 1º - Fica recomendada, no âmbito da Administração Pública do Estado de Sergipe, a inclusão de conteúdos da Cultura Negra Sergipana em concursos públicos, cursos de aperfeiçoamento do servidor público civil e/ou militar, com ênfase nas questões e condições sócio-política-econômicas e culturais dos afro-sergipanos, na forma interdisciplinar.

Art. 2º - Fica ainda incluído no Calendário Cívico Cultural do Estado de Sergipe, o Dia 19 de janeiro como o DIA ESTADUAL DE LUTA DA CONSCIÊNCIA NEGRA, em homenagem ao herói negro sergipano, JOÃO MULUNGU (Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, Lei nº 4.192, de 23 de dezembro de 1999).

Observemos que a lei aprovada em Sergipe é anterior à Lei nº 10.639, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, a qual tornou obrigatória a inclusão do ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas públicas e privadas de todo o Brasil.

A inclusão dos conteúdos da Cultura Negra Sergipana em concursos públicos e cursos de aperfeiçoamento é um passo fundamental na promoção da igualdade racial. A História e a Cultura Afro-brasileira, frequentemente negligenciadas nos currículos educacionais e na formação profissional, precisam ser reconhecidas de maneira integral. Ao incluir esses conteúdos, a lei busca garantir visibilidade e valorizar as contribuições dos afro-sergipanos à sociedade, permitindo uma maior compreensão de sua importância histórica e cultural. No entanto, para que essa lei seja efetiva, ela exige um compromisso contínuo com sua

implementação. Isso inclui não apenas a criação de materiais educativos adequados, mas também a capacitação de professores e a avaliação constante dos programas de formação e concursos públicos. Além disso, é imprescindível que as comunidades afrodescendentes participem ativamente na elaboração e execução dessas iniciativas, para que o conteúdo seja genuíno, relevante e representativo.

A criação do Dia Estadual de Luta da Consciência Negra, em homenagem a João Mulungu, constitui um importante ato de reparação histórica. Como muitos outros heróis negros, a figura de João Mulungu foi durante muito tempo marginalizada, e suas contribuições e lutas foram muitas vezes apagadas pela História oficial. A inclusão dessa data no calendário cívico-cultural é uma forma de reconhecimento público, permitindo que sua história seja resgatada e que seu papel de liderança e resistência seja devidamente celebrado. Dessa maneira, não apenas a memória de Mulungu é revitalizada, mas também se dá visibilidade a outras narrativas afrodescendentes que, historicamente, foram silenciadas.

A inclusão de João Mulungu na narrativa heroica local não se limita a enriquecer a História, mas também contribui para a construção de uma identidade coletiva mais justa e plural. O apagamento de suas memórias é reflexo de um problema maior: a desvalorização e a marginalização das contribuições das populações negras na construção da nação. Essas contribuições, tão essenciais para o desenvolvimento social e cultural, muitas vezes são minimizadas ou ignoradas na história oficial do país.

Contudo, o reconhecimento de heróis como João Mulungu não é suficiente por si só. É necessário também implementar políticas educacionais que não apenas incluam suas histórias nos currículos escolares, mas que as tornem temas centrais nas discussões em sala de aula. Dessa forma, os estudantes poderão aprender de maneira mais profunda e inspiradora com suas trajetórias, compreendendo o papel crucial desses personagens na luta contra o racismo e a opressão.

A Lei Estadual nº 4.192/1999, assim como a Lei Federal nº 10.639/2003, ainda não estão totalmente consolidadas. Embora esses marcos legais representem avanços importantes, a implementação efetiva e generalizada dessas leis ainda é um desafio. Para consolidá-las, é preciso garantir que os materiais didáticos adequados estejam disponíveis, que os professores recebam a capacitação necessária e que as instituições educacionais adotem um compromisso real com a educação antirracista. Somente dessa forma essas leis poderão ser transformadas em uma prática constante e efetiva.

Dito isso, é importante analisar como o reconhecimento de João Mulungu tem reverberado na sociedade sergipana.

4. O LEGADO DE JOÃO MULUNGU: MEMÓRIAS QUE PERSISTEM

Os lugares de memória, conforme conceituados pelo historiador Pierre Nora (1993), são elementos essenciais na preservação e perpetuação da memória coletiva de uma sociedade. Esses espaços, sejam eles físicos ou simbólicos, desempenham um papel crucial na construção da identidade coletiva e na manutenção da coesão social. Em um mundo marcado pela globalização e pela rápida transformação tecnológica, os lugares de memória se destacam como âncoras do passado, proporcionando um sentido de continuidade e pertencimento.

Tais lugares funcionam como repositórios de memória, onde o passado pode ser revisitado e reinterpretado. Eles oferecem um espaço para reflexão, educação e comemoração, ajudando a ancorar o presente no contexto do passado.

Pierre Nora sintetiza essa ideia ao afirmar: “Os lugares da memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora” (Nora, 1993, p. 12). Essa reflexão traz uma visão crítica sobre a maneira como as sociedades contemporâneas lidam com seu passado. São "restos" porque representam fragmentos que persistem no presente — vestígios de eventos, culturas e pessoas que, de alguma forma, sobreviveram ao tempo.

A preservação e a valorização desses lugares de memória são atos de resistência contra o esquecimento e a indiferença. Eles simbolizam um compromisso com a lembrança e a recusa em permitir que eventos significativos desapareçam da consciência pública.

Nesse contexto, a memória em torno de João Mulungu tem conquistado cada vez mais espaço, ocupando diferentes territórios simbólicos. Como destaca Domingues (2015, p. 238): “No momento em que saiu a ‘sentença’ do CEC, o sucesso de Mulungu, como herói negro, já havia se cristalizado nos domínios da memória.”

Os espaços onde a figura de Mulungu se consolidou funcionam como importantes ferramentas educativas. Eles proporcionam oportunidades para que a sociedade conheça sua história e reconheça a relevância de figuras negras na construção do passado. Esse movimento contribui para superar a visão reducionista que associa a negritude exclusivamente à escravidão, promovendo uma compreensão mais ampla e complexa da história. Ao educar a sociedade sobre a diversidade de suas personalidades históricas, fomenta-se uma consciência coletiva mais inclusiva e empática, além de fortalecer a identidade e o senso de pertencimento.

João Mulungu, herói negro sergipano, passou a ser representado em diversos espaços culturais, como a música, a literatura, as manifestações populares, os movimentos sociais e até mesmo o espaço público. Sua memória também se tornou referência em um projeto cultural de educação. Todos esses meios utilizados para eternizar sua trajetória podem ser transformados em recursos didáticos, enriquecendo o ensino e estimulando debates em sala de aula sobre identidade, resistência e pertencimento.

4.1. O espaço público como símbolo de resistência: “Largo João Mulungu”

A história local não vê o território como um ponto inerte e imutável, mas como um elemento vivo que participa da experiência histórica de diferentes grupos sociais (Figueira & Miranda, 2012).

Algumas ruas e avenidas, por exemplo, podem ser renomeadas ou receber placas comemorativas em homenagem a eventos históricos. Essa prática preserva a memória coletiva e reforça a importância da luta por direitos e justiça. Ao nomear logradouros em referência a ativistas ou eventos emblemáticos, esses espaços tornam-se símbolos duradouros da resistência.

Nesse contexto, uma importante conquista ocorreu em Aracaju no dia 21 de novembro de 1989, quando a Lei Municipal nº 1.571 estabeleceu em seu artigo 1º:

“Fica denominado ‘LARGO JOÃO MULUNGU’ o logradouro situado ao fundo do Colégio Francisco Rosa, entre as Ruas ‘A’ e ‘A1’ no Conjunto Assis Chateaubriand (Bugio), nesta capital.” (*Câmara Municipal de Aracaju, Lei nº 1.571, de 21 de novembro de 1989*).

No projeto de lei que pleiteava a mudança de nomenclatura, o vereador Jorge Araújo argumentou que Mulungu “foi a ponte de mobilização, ligando de norte a sul toda a comunidade negra da província, em constante mobilização contra o cativoiro” (Câmara Municipal de Aracaju, Projeto de Lei nº 60/1989).

De acordo com Barros (2005), demarcar território é demarcar poder. No caso supracitado, a mudança do nome de um logradouro para homenagear um símbolo de resistência negra reflete uma tomada de posição em meio a uma disputa de narrativas. A Casa de Cultura Afro-Sergipana, por exemplo, já empreendia, à época, uma luta pelo reconhecimento de João Mulungu como herói negro sergipano.

A existência do Largo João Mulungu — um espaço público que faz referência a um símbolo de resistência negra — tem um significado fundamental no resgate da memória e na construção ou consolidação de identidades. Como defende Gonçalves (2012), a história local constitui um campo privilegiado de investigação sobre o traçado e a configuração das relações de poder entre grupos, instituições e indivíduos, além de revelar os processos dinâmicos de sedimentação das identidades sociais.

Segundo Severo D’Acelino, o Largo João Mulungu também serviu como local para celebrações alusivas à questão racial, reforçando seu papel como espaço de memória e resistência.

“Já ocorreram diversas manifestações. Teve apresentação de poemas, teve discurso, música. Diversas manifestações foram feitas ali em diversas datas. O Movimento Negro do Bugio e o pessoal da banda Reação faziam parada ali. Depois, o Movimento Negro começou a se espalhar, diminuir a participação, e eu não tenho tido informe de manifestação recente por ali. Mas, anos atrás, sempre que havia datas comemorativas da resistência negra, estávamos lá. Eu participei diversas vezes. Não só da inauguração, mas sobretudo nas comemorações alusivas ao negro. Houve diversas manifestações ali, inclusive relativas àquele colégio que fica próximo.”
(Entrevista cedida à autora em 15/07/2024).

O Largo João Mulungu, que já foi um espaço de referência para manifestações culturais e comemorações da resistência negra, atualmente parece ter se tornado apenas mais um logradouro da cidade de Aracaju. O local deixou de ser um ponto de encontro, debates ou celebrações. Segundo D’Acelino, essa mudança pode ser atribuída à falta de unidade no Movimento Negro Sergipano, o que reduziu a frequência e a intensidade das manifestações.

No entanto, é essencial destacar que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) encorajam a realização de pesquisas e investigações sobre a história local como forma de envolver os alunos de maneira significativa e ampliar sua compreensão histórica. Como aponta o documento: “Os estudos de história local possibilitam que os alunos ampliem a capacidade de observar o seu entorno para a compreensão das relações sociais e econômicas existentes no seu próprio tempo e reconheçam a presença de outros tempos no seu dia a dia.” (Brasil, 1997, p. 40).

A ênfase dos PCNs na observação do entorno visa tornar o aprendizado mais relevante e significativo para os estudantes. Ao incentivar uma análise crítica do ambiente, a educação se torna um processo dinâmico e conectado à realidade dos alunos. Essa abordagem possibilita que identifiquem e compreendam as dinâmicas sociais e econômicas que impactam suas vidas

cotidianas, como relações de trabalho, consumo, urbanização e desigualdade social e racial. Dessa maneira, o aprendizado deixa de ser abstrato e passa a refletir experiências concretas.

Fonseca (2006) defende que a história local deve ocupar um papel central na educação básica obrigatória, pois contribui significativamente para a construção da memória coletiva e individual. Assim, os espaços públicos podem ser compreendidos como arenas fundamentais de resistência, onde se manifestam vozes historicamente marginalizadas, memórias subterrâneas e narrativas de luta, reforçando o senso de pertencimento e identidade social.

Nesse sentido, incorporar visitas e estudos sobre o Largo João Mulungu ao currículo da educação básica é uma iniciativa fundamental para enriquecer a experiência educacional dos alunos. Esse espaço, carregado de significados históricos e culturais, representa uma oportunidade valiosa para o aprendizado prático, além de promover a valorização de memórias e histórias frequentemente ignoradas pelos registros oficiais.

4.2. A melodia da resistência: “conclamemos João Mulungu”

Gilroy (2001) argumenta que a música afro-diaspórica é um veículo poderoso para a comunicação de experiências compartilhadas e para a preservação da memória coletiva. Ele ressalta que a música transcende barreiras nacionais e étnicas, criando uma cultura atlântica híbrida que desafia as narrativas tradicionais de identidade e pertencimento. Para Gilroy, a música não é apenas um reflexo passivo das condições sociais, mas um agente ativo na construção de uma consciência negra transnacional.

A musicalidade torna-se, assim, um meio pelo qual indivíduos da diáspora expressam suas tensões internas e negociam identidades fragmentadas:

"(...) a música e seus rituais podem ser utilizados para criar um modelo no qual a identidade não pode ser entendida nem como uma essência fixa, nem como uma construção vaga e extremamente contingente a ser reinventada pela vontade e pelo capricho de estetas, simbolistas e apreciadores de jogos de linguagem." (Gilroy, 2001, p. 209).

Nesse contexto de desafio às narrativas tradicionais e de ressignificação através da linguagem, a canção *Rimas Negras (João Mulungu)*, lançada em 2016 pela banda de rap Rimas Periféricas, emerge como um exemplo claro da música enquanto ferramenta de reivindicação, conscientização e preservação da memória.

Passemos à análise de uma das estrofes que compõem a letra do rap:

Senzalas, delegacias, presídios, navios negreiros
 Escravidão que ainda perdura e quem sofre é sempre o negro
 Sempre marginalizado, sem opção para mudar
 Escravidão mudou de cara, nosso plano é acabar
 (Rimas periféricas, 2016)

Essa estrofe apresenta uma crítica social contundente, estabelecendo um elo entre o passado e o presente para evidenciar como a opressão dos negros se transformou, mas não desapareceu. A linguagem evocativa utilizada pelo autor ressalta a continuidade da marginalização e do sofrimento da população negra, ao mesmo tempo em que enfatiza a existência de uma luta ativa para confrontar e transformar essa realidade.

Outro trecho da canção reforça a exaltação da resistência e a importância de João Mulungu como símbolo de luta:

E mais para o povo preto, em prol da libertação
 De Estância à Palmares, resistência, meu irmão
 Mulungu, vale lembrar: herói negro sergipano
 O Zumbi das nossas terras, combateu vários tiranos
 (Rimas periféricas, 2016)

Aqui temos uma ode à resistência negra e à luta incessante pela liberdade e igualdade, ressaltando a importância da memória e da valorização das figuras que protagonizaram essa trajetória. A menção a João Mulungu como herói negro sergipano busca não apenas reconhecer sua relevância histórica, mas também inspirar, fortalecer a identidade e empoderar a comunidade negra, reafirmando sua força e obstinação.

Como fez o herói negro lá da Serra da Barriga
 Resistência que orgulha, Palmares, pátria querida
 Palco de muita resistência, fez brilhar a união
 Mulungu e Rei Zumbi são exemplos pra nação
 (Rimas periféricas, 2016)

Nesse trecho, João Mulungu e Zumbi dos Palmares são apresentados como símbolos de resistência e liderança. A canção enfatiza a necessidade de preservar e exaltar essas figuras históricas, destacando seu papel na luta contra a opressão. Ao aproximá-los, o rap reforça a conexão entre a resistência local e a luta maior da população negra no Brasil, sugerindo que suas ações e legados devem servir de inspiração para as gerações atuais.

Não se renda, nem se omita, tá na hora de lutar
 Libertação pra nossa gente, eu não me canso de tentar
 Foi chibatada, hoje é fardada, senzala é morro, meu irmão
 Mãos pro alto, opressor, resistência aqui brotou
 (Rimas periféricas, 2016)

A estrofe acima expressa a urgência da luta contra a opressão e a busca incessante pela libertação da população negra. Ao estabelecer um paralelo entre a escravidão e as formas contemporâneas de marginalização – representadas pela violência policial e pela exclusão social –, a canção evidencia que, embora os métodos tenham mudado, a injustiça persiste. O verso final traz uma mensagem de resistência e enfrentamento, reforçando que a luta continua e que a mobilização popular é essencial para a transformação social.

E a resistência que aqui brota com certeza vai fluir
 Mata uma, duas rosas, mas a primavera há de vir
 O povo preto no poder, o fim da escravidão
 Com postura libertária, negamos a servidão
 Uruanha tem quilombo, no Porto lá tem também
 Descendência quilombola, isso não nego para ninguém
 (Rimas periféricas, 2016)

Nessa parte, a letra do rap reforça a ideia de resistência contínua e a esperança por um futuro de liberdade e igualdade. A metáfora da primavera sugere que, apesar das tentativas de silenciamento e repressão, a luta negra sempre renasce e se fortalece. O trecho final resgata a importância dos quilombos contemporâneos e da identidade quilombola, afirmando o orgulho da ancestralidade e do pertencimento à história de resistência do povo negro.

O uso de metáforas evocativas transmite a ideia de que, apesar das dificuldades e das perdas, a luta pela liberdade e pela justiça gera frutos. O trecho apresenta uma visão inspiradora de um futuro em que o povo negro conquista seu espaço de poder. Além disso, ressalta o orgulho da descendência quilombola e a força das gerações que vieram antes.

Viu a mãe ser humilhada, espancada até a morte
 Lutamos por liberdade, ideologia aqui é forte
 Ninguém mais escravizado, sonhos de libertação
 O herói negro sergipano resistiu firme na missão
 (Rimas periféricas, 2016)

Aqui, a canção traz uma narrativa dolorosa e realista sobre o sofrimento das famílias negras ao longo da história. A referência à violência e à humilhação da mãe da personagem evoca a brutalidade da escravidão e do racismo estrutural. No entanto, a resistência e a luta por liberdade são reforçadas, destacando a força e a resiliência da população negra.

Um orgulho, um exemplo, fez valer a sua cor
 Vítima da traição, outro grande que tombou
 Viveu em Laranjeiras, resistiu em todo estado
 Era astuto e corajoso, um sergipano arretado.
 (Rimas periféricas, 2016)

João Mulungu é exaltado como um herói destemido, cuja bravura e astúcia o tornaram um símbolo de resistência. O trecho enfatiza o orgulho e o exemplo deixado por ele, reforçando sua importância na história sergipana. Apesar da traição que o levou à morte, sua memória permanece viva como inspiração para aqueles que continuam a lutar por justiça e igualdade.

O opressor a gente aplaude, nossos heróis a gente esquece
 Falta história para o meu povo de Estância e do Nordeste
 Escravidão que ainda perdura, muitas vezes camuflada
 Mas quem sente a realidade é o preto, meu camarada
 (Rimas periféricas, 2016)

Nessa estrofe, há uma crítica direta à invisibilização dos heróis negros na história oficial e à persistência da opressão, ainda que sob novas formas. A música denuncia a maneira como a sociedade exalta figuras do poder enquanto apaga a memória daqueles que resistiram. Além disso, destaca que a escravidão não foi completamente erradicada, mas se reinventou em estruturas sociais que ainda marginalizam a população negra.

Lotando nossos presídios, mortos na periferia
 Nosso cotidiano é humilhação e covardia, é hora de repensar
 Escravidão nunca acabou, mudar a forma de atacar
 Ainda é o mesmo opressor, burguesia que nos suga
 Que só quer nosso suor, criminaliza nossa erva
 Entope o nariz de pó.
 (Rimas periféricas, 2016)

Essa última parte reforça a denúncia das desigualdades contemporâneas, traçando um paralelo entre o passado escravocrata e a realidade atual da população negra no Brasil. A superlotação dos presídios, a violência nas periferias e a seletividade do sistema de justiça são apontadas como evidências da continuidade da opressão. A crítica à hipocrisia da elite, que condena certos hábitos enquanto participa de outros, expõe o racismo estrutural e as contradições da sociedade.

Por fim, a canção aborda a inversão de valores sociais, a negligência histórica e a continuidade da opressão, especialmente na comunidade negra. Critica a maneira como figuras de poder e autoridade são frequentemente exaltadas, enquanto aqueles que lutaram pela justiça

e igualdade são ignorados ou apagados da memória coletiva. Enfatiza-se a necessidade de recuperar e valorizar a história e as contribuições dos negros, frequentemente negligenciadas pela narrativa dominante e pelos relatos históricos considerados oficiais.

Além do rap da banda Rimas Periféricas, alguns anos antes, em 2008, a banda de reggae Oganjah também homenageou o herói negro sergipano com o lançamento do álbum *Conclamamos João Mulungu*. A canção-título, *Mulungu*, apresenta os seguintes versos:

Muitos foram, eles vieram de lá (da África),
Braçadas sobre o Atlântico, empurrados pra cá (de lá pra cá).
Reinos inteiros sendo partidos, destrinchados,
Caçados com cães e feitores, execrados, rabujo de cães malfeitores,
Já que não tínhamos armas de fogo, não alçaríamos voo de novo,
Mas o fogo de nossas almas é sempre novo, mas o fogo de nossas almas arderá de novo,
E de novo conclamamos Zumbi, e de novo conclamamos João Mulungu, Manuel Congo!
(reggae Oganjah, 2008)

Os versos iniciais evocam a imagem dolorosa da travessia forçada dos africanos pelo Atlântico, uma referência direta ao tráfico transatlântico de escravizados. A expressão "*braçadas sobre o Atlântico*" sugere o esforço desesperado pela sobrevivência, reforçando a brutalidade do deslocamento forçado. Em seguida, a canção destaca a desintegração dos reinos africanos devido à captura sistemática de seus habitantes, que foram caçados como animais – uma metáfora potente para a desumanização imposta pelo regime escravocrata.

Nos versos finais, há uma evocação dos heróis negros. Ao "*conclamar*" Zumbi, João Mulungu e Manuel Congo, a música faz um apelo à memória e à continuidade da luta pela justiça, liberdade e igualdade. A figura de João Mulungu é mais uma vez celebrada como um símbolo da resistência afro-brasileira.

João Mulungu, herói negro sergipano, representa a luta e a resistência dos afro-brasileiros contra a opressão. Ao utilizar canções que narram sua história e seus feitos, os educadores têm a oportunidade de resgatar uma memória frequentemente negligenciada ou omitida nos currículos escolares tradicionais. Essa valorização é fundamental para que os estudantes compreendam a importância da contribuição negra na construção da sociedade brasileira e reconheçam figuras históricas que, apesar de ausentes dos livros didáticos convencionais, desempenharam papéis essenciais na luta pela liberdade.

Ao analisar e discutir as letras dessas canções, os alunos são incentivados a refletir criticamente sobre a realidade social e as dinâmicas de poder. A história de João Mulungu, contada por meio da música, torna-se um ponto de partida para debates sobre racismo, resistência e a necessidade de reconhecer e valorizar a diversidade cultural. Essa prática contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico e para a capacidade dos estudantes de questionar e transformar a sociedade.

Para alunos negros, em particular, o reconhecimento de heróis como João Mulungu pode fortalecer a autoestima e o orgulho racial. Ver a história e a cultura de seus antepassados valorizadas no ambiente escolar contribui para a construção de uma identidade positiva e reforça o sentimento de pertencimento e importância na sociedade.

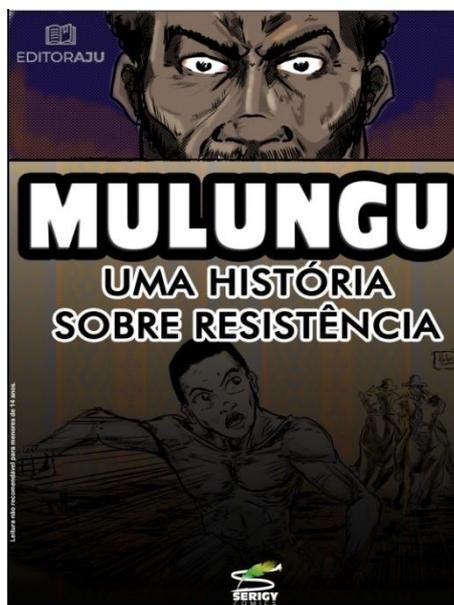
4.3. Narrativa visual: João Mulungu em quadrinhos

As histórias em quadrinhos (HQs) têm recebido um reconhecimento crescente como valiosa fonte de pesquisa em diversos campos acadêmicos e culturais. Tradicionalmente vistas apenas como entretenimento, as HQs vêm sendo apreciadas também por seu potencial para oferecer reflexões sobre questões sociais, culturais, políticas e históricas.

Em *A Leitura dos Quadrinhos*, Paulo Ramos (2009) argumenta que as HQs podem ser um recurso pedagógico eficaz no desenvolvimento das habilidades de leitura e interpretação dos alunos. Ele destaca que a combinação entre texto e imagem facilita a compreensão de conteúdos complexos e pode engajar os estudantes de maneira mais eficaz do que os textos tradicionais.

O herói negro sergipano João Mulungu ganhou destaque nas páginas de uma HQ em 2018, intitulada *Mulungu: uma história sobre resistência*. A obra, escrita por Marlone Santana, conta com 24 páginas e foi produzida e publicada pela Serigy Comics. Além da versão física, comercializada, a HQ também pode ser acessada gratuitamente em formato digital por meio do site da AjuPlay.

FIGURA 1 – Capa da HQ



Fonte: Mulungu: uma história sobre resistência, disponível no site ajuplay.

O autor da história em quadrinhos informa aos leitores que a obra tem como objetivo “contar de maneira fantasiosa aspectos do folclore regional e brasileiro, assim fortalecendo suas tradições e trazendo para o conhecimento do público sergipano a história de João Mulungu, considerado como o Zumbi sergipano” (Santana, 2018, p.2).

A obra começa com uma cena de ação na qual Mulungu foge de seus algozes, que, por sua vez, tentam a todo custo capturá-lo. Mulungu se embrenha pelas matas, e aqueles que buscavam sua captura acabam por se deparar com o inesperado: espíritos. Neste momento, o autor insere na história uma representação do grupo parafuso.

Com medo, o capitão e seus comandados acabam por perder Mulungu de vista. Mas seguem em sua empreitada e, dessa vez, ficam cara a cara com uma fera e começam a amaldiçoar João Mulungu, culpando-o por toda aquela situação.

Mulungu, por sua vez, em meio à mata, tem um encontro com o Curupira, que revela ter recebido ordens da floresta para protegê-lo e que Mulungu ainda se tornará um grande guerreiro, libertando muitos da escravidão.

O enredo da HQ desperta a atenção do leitor e, embora tenha caráter fantasioso, permite que, por meio do personagem João Mulungu, sejam trabalhadas temáticas como escravização, resistência, manifestações culturais e racismo.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece a importância das histórias em quadrinhos (HQs) como uma ferramenta pedagógica valiosa no ensino, especialmente nas áreas de Linguagens e Ciências Humanas. O documento sugere que as HQs podem ser utilizadas de diversas maneiras no ambiente escolar para promover o desenvolvimento de competências e habilidades específicas.

Na área de Ciências Humanas, a BNCC destaca as histórias em quadrinhos como recursos eficazes para facilitar o entendimento de temas históricos, geográficos, sociais e culturais. Além disso, essas narrativas contribuem para o desenvolvimento da leitura crítica, da interpretação de textos multimodais e da compreensão contextual.

Nos anos finais do ensino fundamental, a habilidade EF09HI04, pertencente ao componente curricular de História, propõe a discussão sobre a importância da participação da população negra na formação econômica, política e social do Brasil (Brasil, 2018). Dessa forma, a HQ *Mulungu: uma história sobre resistência* pode ser utilizada para que os alunos analisem tanto o contexto histórico em que a obra foi produzida quanto o período ao qual se refere, destacando o papel do povo negro na história do Brasil e de Sergipe. Além disso, é possível estabelecer um contraponto entre as narrativas tradicionais presentes em alguns livros didáticos de história e a abordagem da HQ, incentivando, assim, a construção do pensamento crítico pelos alunos.

Já no ensino médio, a habilidade EM13CHS102, do componente de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, propõe a identificação, análise e discussão das circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais como etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo e desenvolvimento. O objetivo é avaliar criticamente o significado histórico desses conceitos, comparando-os a narrativas que incluam outros agentes e discursos (Brasil, 2018).

A integração das histórias em quadrinhos (HQs) ao currículo escolar configura-se como uma abordagem inovadora e eficaz para promover um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e estimulante. Ao incorporarem, por exemplo, a HQ *Mulungu: uma história sobre resistência* em suas práticas pedagógicas, os educadores não apenas diversificam os recursos didáticos, mas também incentivam os alunos a refletirem sobre suas próprias identidades, além de reconhecerem a diversidade e a complexidade das experiências humanas. Essa estratégia pedagógica proporciona múltiplos benefícios, que vão desde o desenvolvimento da capacidade

crítica e interpretativa dos estudantes até a promoção de uma educação mais equitativa e representativa.

4.4. João Mulungu: um olhar literário

A literatura tem o poder de eternizar histórias, tradições e memórias por meio das palavras. No vasto universo das letras, a figura de Mulungu emerge como um símbolo rico em significados. Através de cânticos, contos, poemas, poesias e cordéis, o personagem João Mulungu foi rememorado. A utilização desses textos pode servir como ponto de partida para discussões e debates em sala de aula. Por meio da análise e interpretação coletiva, os alunos podem explorar diferentes perspectivas sobre eventos históricos, questionar narrativas oficiais e desenvolver uma compreensão mais aprofundada e crítica da história.

Um dos autores que mais se dedicou a resgatar e preservar a memória do herói negro sergipano João Mulungu foi Severo D’Acelino. Passemos, então, à análise de alguns versos de suas obras, uma vez que eles podem oferecer aos alunos uma experiência educativa rica e significativa, indo além do simples estudo literário. Para alunos negros, essa abordagem pode fortalecer o senso de identidade e pertencimento. Para todos os alunos, essa inclusão amplia a compreensão da diversidade e da importância de todas as vozes na construção da história.

Começemos, então, pelo cordel *João Mulungu: vida e morte de um negro herói sergipano* (s.d.). Na obra citada, D’Acelino narra a trajetória de Mulungu desde o nascimento, passando pela fuga, formação de quilombos, captura, julgamento e morte. Nos versos finais, ressalta-se o fato de Mulungu ainda servir como exemplo de luta e resistência:

João Mulungu riu
 E, como um rei, sutilmente agradeceu.
 Poucos entenderam, ele disse
 Com seu corpo, expressão,
 Seu olhar e riso:
 Nunca tive a vida
 Como contemplação de mim,
 Meu povo é minha vida
 E ela se multiplica.
 Onde haja um negro,
 Aí eu estou... A luta continua...
 E continuou.
 Os ensinamentos e exemplos
 De João Mulungu se alastraram
 E perduraram até a chamada abolição
 Jurídica dos cativos (...)

(D'Acelino, s.d., p.14).

Os versos ressaltam a duradoura influência de João Mulungu como uma figura emblemática de resistência e liderança na luta pela liberdade. A palavra *alastraram* sugere que seus ensinamentos e exemplos não ficaram confinados a um tempo ou lugar específico, mas se difundiram, tocando diversas vidas.

Na obra intitulada *Cânticos da Resistência* (s.d.), Severo D'Acelino mais uma vez exalta os feitos de Mulungu. A obra apresenta a seguinte divisão: *Negra Conceição: a guerreira de Mulungu; João Mulungu: herói da resistência; Kintalé: o pagode da resistência*; e, por fim, o que o autor chamou de *Adendos*, onde encontramos um poema intitulado *Revisitação*, além da transcrição do auto de perguntas feito a João Mulungu por ocasião de sua captura.

Quero todos os negros,
Independente dos espaços de poder,
Lutando na resistência e revitalização das tradições
Culturais de nossa gente, sementes e raízes.
Quero todos os negros,
Na luta por liberdades, educação étnica,
Reconstruindo sua identidade, lutando por cidadania plena,
Respeitando o negro, a diversidade e a diferença.
(D'Acelino, s.d., p.33)

O trecho do poema *Revisitação*, que faz parte da obra *Cânticos da Resistência*, expressa um apelo à união e à resistência da comunidade negra em busca de reconhecimento, preservação cultural e igualdade de direitos. Ao clamar por "todos os negros, independente dos espaços de poder", D'Acelino enfatiza a necessidade de uma mobilização coletiva que transcenda as barreiras sociais e institucionais. A busca por "liberdades, educação étnica" e pela "reconstrução da identidade" sublinha a importância de uma educação que valorize e promova a história e a cultura afrodescendentes, fortalecendo a autoestima e a consciência racial. Finalmente, o verso que clama pelo "respeito ao negro, à diversidade e à diferença" reforça a luta por uma cidadania plena.

Em outra produção, intitulada *Resistência e Religiosidade do Negro Sergipano* (1994), D'Acelino defende que:

O sentido da resistência produziu diversas vítimas, como também vários líderes negros em todos os níveis de atuação, muitos deles ainda anônimos pela ação arrogante do Estado e de seus documentaristas e historiadores institucionais, que acham por bem bani-los da historiografia para não gerar estímulos à formação de escolas.

Os libertários negros sergipanos, seja lutando na imprensa negra, nos quartéis, nos gabinetes, nos quilombos, nas irmandades, nas confrarias e nas casas-grandes,

encontraram nesta geração o conteúdo dos desagrvos e a recondução de seus nomes à galeria dos heróis de Sergipe, com suas memórias resgatadas, como exemplifica o grande herói JOÃO MULUNGU. (D’Acelino, 1994, p. 5)

Na citação, observa-se uma crítica à exclusão sistemática de líderes negros da historiografia oficial, o que acaba dificultando a formação de uma consciência histórica capaz de inspirar novas gerações. Severo sublinha a importância de resgatar memórias e reconhecer esses heróis marginalizados, como João Mulungu.

Em 2002, foi publicada a obra *Panáfrica África Iya N’la*. Na última parte do livro (*Terceiro Manifesto*), Severo D’Acelino reservou espaço para explanar a saga de João Mulungu. O texto apresentado nessa seção é o mesmo que anteriormente foi trabalhado em forma de cordel na obra *João Mulungu: vida e morte de um negro herói sergipano*.

No ano de 2019, D’Acelino publicou mais uma obra, desta vez intitulada *Cânticos de Contar Contos: Revisitação à Ancestralidade Afro-Sergipana*. A história de vida de Mulungu novamente ganhou destaque na publicação, em um capítulo intitulado *João Mulungu: herói da resistência*.

Por fim, na obra mais recente de Severo D’Acelino, *Uma escrita filosófica – Ode do pensamento inebriado: discursos e poemas* (2023), encontra-se um poema em homenagem a João Mulungu intitulado *Oh, Mulungum!*.

Observemos atentamente as seguintes estrofes:

19 de janeiro; dia de saudar, mobilizar, debater.
 Negros chapa branca dificultam as nossas ações
 E nos mantêm aterrorizados, reféns dos corruptos e
 Dos seus partidos de aluguel.
 Negociam nossas vidas, nossos corpos,
 Nossas mentes e nosso querer.
 Mulungu,
 Há muitos negros e negras que nos negam.
 Viram brancos para colher migalhas, mas são vítimas.
 A lei sempre favorece aos brancos e poderosos.
 Hoje não tem samba, não tem pagode.
 Hoje é a vitória dos racistas e dos negros safados.
 Hoje é a nossa realidade desenhada.
 O Dia da Consciência do Negro Sergipano,
 Numa homenagem a ti, João Mulungu.
 Em ti, saudamos nossos ancestrais,
 Arquivo humano, heróis, heroínas,
 Lideranças adormecidas na esperança de um despertar.
 (D’Acelino, 2023, p. 114-115)

D’Acelino faz questão de ressaltar a importância do dia 19 de janeiro, uma data carregada de simbolismo, pois homenageia João Mulungu e representa o *Dia Estadual de Luta*

da Consciência Negra em Sergipe. Esse marco não apenas convida à reflexão sobre o passado e os desafios ainda enfrentados, mas também reforça a necessidade de planejar ações futuras que promovam a valorização e o respeito à cultura e à história afro-brasileira. Como enfatiza o autor, trata-se de um momento para "saudar, mobilizar, debater".

SAUDAR - Reconhecer as conquistas da população negra é essencial para celebrar os avanços alcançados ao longo dos anos. Apesar das adversidades e da discriminação histórica, a resistência e a resiliência da comunidade afrodescendente têm proporcionado vitórias significativas em diversos campos. Entre essas conquistas, destacam-se o aumento da representação negra em espaços de poder, os avanços na educação e o fortalecimento das identidades culturais.

MOBILIZAR - A mobilização é fundamental para manter viva a luta por equidade racial. O *Dia Estadual de Luta da Consciência Negra* em Sergipe deve ser entendido como um chamado à ação, promovendo engajamento e iniciativas concretas. Essa mobilização pode ocorrer por meio de manifestações, campanhas de conscientização, eventos culturais e educativos. Além disso, é essencial que a sociedade civil, as organizações não governamentais, as instituições educacionais e os órgãos públicos atuem conjuntamente na criação de políticas eficazes para combater o racismo e garantir a igualdade racial.

DEBATER - O debate, por sua vez, representa uma ferramenta vital para a transformação social. Criar espaços de diálogo permite a troca de ideias, experiências e conhecimentos sobre a condição da população negra no Brasil. Temas como racismo estrutural, discriminação no mercado de trabalho, violência policial e desigualdades educacionais precisam ser abordadas de maneira aberta e crítica. Somente por meio do debate e da participação ativa de diversos setores da sociedade será possível desconstruir preconceitos e combater os estereótipos que ainda persistem.

4.5. Ocupação João Mulungu: resistência e esperança

Ilse Scherer-Warren (2003) define movimento social como sendo uma rede que conecta sujeitos e organizações de movimentos, expressões de diversidades culturais e identidades abertas, em permanente constituição, que buscam reconhecimento na sociedade civil. De acordo com a autora, quando começam a se formar redes que articulam um conjunto de organizações e sujeitos, podemos falar sobre a existência de um movimento social.

É possível, então, tratar o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) como um movimento social. Em Sergipe, ele vem atuando desde 2018. O MLB realiza ocupações para famílias em situação precária e luta para garantir moradia, educação, saúde e acesso a projetos culturais. Conforme divulgado pelo próprio movimento:

“Lutamos por uma profunda reforma urbana que garanta recursos básicos como moradia, energia, saneamento e pela transição ao único sistema em que tal direito seja efetivamente garantido: o sistema socialista.” (Instagram, "Afinal, o que é o MLB?"; Sergipe; 12/03/2023).

O MLB está à frente da Ocupação João Mulungu, que, a partir de novembro de 2020, passou a reunir cerca de 200 famílias sem teto que estavam em situação de rua, em um prédio localizado no centro da cidade de Aracaju (Avenida Ivo do Prado).

Em 2021, ocorreu, de forma violenta, a reintegração de posse do prédio, o que obrigou as famílias a buscarem um novo local para viver. Atualmente, aquelas que ainda seguem na luta estão alojadas em um edifício situado na Rua Lagarto, de propriedade da Universidade Federal de Sergipe (UFS), mas que permaneceu abandonado por uma década. (Infonet, "Famílias da Ocupação João Mulungu temem ordem de despejo", Aracaju, 2021).

A ocupação faz referência a João Mulungu em seu nome e utiliza, como símbolo, uma suposta imagem do herói negro sergipano.

FIGURA 2 – Símbolo da ocupação João Mulungu



Fonte: Instagram do MBL

A representação do rosto de João Mulungu foi feita pelo artista plástico Alberto Alcosa por volta de 1985 e já foi amplamente utilizada. Segundo Severo D’Acelino, como não existia

nenhuma foto oficial de João Mulungu, ele próprio serviu de modelo para o artista. (Entrevista cedida à autora em 29/06/2024).

A escolha de João Mulungu como símbolo da ocupação possivelmente ocorreu por sua identificação, dentro da organização do movimento, como um emblema de resistência. Esse reconhecimento pode ser observado no poema de autoria de Felipe Oliveira, escrito em dezembro de 2020, que passou a ser utilizado na página do Instagram do MLB Sergipe:

JOÃO MULUNGU PRESENTE!

João Mulungu, libertador do povo preto
Zumbi sergipano, um homem sem medo
Desafiando os poderosos, deixou o seu legado
De organização da revolta do povo desamparado

João Mulungu vive
Na luta por libertação
De cada criança, mulher e homem
Que faz ocupação
Vive na luta do seu povo
Por direitos e dignidade
Na luta daqueles
Que construíram, mas foram privados
De sua própria cidade.

João Mulungu presente no passado e no futuro
João Mulungu presente no quilombo e na ocupação urbana
João Mulungu presente na periferia e no centro
João Mulungu presente
Agora e sempre!
(*Instagram, MLB, 2020*).

No poema acima, João Mulungu personifica a esperança e a determinação de um povo que luta contra a injustiça e a exclusão social, sendo tratado como uma figura atemporal. Sua presença se estende ao futuro, simbolizando, por exemplo, a continuidade de sua luta nas ocupações urbanas contemporâneas, onde pessoas marginalizadas reivindicam seu direito à moradia. A repetição da palavra *presente* reforça sua persistência e relevância contínua, afirmando que sua influência e importância são permanentes.

O exemplo da Ocupação João Mulungu pode se tornar um estudo de caso interessante em sala de aula, possibilitando que os alunos reflitam sobre questões sociais essenciais e desenvolvam um entendimento crítico sobre direitos humanos e cidadania.

4.6. O herói negro sergipano segue ocupando espaços

João Mulungu segue ocupando espaços para além dos já mencionados. A Casa de Cultura Afro-Sergipana desenvolveu, desde 2008, um memorial digital no qual disponibiliza materiais sobre o herói negro sergipano. No texto introdutório presente no *Memorial João Mulungu*, encontramos a seguinte afirmativa:

"O presente trabalho, em formato de coletânea, busca assinalar nosso imobilismo enquanto negros responsáveis pelo resgate, revisão e visitação a tradições. Busca também a ampliação do debate e das discussões em torno de João Mulungu, nosso libertário, elevado à categoria de Herói Negro Sergipano." (*Memorial João Mulungu*).

Em 20 de janeiro de 2015, o Museu da Gente Sergipana prestou homenagem a João Mulungu. Na ocasião, os visitantes participaram de uma mediação cultural com informações sobre Mulungu e assistiram a uma roda de capoeira conduzida por diferentes mestres.

Em novembro de 2020, o programa *Giro Sergipe*, da TV Globo, apresentou a história do herói sergipano João Mulungu por meio de uma entrevista com Severo D'Acelino. (*Rede Globo, Giro Sergipe, 2020*).

O pesquisador Petrônio Domingues (2015) também destaca outras referências a João Mulungu, como a fundação do Instituto de Cultura e Arte João Mulungu (ICAJM), criado pela banda Guerreiros Revolucionários; uma matéria sobre Mulungu publicada no portal da Fundação Palmares; e sua representação como um dos símbolos da negritude sergipana no desfile do bloco afro-carnavalesco Quilombo.

Para que o herói negro sergipano continue a ocupar espaços, a educação desempenha um papel fundamental. A inclusão das histórias e contribuições de figuras negras no currículo escolar é essencial para promover o reconhecimento e a valorização de sua importância. É imperativo que as instituições educacionais fortaleçam uma narrativa inclusiva, refletindo a diversidade e a riqueza da história brasileira.

O *Projeto Cultural de Educação João Mulungu vai às Escolas* buscou contribuir para esse processo, como veremos adiante.

5. PROJETO CULTURAL DE EDUCAÇÃO “JOÃO MULUNGU VAI ÀS ESCOLAS”

**As escolas discriminam
Subjugam nossa capacidade
Potencialidade
Nos dizendo incapazes
Negro não se vê
Na educação branca.**
(D’Acelino, 2018, p.30)

O trecho acima, retirado do livro *Quelóide*, traz uma crítica contundente à exclusão e à discriminação presentes no sistema educacional. A expressão “negro não se vê na educação branca” evidencia como a educação tradicional frequentemente reforça estruturas de poder que marginalizam identidades e experiências negras.

É fundamental repensar práticas pedagógicas, revisar conteúdos curriculares e promover um ambiente onde todos os estudantes, independentemente de sua cor, se sintam vistos, valorizados e empoderados. A pesquisadora Bárbara Carine chama atenção para a importância da representatividade, afirmando que “onde a gente não se vê, a gente não se pensa, não se projeta” (Pinheiro, 2023, p.20).

A presença de narrativas e referências que destacam a trajetória e as conquistas de figuras negras é essencial para questionar paradigmas excludentes e enriquecer o entendimento da história e da cultura brasileira. Mais do que corrigir silenciamentos históricos, essa inclusão é um meio de promover a igualdade e fortalecer identidades.

Em 2003, os movimentos negros conquistaram um marco significativo com a promulgação da Lei 10.639, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas do Brasil, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996). Em 2008, a legislação foi novamente modificada com a publicação da Lei 11.645, que incluiu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena no currículo oficial da rede de ensino.

Essa legislação representou um divisor de águas, pois exigiu uma reformulação na matriz curricular vigente até então. Com o passar dos anos, avanços foram alcançados, como a ampliação da produção de materiais didáticos e a adoção de novas concepções na prática de ensino dos professores. No entanto, ainda enfrentamos desafios, como a falta de formação adequada para os docentes e a resistência cultural e institucional. Para Cavalleiro (2024, p.8),

“urge refletirmos sobre os desafios persistentes e a necessidade premente de ações concretas para efetivar uma educação que combata o racismo.”

É fundamental compreendermos que a existência da legislação "só se transformará em direito para toda a comunidade escolar à medida que a escola construir, no seu interior, práticas concretas e inclusivas que não discriminem nem excluam nenhum grupo social, étnico e religioso" (Gomes, 2024, p. 65-66).

Bárbara Carine (2023) apresenta a seguinte reflexão:

"Você, professor antirracista, não deve abordar em sala de aula a cultura africana, afro-brasileira e indígena apenas pela obrigatoriedade legal, mas sim pela consciência de reparação histórica. Entretanto, a lei é importante, pois, onde a consciência não chega, a obrigatoriedade legal age" (p. 82).

Diante do exposto, podemos inferir que a prática docente antirracista vai além da transmissão de conteúdos curriculares: envolve a criação de espaços de diálogo, o combate a preconceitos dentro da sala de aula e a promoção de uma pedagogia que valorize a diversidade e respeite as diferenças. "Uma educação antirracista prevê necessariamente um cotidiano escolar que respeite as diferenças raciais não apenas no discurso, mas também na prática" (Cavalleiro, 2024, p. 128).

A sala de aula pode ser muito mais do que um espaço de transmissão de conhecimentos; ela tem o potencial de ser um ambiente de transformação, diálogo e empoderamento. Mesmo com suas limitações, continua sendo um espaço de possibilidades. Nesse sentido, Hooks (2017, p. 273) argumenta:

"Nesse campo de possibilidades, temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e de nossos camaradas uma abertura de mente e de coração que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é uma educação como prática da liberdade."

Bell Hooks nos convida a enxergar a educação como uma prática libertadora, na qual alunos e professores compartilham não apenas informações, mas também experiências que promovem crescimento mútuo e criticidade. A educação libertadora é um ato de transgressão: ela nos instiga a cruzar fronteiras — intelectuais, sociais, emocionais e raciais. No entanto, essa transgressão não se trata de rebeldia vazia; é um movimento intencional, enraizado no compromisso com a transformação social e a construção de oportunidades para todos.

Um exemplo concreto de prática educativa libertadora em Sergipe foi o *Projeto Cultural de Educação João Mulungu Vai às Escolas*. Esse projeto materializa a concepção de que a sala de aula é um espaço de possibilidades, pois levou arte, cultura e educação crítica para as escolas. Por meio de atividades que valorizaram a diversidade cultural e incentivaram a reflexão social, o projeto não apenas ampliou os horizontes de estudantes e professores, mas também fortaleceu a ideia de uma educação verdadeiramente libertadora. Ao imaginar e construir, junto às comunidades escolares, caminhos para uma educação antirracista, o projeto reafirma o papel da escola na luta pela equidade e pela justiça social.

Examinemos, então, o *Projeto Cultural de Educação João Mulungu Vai às Escolas*.

5.1. Do confronto à conquista: em busca de uma educação antirracista

Em sua obra *Racismo nas Escolas e Educação em Sergipe*, publicada em 1998, o presidente da Casa de Cultura Afro-Sergipana (CCAS), Severo D’Acelino, ressalta que sua luta no âmbito do Movimento Negro “iniciou desde direitos civis, pela plena cidadania, contra o racismo e as discriminações e, sobretudo, pela revitalização cultural através da EDUCAÇÃO” (D’Acelino, 1998, p. 13).

Segundo o autor, “a escola sergipana insiste na omissão do reconhecimento do segmento étnico africano, contribuindo para reforçar as discriminações e estereótipos que prejudicam a formação da identidade e formação intelectual da população” (D’Acelino, 1998, p. 37).

A pesquisadora Denise Bispo (2015) informa, em seu trabalho de pesquisa, que, em 1985, a CCAS pleiteou junto ao Conselho Estadual de Educação de Sergipe a inclusão da disciplina *Cultura Negra* nos currículos das escolas de 1º e 2º graus. A resolução do Conselho Estadual de Educação foi favorável, autorizando a inserção, na parte diversificada do currículo, do componente *Introdução aos Estudos Africanos*. No entanto, Bispo argumenta que tal disciplina não foi efetivamente implementada, uma vez que, no período analisado, “não se tem conhecimento nas escolas sergipanas da existência da disciplina *Introdução aos Estudos Africanos*” (Bispo, 2015, p. 39).

Dez anos depois, uma importante conquista foi alcançada no município de Aracaju, com a aprovação da **Lei nº 2.251, de 31 de março de 1995**, que incluiu, no currículo escolar da rede municipal, conteúdos relativos ao estudo da população negra na formação sociocultural e política brasileira.

Art. 2º - A rede municipal de ensino deverá adotar conteúdos programáticos que valorizem a cultura e a história do negro no Brasil.
Art. 5º - A fim de qualificar o professor para a prática em sala de aula, no que diz respeito à matéria objeto desta lei, realizar-se-ão cursos, seminários e debates com o corpo docente das escolas municipais, com ampla participação da sociedade civil, em especial dos movimentos populares vinculados à defesa da cultura e da contribuição afro-brasileira. (*Câmara Municipal de Aracaju, Lei nº 2.251, de 31 de março de 1995*).

Em 1997, ao discursar na Assembleia Legislativa de Sergipe, D’Acelino continuava lutando para que a cultura negra fosse inserida no currículo escolar das escolas sergipanas. Vejamos alguns trechos da matéria publicada no *Jornal da Manhã*, em 16 de maio de 1997, e que se encontram no livro *Racismo nas Escolas e Educação em Sergipe*:

De acordo com Severo, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) deixa espaço nos currículos para as culturas regionais, o que, afirma ele, apresenta toda uma estrutura de disciplinas básicas, cabendo tão somente ao Conselho Estadual de Educação baixar uma portaria tornando obrigatória a inclusão da cultura negra na grade curricular (D’Acelino, 1998, p. 43).

Em outro trecho, Severo ressaltou que:

O estudante adolescente negro tem vergonha de ser negro por ver tratados seus valores como baixos e inferiores, por falta de indicadores de sua cultura nas salas de aula e pela falta de modelos que lhe assegurem a autoestima. Já que as personalidades negras citadas na história do Brasil e de Sergipe são logo branqueadas (D’Acelino, 1998, p. 44).

Severo ainda afirma que “caso não seja momentaneamente possível implantar novas disciplinas na grade curricular, existe a alternativa de, pelo menos, se colocar conteúdos da cultura negra em diversas matérias existentes” (D’Acelino, 1998, p. 44).

Em novembro de 1997, a CCAS enviou ofício ao Reitor da Universidade Federal de Sergipe, solicitando “cooperação no sentido de encaminhar junto ao colegiado proposta de viabilização da inclusão de conteúdos da Cultura Afro-sergipana no processo seletivo desta Universidade” (D’Acelino, 1998, p. 45). Para justificar tal solicitação, foi alegado:

A ausência secular deste conteúdo na grade curricular, o que se caracteriza pela cristalização de ações e práticas de modelos negativos no seio da nossa sociedade, marginalizando o negro e estimulando o desvio de identificação, por se negar em assumir o que a própria sociedade lhes nega; daí as fugas étnicas (D’Acelino, 1998, p. 45).

Em 23 de dezembro de 1999, a Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe aprovou a **Lei nº 4.192**, que explicita:

Art. 1º - Fica recomendada, no âmbito da administração pública do Estado de Sergipe, a inclusão de conteúdos da Cultura Negra Sergipana em concursos públicos, cursos de formação e aperfeiçoamento do servidor público civil e/ou militar, com ênfase nas questões e condições sócio-político-econômicas e culturais dos afro-sergipanos, na forma interdisciplinar.

De acordo com Bispo, “com a utilização desse instrumento jurídico, a CCAS realizou palestras sobre a Cultura Negra no Estado de Sergipe em escolas da capital e do interior e desenvolveu o Projeto João Mulungu vai às Escolas” (Bispo, 2015, p. 44). O Projeto foi uma ação desenvolvida pela CCAS em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de Sergipe, que perdurou de 1999 a 2003.

5.2. João Mulungu vai às escolas: construção e fortalecimento de identidades

O *Projeto Cultural de Educação João Mulungu vai às escolas* foi inspirado em uma iniciativa já existente em São Paulo, intitulada *Zumbi vai às escolas*. Para Severo D’Acelino, esse projeto tinha o “intuito de fazer com que as pessoas enxergassem a sua cultura, que os sergipanos aprendessem a valorizar e preservar a sua história, [e] mostrar a cultura negra como indicador da educação” (Infonet, 2022).

Em entrevista concedida a mim em 11 de julho de 2024, Severo relatou que a gênese do projeto surgiu a partir do trabalho de educação comunitária desenvolvido por sua irmã no Bairro Santos Dumont. Segundo Bispo, “a escola comunitária ofertou para os alunos aulas com os ensinamentos de matrizes africanas e de outras religiões, além da inserção de elementos da musicalidade afro-brasileira” (Bispo, 2015, p. 40).

O *Projeto Cultural de Educação João Mulungu vai às escolas* teve como principal objetivo difundir a relevância da cultura negra na sociedade sergipana, promovendo a autoestima e a construção da identidade cultural dos estudantes. Além disso, buscou fomentar discussões sobre o racismo no ambiente escolar, estimular debates acerca da resistência negra em Sergipe e ampliar o conhecimento sobre políticas de ações afirmativas e compensatórias. Tendo como público-alvo a comunidade escolar da rede pública de ensino, as ações do projeto foram estruturadas por meio de seminários itinerantes, cursos, exibição de filmes, debates e apresentações culturais, conforme registrado nos relatórios do projeto do ano de 2003.

O documento intitulado *Memorial do Curso* (1999), pertencente ao acervo documental da CCAS, explicita os objetivos específicos do projeto, dos quais destacam-se os seguintes:

- a) Discutir com os professores o conteúdo integral da cultura afro-sergipana e sua inserção nas disciplinas escolares.
- b) Construir parcerias com docentes da rede pública, a fim de oferecer aos alunos um conhecimento mais abrangente sobre a cultura patrimonial do negro sergipano.
- c) Promover a autoestima individual e estimular a pesquisa como ferramenta complementar à grade curricular e ao desenvolvimento intelectual dos estudantes.

Analisando tais objetivos, percebe-se a preocupação com o viés cultural, o desejo de fornecer subsídios aos professores para que possam abordar a temática racial de maneira adequada e a valorização da construção de identidades fortalecidas e conscientes.

Ainda de acordo com o documento citado, os conteúdos a serem trabalhados durante o projeto abrangiam cultura sergipana, aspectos da resistência, cultura de recriação e diversidade.

O projeto esteve presente em diversos municípios do estado de Sergipe e desenvolveu cadernos pedagógicos para auxiliar professores e alunos. O *Caderno 1* intitula-se *O índio na formação sergipana*, enquanto o *Caderno 2* recebe o nome de *A presença do negro na formação étnica sergipana*. Ambos fazem parte do acervo documental da CCAS.

O *Caderno 2* inicia-se com textos de Maria Thetis Nunes, extraídos da obra *Sergipe Colonial I*, e apresenta quase 330 questões sobre diversos temas, como a escravização em Sergipe, a formação de quilombos no território sergipano, a independência de Sergipe, o sincretismo religioso e as festas populares.

Os relatórios e o *Memorial do Curso* registram diversos comentários e avaliações dos professores que participaram do projeto. Vejamos um dos relatos:

O professor Severo começou o seminário abordando o contexto da Cultura Afro-Sergipana e tratando de diversos temas, incluindo a importância de ensinar o negro a reconhecer sua identidade na sociedade; como o negro deve admitir sua origem sem preconceito, compreendendo que ele também é humano. Cabe ao professor, em sua sala de aula, não fazer distinções, mas sim ajudar todos os alunos a compreenderem sua verdadeira identidade. Deve-se também demonstrar que o racismo existe, mas que, nos dias atuais, é nosso dever combatê-lo e promover a igualdade, sem permitir que o negro se sinta marginalizado. (Sem identificação, 25/05/1999, p. 35).

A professora Maria Nívea, do povoado Mocambo, em Porto da Folha, avaliou o curso da seguinte forma:

O seminário foi bastante enriquecedor, pois nos trouxe informações até então desconhecidas e também nos mostrou novos caminhos que podemos percorrer na busca de uma interação entre a comunidade negra e as demais culturas. Nós, professores, fomos agraciados, principalmente com a novidade das transformações na metodologia da grade curricular, que nos mostrou o quanto podemos enriquecer nossas aulas ao integrar a cultura negra em todas as disciplinas trabalhadas. (Maria Nívea, maio/1999, p. 87).

Os depoimentos evidenciam a profundidade do impacto do projeto na formação dos professores e na ressignificação das práticas pedagógicas voltadas à valorização da Cultura Afro-Sergipana. Ambos os relatos ressaltam a importância de iniciativas que estimulam uma reflexão crítica sobre o papel da educação na construção de uma sociedade mais igualitária e consciente das questões raciais.

O primeiro relato, ao afirmar que "*o negro deve admitir sua origem sem preconceito*", reforça a necessidade de reconstruir narrativas históricas que dignifiquem a experiência e a cultura negras, frequentemente marginalizadas ou distorcidas no ambiente escolar. Além disso, a recomendação de não rotular ou estigmatizar estudantes em sala de aula, mas sim adotar uma abordagem inclusiva, demonstra um esforço consciente para desconstruir práticas que podem perpetuar a discriminação racial.

Já o depoimento da professora Maria Nívea destaca o caráter transformador do seminário ao expandir o repertório dos professores e sugerir mudanças concretas na prática pedagógica. Sua observação de que o curso trouxe informações antes desconhecidas revela a lacuna existente na formação docente quanto ao ensino da história e cultura afrodescendentes. Ao enfatizar a possibilidade de integrar a cultura negra de forma transversal em todas as disciplinas, seu relato evidencia uma abordagem inovadora que enriquece o processo de ensino-aprendizagem e contribui para o reconhecimento do protagonismo negro na história e na sociedade.

Durante os debates, os professores direcionaram diversas perguntas a Severo D'acelino, demonstrando suas inquietações sobre a temática racial. Algumas dessas perguntas foram:

- Você é professor?
 - Quem foi João Mulungu?
 - Quem são os maiores responsáveis pelo racismo?
 - O que significa racismo?
 - O que você acha do racismo nas escolas?
 - Existe negro racista?
 - Muitas pessoas já riram de você por ser negro?
 - João Mulungu foi um herói?
 - Você é africano?
 - Como faço para me aprofundar no assunto?
 - O que é ser negro?
 - Quando você estudava, já sofreu discriminação?
- (Relatório, 2003, p. 44-57).

Os questionamentos refletem a complexidade do tema racial no contexto educacional e a profundidade das inquietações dos professores. As perguntas abrangem desde aspectos

conceituais, como a definição de racismo e seus principais responsáveis, até experiências pessoais, evidenciando tanto a necessidade de compreensão mais aprofundada da questão quanto os desafios enfrentados no processo de desconstrução de preconceitos.

Ao buscar esclarecimentos sobre os fundamentos do racismo, sua perpetuação e a forma como se manifesta no ambiente escolar, os professores demonstram o desejo de entender suas raízes estruturais e refletir sobre estratégias para combatê-lo de maneira eficaz.

O foco em figuras históricas como João Mulungu e o questionamento sobre seu papel como herói refletem uma lacuna no conhecimento acerca das contribuições e do protagonismo negro na história. Essa curiosidade evidencia a importância de resgatar narrativas que valorizem personagens e eventos frequentemente marginalizados nos currículos escolares, contribuindo para a construção de uma memória histórica mais inclusiva e representativa.

A presença de questões como “Existe negro racista?” e “O que é ser negro?” sugere uma tentativa de explorar as nuances e complexidades da identidade racial. Essa busca por compreensão indica a necessidade de desmistificar preconceitos e ampliar o debate sobre as dinâmicas de poder e discriminação, especialmente em espaços educacionais, onde essas temáticas podem ser trabalhadas de forma crítica e reflexiva.

Esses questionamentos, em sua diversidade, evidenciam o papel central da educação no combate ao racismo e na promoção da igualdade racial. A curiosidade e a reflexão demonstradas pelos professores são indicativos de que o debate gerou inquietações produtivas, abrindo caminho para transformações tanto no nível individual quanto no coletivo. A partir dessas reflexões, torna-se possível construir uma prática pedagógica que valorize a diversidade e reconheça a história e a cultura afrodescendentes.

Em depoimento concedido em 10 de julho de 2024, Severo revelou que seu livro *Quelóide*, publicado em 2018, nasceu a partir do Projeto Cultural de Educação João Mulungu Vai às Escolas, em decorrência de um episódio ocorrido em uma escola do município de Salgado:

“A menina se recusou a ser negra, não queria ser negra porque ninguém gostava de negro. Essa criança tinha 4 anos de idade. Foi uma comoção enorme e, por conta disso, eu escrevi o livro *Quelóide*. Infelizmente, Salgado não permitiu o lançamento do meu livro lá. Meu livro é uma denúncia do racismo em Salgado. A situação dessa menina me deixou depressivo por mais de um mês. Foi um impacto grande: desde a merendeira até a diretora, todos caíram em prantos. As crianças começaram a gritar e chorar. Foi uma loucura.” (Entrevista concedida à autora em 10/07/2024).

O depoimento evidencia, de forma contundente, como o racismo atinge até mesmo as crianças, influenciando negativamente sua autoestima e percepção de identidade desde cedo. A recusa de uma menina de apenas quatro anos em se reconhecer como negra é um reflexo doloroso da exclusão e do preconceito enraizados na sociedade. Nesse contexto, o projeto *João Mulungu Vai às Escolas* se destaca como uma iniciativa de grande valor. Ao trazer debates sobre resistência negra, políticas afirmativas e valorização da cultura afrodescendente, o projeto oferece aos educandos a oportunidade de se enxergarem de maneira positiva em sua história e identidade.

Em entrevista realizada em junho de 2024, Severo afirmou:

“A história da minha trajetória é minha contribuição para a educação do estado, para a educação do negro. Desde o primeiro momento de *João Mulungu Vai às Escolas*, minha postura, minha resistência e minha presença tiveram o propósito de despertar o pertencimento. Eu incorporei o personagem vivo diante dos alunos. Eles viam minha simbiose com o continente africano através dos meus trajes, da minha postura, de toda a minha produção, seja no cinema, na televisão ou no teatro. Quando chego à escola, eu me transformo. Ali, sou João Mulungu, sou Chico Rei, sou o resistente, o negro que está a serviço da resistência, buscando, por meio do debate, trabalhar o elemento do pertencimento. *João Mulungu Vai às Escolas* é uma revisitação ancestral.” (Entrevista concedida à autora em 29/06/2024).

A narrativa de Severo D’acelino revela sua dedicação ao projeto *João Mulungu Vai às Escolas* e à promoção da identidade negra no ambiente educacional. Seu depoimento destaca como sua trajetória pessoal de resistência se entrelaça com seu compromisso em despertar nos alunos o sentimento de pertencimento e a valorização de suas raízes africanas. Esse compromisso reflete a essência do projeto, que buscou não apenas educar, mas também transformar consciências e promover a igualdade. Por meio de debates e práticas pedagógicas, *João Mulungu Vai às Escolas* procurou resgatar a memória ancestral e inspirar os alunos a se reconhecerem como herdeiros de uma rica história cultural, rompendo com narrativas excludentes.

A atuação de Severo D’acelino no projeto também evidencia a importância da representatividade no ambiente educacional como um fator transformador. Ao se apresentar como um homem negro que incorpora personagens como João Mulungu, ele oferece aos estudantes um modelo que desafia estereótipos e inspira orgulho. Esse tipo de representatividade é crucial para que estudantes negros se vejam refletidos em narrativas positivas, fortalecendo sua autoestima e identidade.

No entanto, após quatro anos, o projeto chegou ao fim. “Por conta de interesses políticos, o projeto está engavetado até hoje e sem previsão de volta” (Infonet, 2022). Essa interrupção revela a falta de compromisso de alguns setores em enfrentar, de forma consistente, as desigualdades históricas que afetam a população negra, priorizando interesses políticos em detrimento de iniciativas que promovem justiça social.

Ao retirar de circulação um projeto que gerava impacto positivo e contribuía para a construção e fortalecimento da identidade de estudantes negros, perpetua-se um sistema que privilegia a manutenção do *status quo*, no qual a cultura e a história negras tendem a permanecer marginalizadas.

Apesar dos desafios, é essencial seguir lutando em prol de uma educação antirracista, com a certeza de que “as histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada” (Adichie, 2019, p. 32).

Esse é o cerne de nossa missão: retomar e recontar as histórias que foram silenciadas, marginalizadas ou distorcidas ao longo do tempo. Ao valorizar a memória, a cultura e a história negra, ao fortalecer a identidade de nossos jovens e ao formar educadores preparados para enfrentar os desafios do racismo, estamos, de fato, resgatando e reparando a dignidade e a representatividade de um povo.

A educação antirracista, portanto, não é apenas um ideal, mas um caminho imprescindível para a construção de uma sociedade onde todas as histórias, sem exceção, possam ser ouvidas e celebradas. Em um mundo no qual cada indivíduo, independentemente de sua cor ou origem, possa se reconhecer plenamente em sua humanidade, a luta contra o racismo torna-se não apenas uma necessidade, mas um compromisso inegociável. O caminho é árduo, mas é por meio dessa luta que transformamos não apenas a educação, mas a sociedade como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerro este trabalho reafirmando a necessidade inadiável de uma educação que não apenas reconheça, mas valorize a diversidade étnico-racial presente na sociedade brasileira. Ao longo desta pesquisa, buscamos demonstrar como a memória de João Mulungu, um herói negro, pode se tornar um instrumento poderoso na construção do sentimento de pertencimento e na reafirmação da identidade dos estudantes negros no ambiente escolar.

Angela Davis (2016) nos alerta que, em uma sociedade racista, não basta não ser racista — é necessário ser antirracista. Esse chamado exige uma ação consciente e permanente dentro do espaço escolar. Não podemos nos limitar à mera negação do racismo; é preciso combatê-lo ativamente, questionando e reconstruindo as narrativas que historicamente marginalizam as populações negras. Nesse sentido, a valorização de figuras como João Mulungu representa um passo fundamental para o reconhecimento do protagonismo negro na história e na cultura sergipana e brasileira.

Bárbara Carine (2023), por sua vez, destaca que ser um educador antirracista implica agir de forma intencional na promoção da equidade racial, revisitando conteúdos, metodologias e práticas pedagógicas que, ao longo do tempo, reforçaram desigualdades. O trabalho desenvolvido nesta pesquisa se alinha a essa perspectiva ao apresentar João Mulungu como um símbolo de resistência, resgatando sua memória para além dos registros documentais e inserindo-o em um contexto pedagógico que fomente tanto o empoderamento dos estudantes negros quanto a reflexão crítica de todos os alunos.

A criação de uma cartilha educacional voltada para professores do ensino fundamental marca a conclusão deste percurso investigativo com um objetivo claro: oferecer suporte para que educadores incorporem João Mulungu em suas práticas de ensino, utilizando sua trajetória como um elo entre passado e presente, resistência e identidade. Esse material servirá não apenas para apresentar um herói negro aos estudantes, mas também para fomentar discussões sobre a importância de uma educação antirracista e decolonial, contribuindo para a efetivação da Lei 10.639/2003.

Dessa forma, esta pesquisa não se encerra em si mesma, mas se insere em um movimento maior de resistência e transformação. Ao reconhecermos e celebrarmos a história de João Mulungu, não apenas resgatamos a trajetória de um líder negro, mas também reafirmamos a urgência de construir um ambiente escolar mais inclusivo e representativo.

Educação antirracista é um imperativo. Não se trata apenas de uma demanda social, mas de um compromisso ético e político com a construção de um país onde todas as histórias sejam contadas, onde todas as crianças e jovens possam se enxergar como parte ativa da sociedade e onde a escola cumpra seu papel fundamental na formação de cidadãos críticos e conscientes. Como bem destaca Angela Davis (2016), nossa luta não pode se limitar à denúncia das desigualdades; é preciso agir. E é por meio da educação que pavimentamos o caminho para um futuro mais justo e igualitário.

Agora, é o momento de transformar essas reflexões em ação junto aos meus alunos. Levo comigo a esperança de que essa abordagem gerará resultados positivos, promovendo mudanças concretas na forma como enxergamos e ensinamos a História. Sei que os desafios são muitos, mas acredito no poder transformador da educação.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3º ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.
- _____. *Ouvir contar. Textos em História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Ed. Jandaíra - Coleção Feminismo Plurais (Selo Sueli Carneiro), 2020.
- ALVES, Francisco José. *O historiador é um inventor de identidades*. Informe UFS, São Cristovão, 2 fev.2000.
- ANDREWS, George R. *O protesto negro em São Paulo – 1888-1988*. IN: Estudos Afro-Asiáticos , nº 21 , 1991.
- BAIROS, Luiza. *Orfeu e poder: uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil*. IN: Afro-Ásia, nº 17,1996,pp.173-186.
- BARCELOS, Luis C. *Mobilização racial no Brasil: uma revisão crítica*. IN: Afro-Ásia : Salvador, nº 17 , pp. 187-210 , 1996.
- BARROS, José D' Assunção. *História, região e espacialidade*. Revista de História Regional 10 (1), 2005, p.95-129.
- BITTENCOURT, Circe Fernandes. *Reflexões sobre o ensino de História*. Estudos Avançados, v.32, n.93, p.127-148, 2018.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil , 2ª ed , 1999.
- BISPO, Denise Maria de Souza. *História e cultura afro-brasileira em Sergipe: antecedentes da Lei 10639/03 (1980-2003)*. São Cristóvão, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Sergipe, 2015.
- BRASIL. *Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC,2019.
- _____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos*: História, Brasília, 1998.
- BRASIL.Presidência da República. *Lei 10.639/2003*, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.
- BRITO, Diógenes Duarte de. *Casa de Cultura afro-sergipana: uma contribuição ao movimento negro em Sergipe (1968-1998)*.2000. 76p. Monografia (graduação em história) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, 2000.

- BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo:UNESP, 2002.
- CAIMI, Flávia Eloisa. *Cultura, memória e identidade: o ensino de história e a construção de discursos identitários*. IN: O ensino de história, memória e culturas. Curitiba, PR: CRV, 2013.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2017.
- CARDOSO, Hamilton B. *Limites do confronto racial e aspectos da experiência negra no Brasil- Reflexões*. IN: SADER,Emir (org). Movimentos sociais na transição democrática. São Paulo: Cortez, 1987.pp. 82-104.
- CAVALLEIRO, Eliane (org). *Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola*. Selo Negro, 7ª ed, 2024.
- CHERVEL, André. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. Teoria e educação, 2, 177-229.
- CUNHA, Joceneide dos Santos. *Entre farinhadas, procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)*. 2004. Dissertação (mestrado em história) - Universidade Federal da Bahia.
- D'ACELINO, Severo *João Mulungum: vida e morte de um negro herói sergipano*. Série Memória Negra Sergipana ; n° 01: GRFACACA.
- _____ *Panáfrica África Iya N'La*. Aracaju: MemoriAfro, 2002.
- _____ "João Mulungu". Aracaju, s.d.
- _____ *Cânticos da resistência*, Aracaju, s.d.
- _____ *Resistência e Religiosidade do Negro Sergipano*.
- _____ *Cânticos de Contar Contos: Revisitação à Ancestralidade Afro Sergipana*. Editora MemoriaAfro. Aracaju: J. Andrade, 2019.
- _____ *Uma escrita filosófica – Ode do pensamento inebriado: discursos e poemas*. Editora MemoriaAfro. Aracaju: J. Andrade, 2023.
- DANTAS, Paulo Santos. *Construção de identidade negra e estratégias de poder. O movimento negro sergipano na década de 1990*. 2003. 234p. Dissertação (mestrado em ciências sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

- DIAS, Ione Aparecida Duarte Santos. *O ensino de história e cultura afro-brasileira e africana: a importância da formação e a efetivação de um currículo*. Curitiba: CRV, 2020.
- DOMINGUES, Petrônio. *Movimento Negro Brasileiro*. IN: Topoi: Revista de história. Rio de Janeiro, V.6 , nº 11, jul-dez , 2005, pp.380-384.
- _____. *Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos*. IN: Revista Tempo, Niterói, v.12, n.23, 2007.
- _____. *Um “templo de luz”! – A Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação*. Revista Brasileira de Educação, vol.13, n.39, 2008,p. 517-534 (São Paulo).
- _____. *João Mulungu: a invenção de um herói afro-brasileiro*.IN: História: Questões & Debates, Curitiba, volume 63, n.2, jul./dez. 2015. Editora UFPR, pp.211-255.
- FIGUEIRA, Cristina; MIRANDA, Lilian. *História local, identidade e patrimônio cultural. Educação patrimonial no ensino de história nos anos finais do ensino fundamental: conceitos e práticas*. São Paulo: Editora SM, 2012, p. 101-119.
- FRANÇA, Jean Marcel Carvalho; FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Três Vezes Zumbi: a construção de um herói brasileiro*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 30.ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.
- FRY, Peter. *O que a cinderela negra tem a dizer sobre a “política racial” no Brasil*.IN:Revista da USP :São Paulo,nº 28, dez-fev,1995-1996 , pp.122-135.
- FONSECA, Selva Guimarães. *História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de história*. História Oral, v. 9, n. 1, jan.-jun. 2006, p. 125-141.
- GILROY,Paul. *O Atlântico negro. Modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34. Trad. Cid Knipel Moreira.2001.
- GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio. *Da nitidez e invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

- GONÇALVES, Márcia de Almeida. *História local: o reconhecimento da identidade pelo campo da insignificância*. Ensino de história: sujeitos, saberes, e práticas. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 3ª ed, 2012, p.175-185.
- GUARINELLO, Noberto L. *Memória coletiva e história científica*. IN: Revista Brasileira de História: São Paulo, v.14, n.28, 1994 ,p.180-193.
- GUINSBURG, Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. São Paulo: Companhia das letras,1989,pp.143-179.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG. Trad. Adelaine Le Guardia Resende.2006, pp.317-330.
- HANCHARD, Michael G. *Orfeu e o poder: movimento negro no Rio e São Paulo*. Rio de Janeiro:UERJ. Trad. Vera Ribeiro,2001.
- HAMPÂTÉ BÂ, Ahmadou. Tradição viva. In: KI-ZERBO. *História Geral da África*. Brasília; MEC/ Unesco, 2010.
- HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes,2017.
- JENKINS, Keith. *O que é história?* IN: A história repensada, 3ed. São Paulo: Contexto, 2005, pp.23-52.
- JESUS, Ana Carla de. *Construindo a liberdade: entre conflitos e alianças quilombolas (re) inventam sua história na região da Cotinguiba (1870-1879)*.2008.76p. Monografia (graduação em história) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão,2008.
- LARA, Silvia Hunold. *Campos de violência: escravos e senhores na capitânia do Rio de Janeiro (1750-1808)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: UNICAMP. Trad. Bernardo Leitão. 1990.
- MANOEL, Ivan A. *O ensino de história no Brasil: do colégio Pedro II aos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Revista Eletrônica de Educação, v. 1, n. 2, p.1-24, 2007.
- MATTOS, Hebe Maria. *O ensino de história e a luta contra a discriminação racial no Brasil*. Revista Brasileira de História, vol. 25, nº 50, São Paulo, 2005.
- MENESES, Ulpiano T.Bezerra. *A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais*.IN: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: São Paulo,n.34 ,1992,pp.9-24.
- MOORE, Carlos. *A África no cotidiano educativo: bases práticas para o ensino da História da África*. In: ____ *A África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

- MUNANGA, Kabengele. *Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso?*. Revista da ABPN, v. 4, n. 8, jul-out. 2012, p.06-14.
- NADAI, Elza. *Ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva*. Revista Brasileira de História, São Paulo, Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo, v. 13, n. 25/6, p.143-162.
- NEVES, Paulo Sérgio da Costa; DOMINGUES, Petrônio.(Org). *A diáspora negra em questão: identidades e diversidades étnico-raciais*. São Cristovão: Editora UFS, 2012.
- NEVES, Paulo Sérgio da Costa. *A questão negra em Sergipe: visões de militantes e de não militantes*. IN: XXIV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2000, Caxambu.
- NORA, Pierre. “*Entre memória e história: a problemática dos lugares*”. Projeto História, São Paulo, PUC, n. 10, 1993, pp. 7-28.
- OLIVEIRA, Igor Fonsêca de. *João Mulungu, “o mais audaz, o chefe dos escravos fugidos” de Sergipe del Rey*. IN: Afro-Ásia, n. 66 (2022), pp. 240-272.
- PEREIRA, Amilcar Araújo. *O mundo negro: relações raciais e a constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas: FAPERRJ, 2013.
- PEREIRA, Amilcar Araújo et al. (Org.). *História oral e educação antirracista: narrativas, estratégias e potencialidades*. São Paulo: Letra e Voz, 2021.
- PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da. (Org). *O Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.
- PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. *Como ser um educador antirracista*. 5ªed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.
- PINTO, Regina Pahim. *O Movimento Negro em São Paulo: Luta e Identidade*. Paraná: Editora UEPG; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013.
- POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. IN: Estudos Históricos, v.2, n.3, 1989, pp.3-15.
- _____. *Memória e identidade social*. IN: Estudos Históricos:Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992, pp.200-212.
- RAMOS, Paulo. *A leitura dos quadrinhos*. Contexto, 2009.
- REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

- RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SÁ, Fernando de Araújo. *Combates entre história e memórias*. São Cristóvão: Editora UFS, 2005.
- SANTOS, Eufrázia Cristina Meneses. *O Atlântico negro. Modernidade e dupla consciência*. IN: Revista de Antropologia : São Paulo, v. 45 , nº 1, 2002.
- SANTOS, Lucilene Marques Pereira da Silva.; SANTOS, Rosineide Amarante dos Santos. *Severo D’Acelino: Contribuição e luta em prol do movimento negro sergipano*. 2007. Monografia (graduação em história) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2007.
- SANTOS, Maria Nely. *A sociedade libertadora “Cabana do Pai Thomaz”: Francisco José Alves, uma história de vida e outras histórias*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1997.
- _____. *Outros Mulungus, outros mitos?* Gbàlà, Sociedade Afro-Sergipana de Estudos e Cidadania, Aracaju, n. 1, 1995.
- SANTOS, Pedrinho dos. *A pena de morte em Sergipe e outros relatos da história*. 2ª ed. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 2014.
- SCHERER-WARREM, Ilse. *Sujeitos e movimentos conectando-se através de redes*. IN: Política e trabalho, n.19, 2003, pp 29-37.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. *História do ensino de história no Brasil: uma proposta de periodização*. Revista História da educação, Porto Alegre, v. 16, n. 37, mai/ago, p. 73-91, 2012.
- _____. *Concepções de aprendizagem histórica presentes em propostas curriculares brasileiras*. História Revista, Goiânia, v. 14, n.1, p.203-2013, jan / jun, 2009.
- SODRÉ, Muniz. *O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional*. Petrópolis: Vozes, 2023.
- SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro; Sergipe 1850/1930*, Aracaju: Funcaju, 2000.
- VILLALTA, L. C. . *Dilemas da Relação Teoria e Prática na Formação do Professor de História: alternativas em perspectiva*. Revista Brasileira de História , São Paulo, v. 13, n.25/26, p. 223-232, 1993.

FONTES DOCUMENTAIS

DOCUMENTAÇÃO EXPEDIDA PELA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

APES, SP¹, pacotilha 178, Ofício de autoria desconhecida, escrito da Vila de Divina Pastora, 29 jul. 1871.

APES, SP¹, pacotilha 178, Ofício de autoria desconhecida.

APES, SP¹, pacotilha 298, Ofício do delegado de Divina Pastora, alferes João Batista da Rocha, ao chefe de polícia de Sergipe, 10 jan. 1873.

APES, SP¹, pacotilha 301, Ofício do delegado de Japarutuba, Manoel Dias de Almeida, ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel Maria do Amaral, 5 out. 1871; pacotilha 176, Auto de perguntas feitas à escrava Limôa, 9 nov. 1871.

APES, SP¹, pacotilha 346, Auto de perguntas feitas a Maximiano, escravo de José Nobre da Cunha, 29 jun. 1875.

APES, SP¹, pacotilha 298, Interrogatório feito delegado de polícia ao escravo José Maruim, em 25 de março de 1873. Documento anexado ao ofício do delegado de polícia de Divina Pastora, tenente Jeremias Roberto de Carvalho, para o chefe de polícia de Sergipe, Manoel José Espínola Júnior.

APES, SP¹, pacotilha 393, Ofício do tenente João Batista da Rocha Banha, ao chefe de polícia de Sergipe, dr. Manoel José Espínola Júnior, 7 ago. 1873.

APES, SP¹, pacotilha 393, Ofício do tenente João Batista da Rocha Banha ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel José Espínola Júnior, 4 set. 1873

APES, SP¹, pacotilha 373, Ofício do 1º suplente do delegado de Rosário, Ignácio Pascoal Santos, ao chefe de polícia de Sergipe, Alexandre Pinto Lobão, 10 jan. 1874.

APES, SP¹, pacotilha 346, Auto de perguntas feitas a Maximiano, escravo de José Nobre da Cunha, 29 jun. 1875.

APES, SP¹, pacotilha 393, Ofício do tenente João Batista da Rocha Banha.

APES, Câmara Municipal: correspondências expedidas e recebidas, atos, pareceres, ofícios e atas (CM³), pacotilha 39, Ofício do capitão comandante da diligência João Batista Rocha Banha ao chefe de polícia de Sergipe, dr. Vicente de Paula Cascaes Telles, 21 jan. 1876.

APES, SP¹, pacotilha 397, Auto de perguntas feitas ao escravo João Mulungu, 21 jan. 1876.

APES, SP¹, pacotilha 397, Auto de perguntas feitas ao escravo João Mulungu, 23 jan. 1876.

JORNAIS

Gazeta de Sergipe. Aracaju, 28 e 29/12/1975, p. 3.

Jornal À Tarde. Aracaju, 13/05/1985.

Jornal Nagô. Órgão oficial de divulgação do Grupo Regional de Folclore e Artes Cênicas Castro Alves – Instituto Severo D’Acelino de Culturas Negras. Boletim Informativo, n.01, 1986.

PROJETOS DE LEI

Projeto de Lei nº 60/1989.

Projeto de lei nº 04/1990

LEIS

Lei n. 1.517, de 21 de novembro de 1989. - Câmara Municipal de Aracaju.

Lei n. 407, de 08 de agosto de 1990. – Câmara Municipal de Laranjeiras.

Lei nº 1.858 de 14 de julho de 1992. - Câmara Municipal de Aracaju.

Lei nº 4.192 de 23 de dezembro de 1999. - Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe.

PROCESSO

Processo n. 108/95/CEC.

ENTREVISTAS

Severo D’Acelino. Aracaju – SE. 27 de junho de 2024

Severo D’Acelino. Aracaju – SE. 29 de junho de 2024

Severo D’Acelino. Aracaju – SE. 03 de julho de 2024

Severo D’Acelino. Aracaju – SE. 09 de julho de 2024

Severo D’Acelino. Aracaju – SE. 10 de julho de 2014

Severo D’Acelino. Aracaju – SE. 11 de julho de 2024

Severo D’Acelino. Aracaju – SE. 15 de julho de 2024

ACERVO ELETRÔNICO

MEMORIAL JOÃO MULUNGU (mororialjmulungu.blogspot.com)>, acesso em 28/07/2024.

OGANJAH. “*Mulungu*”, CD Conclamamos João Mulungu. Aracaju: Produção independente, 2008. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=sigzYmQYw_k> acesso em 20 de julho de 2024.

PINHEIRO, Karla. *Juiz concede liberdade a integrantes da ocupação João Mulungu*. Infonet, 24 maio 2021. Disponível em: <<https://infonet.com.br/noticias/cidade/juiz-concede-liberdade-a-integrantes-da-ocupacao-joao-mulungu/>>. Acesso em 28/07/2024.

RIMAS PERIFÉRICAS. Rimas Negras (João Mulungu). 2016. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=6yO8Q20rpTA>> acesso em 20 de julho de 2024.

SANTANA, Marlone. *Mulungu: uma história sobre resistência*. Disponível em :< <https://ajuplay.com.br/mulungu-uma-historia-sobre-resistencia/>>, acesso em 24 de julho de 2024.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE SERGIPE (SEDUC). *Currículo de Sergipe*. Disponível em: <<https://seduc.se.gov.br/curriculo-de-sergipe/>>. Acesso em: 10 ago. 2024.

@mlb_sergipe. Carrossel informativo: Afinal o que é o MBL?; 12/03/2023; Disponível em Instagram; <www.instagram.com/p/CpsHyPTObO7/?igsh=MTBtMHo5eW1mOTcxeg%3D%3D&img_index=1>; Acesso em 28/07/2024.

@mlb_sergipe. Imagem do símbolo da ocupação João Mulungu; João Mulungu presente; 06/12/2020; <<https://www.instagram.com/p/CIc1PxjpOp0/?igsh=MW1hMW9nemk2b2lqYg%3D%3D>>, acesso em 28/07/2024.

APÊNDICE A – A CRIAÇÃO DE UM HERÓI NEGRO SERGIPANO

A CRIAÇÃO DE UM HERÓI NEGRO

SERGIPANO



ANA
CARLA
DE
JESUS

H PROFHISTÓRIA **H**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

UFS

A CRIAÇÃO DE UM HERÓI NEGRO SERGIPANO

A importância da Representatividade no Ambiente escolar

Direção

Ana Carla de Jesus

Orientadora

Mariana Bracks Fonseca

Produção

Ana Carla de Jesus

Capa

Rafael Estranho

Projeto Gráfico

Francisco Xavier

Revisão Textual

Suellen Fernandes

2025



A você, professor, que transforma a educação em um ato de resistência e esperança. Que sua voz ecoe na construção de uma escola antirracista, onde cada estudante se veja, se reconheça e se sinta pertencente.

SUMÁRIO

Apresentação	6
1. Para início de conversa.....	8
2. João Mulungu: Trajetória de vida	10
3. A Criação de um Herói Negro sergipano	18
Movimento negro sergipano	19
4. O Legado de João Mulungu	22
Espaço Público	23
Musicas	25
História em Quadrinhos	29
Literatura	31
Movimento Social	36
5. Para Refletir e Agir	38
Referências	40

APRESENTAÇÃO

O movimento negro tem uma longa trajetória de resistência e luta por igualdade. Criar heróis negros faz parte dessa luta, pois representa tanto uma forma de resistência quanto de empoderamento. Como afirma Carvalho, “símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos” (Carvalho, 2017, p. 11).

João Mulungu, por exemplo, é um símbolo de resistência e é considerado por muitos o verdadeiro Herói Negro Sergipano. “O processo de ‘heroificação’ inclui necessariamente a transmutação da figura real, a fim de torná-la arquétipo de valores ou aspirações coletivas” (Carvalho, 2017, p. 15).

Trazer esse herói quilombola para a sala de aula pode ser uma ferramenta poderosa para fortalecer a identidade dos seus estudantes. Como destaca Kabengele Munanga (2012, p. 10), é essencial romper com a visão depreciativa do negro “para que se possam oferecer subsídios para a construção de uma verdadeira identidade negra, na qual seja visto não apenas como objeto de história, mas sim como sujeito participativo de todo o processo de construção da cultura e do povo brasileiro”.

Sabemos que a representatividade no ambiente escolar é fundamental para o desenvolvimento identitário. Em uma sociedade tão diversa como a nossa, cada aluno precisa se sentir visto, ouvido e valorizado. A ausência de referências positivas pode gerar sentimentos de exclusão e inferioridade.

Esta cartilha foi pensada para você, professor, que deseja incorporar João Mulungu ao seu trabalho pedagógico e enriquecer suas práticas com abordagens antirracistas. Aqui, você encontrará sugestões de atividades e ferramentas voltadas para os anos finais do ensino fundamental. Nosso objetivo é que este material contribua para a efetivação da Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e em todas as instituições de ensino fundamental e médio – públicas e privadas. Juntos, podemos tornar a educação mais justa, plural e transformadora.



1. PARA INÍCIO DE CONVERSA

Professor, inicie esta jornada propondo aos alunos uma análise dos elementos gráficos da capa da cartilha. Várias temáticas podem ser exploradas. Seguem algumas sugestões:

ATIVIDADE: Quem são eles? Reconhecendo Personagens Históricos Negros

Objetivo:

Levar os alunos a refletirem sobre a representatividade negra na história, identificando personagens que já ouviram falar e ampliando seus conhecimentos sobre suas contribuições.

ATIVIDADE: Desvendando os Símbolos Adinkra

Objetivo:

Apresentar aos alunos os símbolos Adinkra, sua origem e seus significados, levando-os a refletir sobre sua importância cultural e histórica na diáspora africana.

ATIVIDADE: O Simbolismo do Punho Cerrado

Objetivo:

Exibir o gesto do punho cerrado levantado, símbolo de luta, resistência e solidariedade, utilizado por ativistas dos direitos civis, incluindo os Panteras Negras.

DEBATE: A luta continua?

Proponha um debate sobre o racismo e como os movimentos atuais seguem na luta por igualdade.

HABILIDADES DA BNCC

(EF09HI04) Discutir a importância da participação da população negra na formação econômica, política e social do Brasil.

(EF69LP25) Posicionar-se de forma consistente e sustentada em uma discussão.

(EF09GE03) Identificar diferentes manifestações culturais de minorias étnicas como forma de compreender a multiplicidade cultural na escala mundial, defendendo o princípio do respeito às diferenças.

Após essas atividades, apresente aos alunos o personagem João Mulungu.

2. JOÃO MULUNGU: TRAJETÓRIA DE VIDA

O crioulo João, filho da escravizada Maria, nasceu no engenho Piedade, localizado em Itabaiana, provavelmente entre a segunda metade da década de 1840 e o início da década de 1850!

SUGESTÃO DE ATIVIDADE

- Peça aos alunos que pesquisem o significado de “**crioulo**”.
- Proponha uma discussão sobre os termos “**escravo**” e “**escravizado**”, analisando suas diferenças e implicações históricas e sociais.

Escravo ou Escravizado: qual usar?



Habilidades da BNCC

(EF06LP03) Analisar diferenças de sentido entre palavras de uma série sinonímica.

(EF08HI14) Discutir a noção da tutela dos grupos indígenas e a participação dos negros na sociedade brasileira do final do período colonial, identificando permanências na forma de preconceitos, estereótipos e violências sobre as populações indígenas e negras no Brasil e nas Américas.

João foi um dos inúmeros casos de africanos escravizados exportados daquela região. Ainda muito jovem, foi vendido a João Pinheiro de Mendonça, proprietário do engenho Mulungu, no Termo de Laranjeiras. A partir de então, “Mulungu” foi o

nome pelo qual João passou a ser identificado ao longo de sua vida.

Já Maria, mãe de João Mulungu, foi vendida para José Inácio do Prado, proprietário do engenho “Quindongá”, situado no município de Divina Pastora.

DICA

Utilize as informações para uma aula interdisciplinar de **História e Geografia** sobre a economia sergipana no século XIX.

INDICAÇÃO DE LIVRO – SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. **Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro**; Sergipe 1850/1930, Aracaju: Funcaju, 2000.

Habilidades da BNCC

(EF09HI04) Discutir a importância da participação da população negra na formação econômica, política e social do Brasil.

(EF07GE02) Analisar a influência dos fluxos econômicos e populacionais na formação socioeconômica e territorial do Brasil, compreendendo os conflitos e as tensões históricas e contemporâneas.

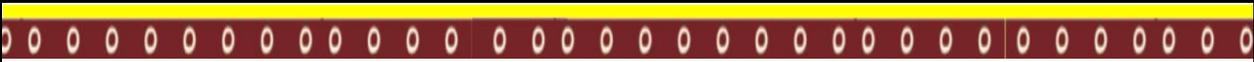
De acordo com documentos da época (*auto de perguntas* pertencente ao acervo do Arquivo Público do Estado de Sergipe), o crioulo João chegou à fazenda de seu novo senhor, onde passou a exercer a profissão de agricultor e a desempenhar outras tarefas determinadas por João Pinheiro. Entre essas atividades,

destacava-se a árdua função de alimentar a fornalha, um serviço extremamente pesado para João, que ainda era muito jovem e sentia sobrecarregado. Além disso, ele precisava lidar constantemente com os castigos impostos por seu senhor.

Inconformado com sua condição, João tentou buscar um novo destino. Fugiu de casa por duas vezes, mas não teve sucesso. João Pinheiro, por sua vez, deixava claro a possíveis compradores que não o venderia.

Sem suportar mais os maus-tratos, Mulungu tentou escapar novamente. Dessa vez, porém, seu objetivo não era encontrar outro senhor, mas "**entranhar-se pelas matas**" — era o ano de **1868**.

A decisão de fugir representou um divisor de águas na trajetória de João, que naquele momento já era conhecido como Mulungu. Sua fuga não foi apenas uma tentativa de libertação física, mas um ato de afirmação de sua própria liberdade. Aquele homem, que nasceu dentro de um sistema que predestinava seu futuro, mostrou que a história dos negros escravizados não era um caminho imutável. Eles souberam, de diversas formas, **agenciar suas vidas e (re)construir suas narrativas**.



PARA REFLETIR

A princípio, a história de João, um crioulo escravizado, parecia estar predestinada. Ele seria apenas mais um negro submetido ao trabalho compulsório vigente. No entanto, ao

romper as porteiras da fazenda, João decidiu reescrever sua própria trajetória.

Sugestão para o professor

Esse é um momento ideal para promover uma escuta ativa, na qual os alunos possam compartilhar suas histórias de vida. Em seguida, conduza uma reflexão para que percebam que, assim como João Mulungu, eles são protagonistas de suas próprias histórias.

Habilidades da bncc

(EF08HI14) Discutir a noção da tutela dos grupos indígenas e a participação dos negros na sociedade brasileira no final do período colonial, identificando permanências de preconceitos, estereótipos e violências sobre as populações indígenas e negras no Brasil e nas Américas.

(EF08HI20) Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil, discutindo a importância de ações afirmativas.

João Mulungu passou a viver aquilombado, junto a diversos outros escravizados. Durante esse período, ele estabeleceu relações afetivas com algumas de suas companheiras no quilombo. No entanto, a vida nesses espaços não se resumia à fuga. Havia também momentos de lazer, pois, como afirmam Reis e Silva, “a vida concreta dos escravos era algo como um jogo de capoeira – luta, música e dança a um só tempo. Quilombolas que reivindicam a liberdade para ‘brincar, folgar e cantar’; religiões de santos guerreiros e santos de paz” (Reis & Silva, 1999, p. 11).

Apesar da existência desses momentos de descontração, a vida aquilombada era desafiadora. Para se locomover, Mulungu costumava utilizar cavalos e, para se defender, fazia uso de diversas armas, como facões, facas, pistolas e espingardas, além de outros instrumentos adquiridos por meio de furtos ou negociações.

AULA GAMIFICADA

Etapas

1. Os alunos serão divididos em grupos, cada um representando uma comunidade quilombola.
2. Cada grupo receberá desafios relacionados à sobrevivência, à organização social e à cultura dos quilombos.
3. Os desafios envolverão perguntas sobre a história quilombola, a importância do lazer e da religião, além de atividades práticas, como a criação de uma dança ou de um canto.

Habilidades da BNCC

(EF69AR13) Investigar brincadeiras, jogos, danças coletivas e outras práticas de dança de diferentes matrizes estéticas e culturais como referência para a criação e a composição de danças autorais, individualmente e em grupo.

(EF09GE03) Identificar diferentes manifestações culturais de minorias étnicas como forma de compreender a multiplicidade cultural na escala mundial, defendendo o princípio do respeito às diferenças.

A existência de fugas de escravizados sempre foi reconhecida pelos senhores, que buscaram adotar medidas

eficazes para combatê-las. Quando esses fugitivos passaram a se reunir e foram vistos como uma ameaça, os grupos de repressão entraram em ação.

Para efetivar a prisão do escravizado João Mulungu, em 1873, o chefe de polícia enviou ao presidente da província um pedido para aumentar o número de praças destinadas à captura do quilombola.

A agilidade dos escravizados e as estratégias de sobrevivência que elaboravam contribuíram para a longevidade dos quilombos e para a frustração de diversas expedições repressivas. Esperteza, audácia, proteção e sorte não faltaram aos quilombolas de Sergipe Del Rey. As tropas tiveram que trabalhar exaustivamente para obter algum êxito.

Em 1876, o presidente da província, João Ferreira de Araújo Pinho, intitulou João Mulungu como “o mais audaz, chefe dos quilombolas sergipanos”. Talvez essa definição explique por que ele foi um dos escravizados fugitivos mais procurados, a ponto de as autoridades cogitarem que sua captura representaria o fim dos quilombos na província de Sergipe Del Rey.

No dia 18 de janeiro de 1876, a tropa recebeu notícias, consideradas fidedignas, sobre o paradeiro de Mulungu. Na madrugada do dia seguinte, os soldados chegaram ao local denunciado, o Engenho Flor da Roda, em Laranjeiras, e conseguiram efetuar a prisão.

João Ferreira de Araújo Pinho chegou a divulgar, em março de 1876, que Mulungu teria preferido ser enforcado em praça pública a voltar a servir seu antigo senhor. No entanto, até o final do ano, a documentação revela que ele ainda estava vivo, respondendo a processos em algumas regiões da província.

Segundo registros extraídos do mapa de crimes cometidos por escravizados, João Mulungu foi condenado, em 12 de abril de 1876, a um ano de galés. Após essa sentença, os documentos se tornam silenciosos quanto ao seu destino. Não se sabe ao certo se ele chegou a cumprir toda a pena e, caso tenha cumprido, o que ocorreu com ele posteriormente.



SUGESTÃO DE ATIVIDADE

Trabalhando com fontes documentais do século XIX

- Professor, este é um momento oportuno para desenvolver atividades de leitura e transcrição de fontes históricas. Os alunos podem ser levados ao Arquivo Público do Estado de Sergipe para analisar documentos originais, exercitando a interpretação de registros da época.

Trabalhando com história oral

- Mulungu não é apenas um personagem histórico; ele simboliza a resistência, a resiliência e a riqueza cultural da comunidade quilombola, contribuindo significativamente para a construção da identidade dos alunos.

Os estudantes podem realizar entrevistas com moradores da comunidade quilombola Maloca, investigando memórias, tradições e experiências transmitidas oralmente.



Antes da visita, recomenda-se exibir o documentário **“Quilombo Urbano – Maloca”** para contextualizar os alunos e enriquecer o debate.



Quilombo Urbano - Maloca

Habilidades da BNCC

(EF06HI02) Identificar a gênese da produção do saber histórico e analisar o significado das fontes que originaram determinadas formas de registro em sociedades e épocas distintas.

(EF07GE03) Selecionar argumentos que reconheçam as territorialidades dos povos indígenas originários, das comunidades remanescentes de quilombos, de povos das florestas e do cerrado, de ribeirinhos e caiçaras, entre outros grupos sociais do campo e da cidade, como direitos legais dessas comunidades.



3. A CRIAÇÃO DE UM HERÓI NEGRO SERGIPANO

O movimento negro em Sergipe reconhece Zumbi como o "herói da raça negra e das minorias". No entanto, alguns representantes vêm lutando pelo reconhecimento de um herói negro sergipano: o quilombola João Mulungu, que, na década de 1870, foi considerado o mais forte símbolo de resistência e liderança entre os quilombolas sergipanos.

Há mais de 30 anos, a Casa de Cultura Afro-Sergipana, liderada por Severo D’Acelino, desenvolve ações voltadas para a valorização, a cidadania e a preservação da memória do negro sergipano. João Mulungu foi escolhido como símbolo da luta contra a desigualdade racial.

Uma importante conquista desse movimento foi o reconhecimento oficial de Mulungu como Herói Negro, pela **Lei nº 407, de 8 de agosto de 1990**, em Laranjeiras. Dois anos depois, em Aracaju, a **Lei nº 1.856, de 14 de julho de 1992**, reafirmou esse reconhecimento e instituiu o **dia 19 de janeiro** — provável data da prisão de João Mulungu — como o **Dia Municipal da Consciência Negra**.

DEBATE

- Promova um debate em sala sobre a falta de ações voltadas para a celebração do Dia Municipal da Consciência Negra.

Habilidade da BNCC

(EF69LP25) Posicionar-se de forma consistente e sustentada em uma discussão.

MOVIMENTO NEGRO SERGIPANO

Severo D’Acelino



Segundo alguns estudiosos, o movimento negro em Sergipe surgiu em 1968, fundado por Severo D’Acelino. Possivelmente devido à repressão política vivida no país, a entidade – hoje conhecida como Casa de Cultura Afro-Sergipana – foi criada com o nome **Grupo Regional Amadorista de Arte Cênica Castro Alves**. Nesse período, ainda não havia uma reivindicação explícita relacionada à questão política dos negros, pois a forte repressão militar dificultava qualquer articulação nesse sentido.

SUGESTÃO DE ATIVIDADES

- Aborde o contexto da Ditadura Militar em Sergipe.
- Convide Severo D’Acelino para uma roda de conversa com os alunos.

Habilidade da BNCC

(EF09HI21) Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura.

O reconhecimento de figuras heroicas de comunidades marginalizadas contribui para dar visibilidade às suas lutas e conquistas. Isso é especialmente relevante em um país como o Brasil, cuja história é marcada por séculos de escravidão, racismo e desigualdade social. Reconhecer e celebrar heróis negros como João Mulungu representa um avanço significativo na valorização dessas trajetórias.

A inclusão de João Mulungu na narrativa heroica local não apenas amplia a compreensão da história, mas também fortalece a construção de uma identidade coletiva. O apagamento dessas histórias e memórias reflete um problema mais profundo: a desvalorização e marginalização sistemática das contribuições das populações negras na formação da sociedade brasileira.

SUGESTÃO DE ATIVIDADES

Reflexão Identitária – "Quem Sou Eu?"

Os alunos criarão um painel ou mural coletivo para expressar suas identidades raciais e culturais, destacando suas origens, referências e inspirações.

➔ **Antes da atividade:** Trabalhar previamente o conceito de identidade para ampliar a compreensão dos alunos.

Desafio "Heróis Negros da Minha Comunidade"

Cada grupo de alunos realizará uma pesquisa e apresentará figuras negras locais que tiveram impacto significativo na comunidade, destacando suas contribuições e legados.

Autoestima e Representatividade

Atividade de escrita reflexiva na qual os alunos discutirão como a valorização da história negra influencia a construção da identidade e da autoestima.

DICA DE LEITURA

Petrônio Domingues - João Mulungu: a invenção de um herói afro-brasileiro.



Petrônio Domingues

Habilidades da BNCC

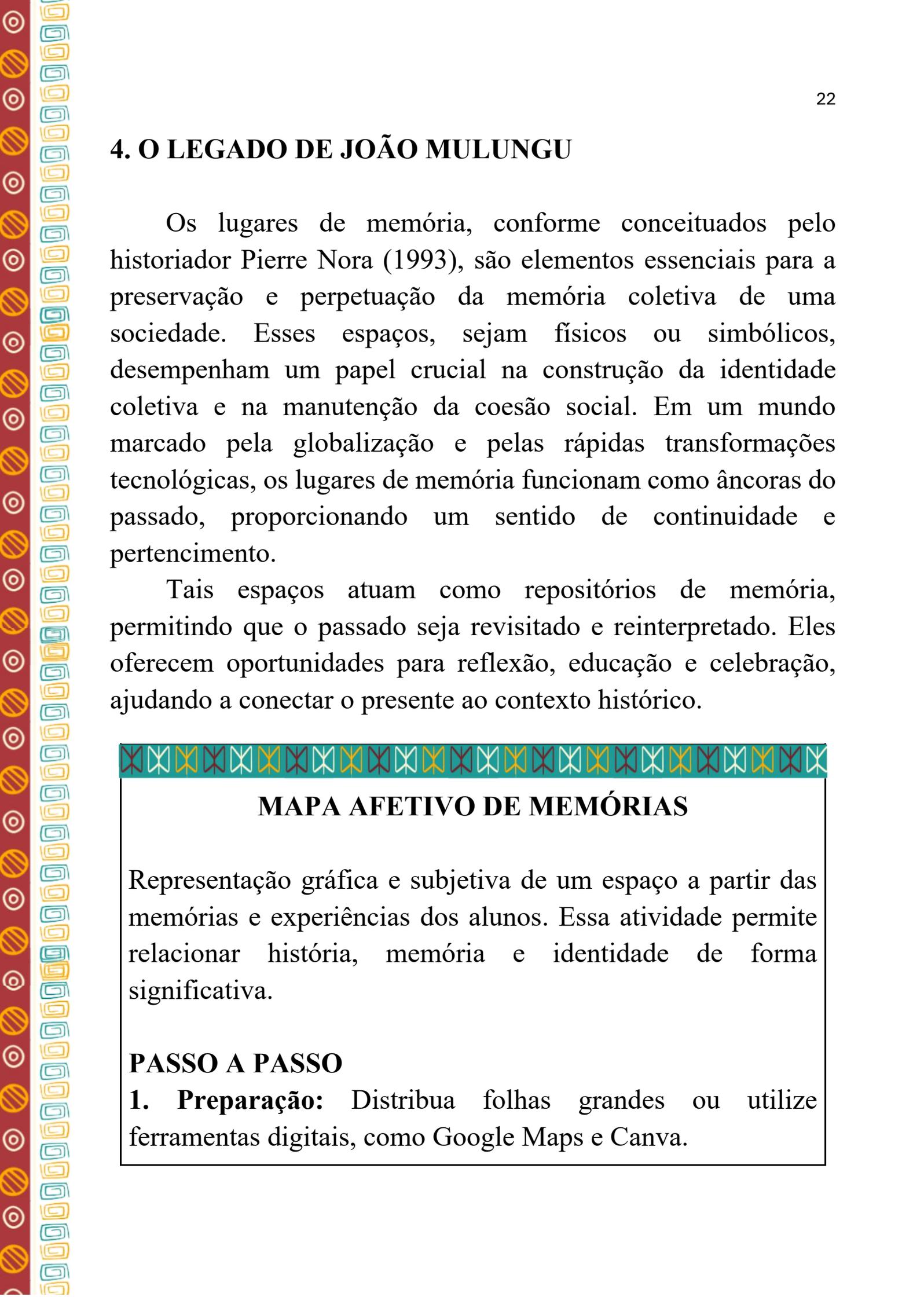
(EF08HI20) Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas.

(EF09HI36) Identificar e discutir as diversidades identitárias e seus significados históricos no início do século XXI, combatendo qualquer forma de preconceito e violência.

4. O LEGADO DE JOÃO MULUNGU

Os lugares de memória, conforme conceituados pelo historiador Pierre Nora (1993), são elementos essenciais para a preservação e perpetuação da memória coletiva de uma sociedade. Esses espaços, sejam físicos ou simbólicos, desempenham um papel crucial na construção da identidade coletiva e na manutenção da coesão social. Em um mundo marcado pela globalização e pelas rápidas transformações tecnológicas, os lugares de memória funcionam como âncoras do passado, proporcionando um sentido de continuidade e pertencimento.

Tais espaços atuam como repositórios de memória, permitindo que o passado seja revisitado e reinterpretado. Eles oferecem oportunidades para reflexão, educação e celebração, ajudando a conectar o presente ao contexto histórico.



MAPA AFETIVO DE MEMÓRIAS

Representação gráfica e subjetiva de um espaço a partir das memórias e experiências dos alunos. Essa atividade permite relacionar história, memória e identidade de forma significativa.

PASSO A PASSO

1. Preparação: Distribua folhas grandes ou utilize ferramentas digitais, como Google Maps e Canva.

2. Construção do mapa: Os alunos devem desenhar um mapa da cidade ou do bairro, destacando os locais que consideram importantes.

3. Associação de memórias: Em cada local, os alunos devem incluir símbolos, imagens, fotos ou palavras-chave que representem suas lembranças e vivências.

4. Diferenciação dos espaços: Oriente os alunos a distinguir locais de memória individual (exemplo: casa da avó) de locais de memória coletiva (exemplo: praça onde ocorriam festas tradicionais).

Habilidades da BNCC

(EF07GE09) Interpretar e elaborar mapas temáticos e históricos, inclusive utilizando tecnologias digitais.

(EF06HI02) Identificar a gênese da produção do saber histórico e analisar o significado das fontes que originaram determinadas formas de registro em sociedades e épocas distintas.

O herói negro sergipano João Mulungu passou a ocupar diferentes espaços na sociedade por meio da música, da Literatura, das manifestações culturais, do espaço público e até mesmo de um projeto cultural voltado à educação.

ESPAÇO PÚBLICO

Uma importante conquista ocorreu em Aracaju no dia 21 de novembro de 1989, por meio da **Lei Municipal nº 1.571**, que, em seu artigo 1º, determinou:

"Fica denominado 'LARGO JOÃO MULUNGU' o logradouro situado ao fundo do Colégio Francisco Rosa, entre as Ruas 'A' e 'A1', no conjunto Assis Chateaubriand (Bugio), nesta Capital."

A existência do Largo João Mulungu, um espaço público que homenageia um símbolo da resistência negra, possui um valor expressivo para o resgate da memória coletiva e para a construção e/ou consolidação de identidades. Esse reconhecimento em um local de circulação cotidiana reforça a importância de preservar a história e valorizar as lutas dos povos afrodescendentes.

RODA DE CONVERSA E DEBATE SOBRE RACISMO E MEMÓRIA

Questões para debate:

Por que é importante nomear espaços com referências negras?

O Largo João Mulungu é valorizado pela população?

Que outras figuras negras da cidade deveriam ser homenageadas?

Apresentar imagem do monumento "Formadores da Nacionalidade", situado na Orla de Atalaia e analisar as personalidades que fazem parte dele, bem como questionar ausências.

Habilidades da BNCC

(EF69LP25) Posicionar-se de forma consistente e sustentada em uma discussão.

(EF09HI03) Identificar os mecanismos de inserção dos negros na sociedade

brasileira pós-abolição e avaliar os seus resultados.

MÚSICAS

Gilroy (2001) argumenta que a música afro-diaspórica funciona como um poderoso veículo de comunicação de experiências compartilhadas e preservação da memória coletiva. Ele destaca como a música transcende barreiras nacionais e étnicas, dando origem a uma cultura atlântica híbrida que desafia as narrativas tradicionais de identidade e pertencimento. Para Gilroy, a música não é apenas um reflexo passivo das condições sociais, mas um agente ativo na construção de uma consciência negra transnacional.

Desafiando as narrativas convencionais e explorando o jogo de linguagem, a canção *Rimas Negras (João Mulungu)*, lançada em 2016 pela banda de rap **Rimas Periféricas**, exemplifica o papel da música como ferramenta de reivindicação, conscientização e preservação da memória.

RIMAS NEGRAS (João Mulungu)

Banda Rimas Periféricas

Senzalas, delegacias, presídios, navios negreiros
Escravidão que ainda perdura e quem sofre é sempre o negro
Sempre marginalizado, sem opção para mudar
Escravidão mudou de cara, nosso plano é acabar

E mais para o povo preto, em prol da libertação
De Estância à Palmares, resistência meu irmão
Mulungu vale lembrar: herói negro sergipano

O Zumbi das nossas terras combateu vários tiranos

Como fez o herói negro lá da Serra da Barriga
Resistência que orgulha, Palmares pátria querida
Palco de muita resistência, fez brilhar a união
Mulungu e rei Zumbi, são exemplos pra nação

Não se renda, nem se omita, tá na hora de lutar
Libertação pra nossa gente, eu não me canso de tentar
Foi chibatada, hoje é fantada, senzala, é morro meu irmão
Mãos pro alto opressor, resistência aqui brotou

E a resistência que aqui brota com certeza vai fluir
Mata uma, duas rosas, mas primavera a de vir
O povo preto no poder, o fim da escravidão
Com postura libertária negamos a servidão
Uruanha tem quilombo, no Porto lá tem também
Descendência quilombola, isso não nego para ninguém

Viu a mãe ser humilhada, espancada até a morte
Lutamos por liberdade, ideologia aqui é forte
Ninguém mais escravizado, sonhos de libertação
O herói negro sergipano resistiu firme na missão

Um orgulho, um exemplo, fez valer a sua cor
Vítima da traição, outro grande que tombou
Viveu em Laranjeiras, resistiu em todo estado
Era astuto e corajoso, um sergipano arretado

O opressor a gente aplaude, nossos heróis a gente esquece
Falta história para o meu povo de Estância e do Nordeste
Escravidão que ainda perdura, muitas vezes camuflada
Mas quem sente a realidade é o preto meu camarada

Lotando nossos presídios, mortos na periferia
Nosso cotidiano é humilhação e covardia, é hora de repensar
Escravidão nunca acabou, mudar a forma de atacar

Ainda é o mesmo opressor, burguesia que nos suga
 Que só quer nosso suor, criminaliza nossa erva
 Entope o nariz de pó.

Além do rap da banda Rimas Periféricas, alguns anos antes, em 2008, a banda de reggae Oganjah também homenageou o herói negro sergipano com o lançamento do álbum **musical** intitulado *Conclamamos João Mulungu*. A canção-tema recebeu o nome *Mulungu*.

Mulungu *Banda Oganjah*

Muitos foram eles vieram de lá (da África),
 Braçadas sobre o Atlântico empurrados pra cá (de lá pra cá).
 Reinos inteiros sendo partidos destrinchados,
 Caçados com cães e feitores,
 execrados, rabujo de cães mal feitores,
 Já que não tínhamos armas de fogo não alçaríamos voo de novo,
 Mas o fogo de nossas almas é sempre novo, mas o fogo de nossas
 almas arderá de novo,
 E de novo conclamamos Zumbi, e de novo conclamamos João
 Mulungu, Manuel Congo!

Essas canções não apenas sensibilizam sobre a realidade do racismo, mas também estimulam uma reflexão crítica e uma postura ativa contra a discriminação racial. Ao analisar e discutir suas letras, somos levados a pensar de forma crítica sobre a realidade social e as dinâmicas de poder. A história de João Mulungu, narrada através da música, torna-se um ponto de partida

para debates sobre racismo, resistência e a importância de reconhecer e valorizar a diversidade cultural. Essa prática contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico e para a capacidade de questionar e transformar a sociedade.

SUGESTÃO DE ATIVIDADES

Expressão Artística - Estimule a criatividade e dê voz às experiências dos alunos.

Após a análise das músicas, os alunos podem criar suas próprias rimas ou poesias sobre resistência, identidade negra e racismo. Organize uma batalha de rimas na escola ou um sarau para que eles apresentem suas produções.



Canção Rimas Negras Canção Mulungu

Habilidades da BNCC

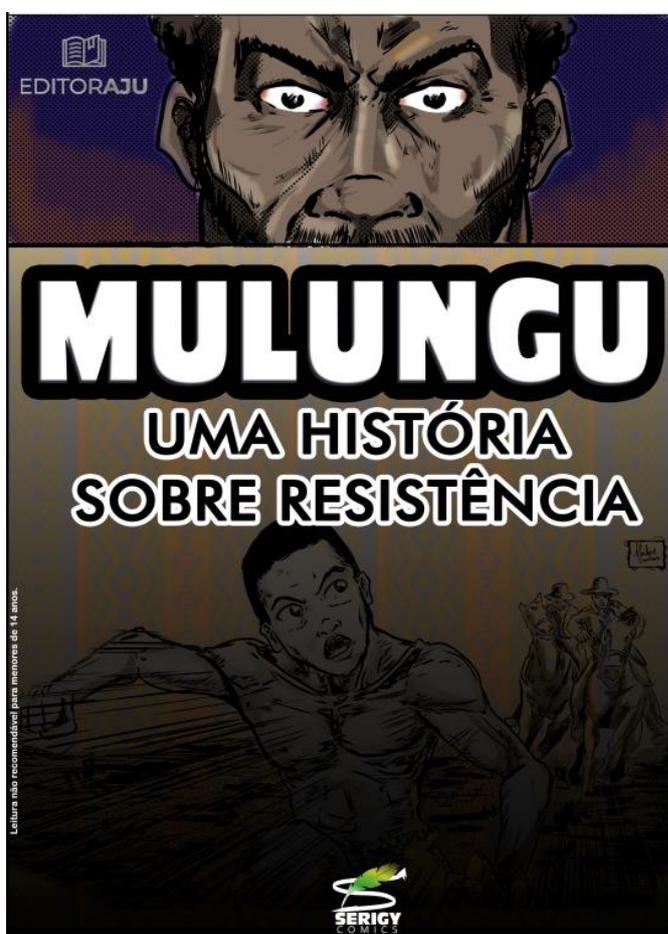
(EF09HI36) Identificar e discutir as diversidades identitárias e seus significados históricos no início do século XXI, combatendo qualquer forma de preconceito e violência.

(EF69AR19) Identificar e analisar diferentes estilos musicais, contextualizando-os no tempo e no espaço, de modo a aprimorar a capacidade de apreciação da estética musical.

HISTÓRIA EM QUADRINHOS

As histórias em quadrinhos (HQs) vêm ganhando crescente reconhecimento como uma valiosa fonte de pesquisa em diversos campos acadêmicos e culturais. Antes vistas apenas como entretenimento, hoje são apreciadas por seu potencial para abordar questões sociais, culturais, políticas e históricas.

O herói negro sergipano João Mulungu ganhou destaque em uma HQ lançada em 2018, intitulada *Mulungu: Uma História Sobre Resistência*. A obra de Marlene Santana tem 24 páginas, foi produzida e divulgada pela Serigy Comics e está disponível tanto em versão física, comercializada, quanto em formato digital gratuito, acessível pelo site da AjuPlay.



HQ “Mulungu: uma história sobre resistência”

O autor da história em quadrinhos alerta os leitores que a obra tem como objetivo “contar, de maneira fantasiosa, aspectos do folclore regional e brasileiro, fortalecendo suas tradições e trazendo ao público sergipano o conhecimento sobre a história de João Mulungu, considerado o Zumbi sergipano” (Santana, 2018, p.2).

O enredo da HQ desperta a atenção do leitor e, embora tenha um caráter fantasioso, permite que, por meio do personagem João Mulungu, sejam trabalhadas temáticas como escravidão, resistência, manifestações culturais e racismo.

SUGESTÃO DE ATIVIDADES

Representação e Expressão Artística

1. Organize uma exposição de desenhos inspirados na HQ. Produza uma performance teatral baseada na HQ *Mulungu: Uma História Sobre Resistência*.

Apresente aos alunos algumas manifestações culturais do estado de Sergipe, com destaque para o grupo São Gonçalo de Laranjeiras e sua relação com João Mulungu.



Dança de São Gonçalo

Habilidade da BNCC

(EF08HI20) Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas.

LITERATURA

A literatura tem o poder de eternizar histórias, tradições e memórias por meio das palavras. No vasto universo das letras, a figura de Mulungu emerge como um símbolo rico em significados. Por meio de cânticos, contos, poemas, poesias e cordéis, o personagem João Mulungu foi rememorado, sendo Severo D’Acelino um dos autores que mais se dedicou ao resgate e à preservação da memória desse herói negro sergipano.

- *João Mulungu: vida e morte de um negro herói sergipano (S.d)*

A obra, escrita em formato de cordel, traz a narrativa de Severo D’Acelino sobre a trajetória de João Mulungu, desde o nascimento até sua fuga, a formação de quilombos, sua captura, julgamento e morte. Nos versos finais, o autor ressalta como Mulungu continua sendo um exemplo de luta e resistência.

João Mulungu riu
E como um rei sutilmente agradeceu
Poucos entenderam, ele disse
Com seu corpo, expressão
Seu olhar e riso:
Nunca tive a vida
Como contemplação de mim,

Meu povo é minha vida
 E ela se multiplica
 Onde haja um negro
 Aí eu estou... A luta continua...
 E continuou
 Os ensinamentos e exemplos
 De João Mulungu se alastraram
 E perduraram até a chamada abolição
 Jurídica dos cativos(...) (D'Acelino, S.d, p.14).

- *Cânticos da Resistência (S.d)*

Severo D'Acelino, mais uma vez, exalta os feitos de Mulungu. A obra é dividida nos seguintes segmentos: *Negra Conceição: A Guerreira de Mulungu*; *João Mulungu: Herói da Resistência*; *Kintalé: O Pagode da Resistência*; e, por fim, uma seção intitulada "Adendos", onde se encontra o poema *Revisitação*, além da transcrição do auto de perguntas feitas a João Mulungu no momento de sua captura.

Quero todos os negros,
 Independente dos espaços de poder,
 Lutando na resistência e revitalização das tradições
 Culturais de nossa gente, sementes e raízes.
 Quero todos os negros,
 Na luta por liberdades, educação étnica,
 Reconstruindo sua identidade, lutando por cidadania plena,
 Respeitando o negro, a diversidade e diferença.
 (D'Acelino, S.d, p.33)



- *Resistência e Religiosidade do Negro Sergipano* (1994)
D’Acelino defende que

O sentido da resistência, produziu diversas vítimas, como também vários líderes negros em todos os níveis de atuações, muitos deles ainda anônimos pela ação arrogante do Estado e seus documentaristas e historiadores institucionais, que acham por bem bani-los da historiografia, para não gerar estímulos a formação de escola (D’Acelino, 1994, p. 5).

- *Panáfrica África Iya N’la* (2002)

Na última parte do livro, intitulada *Terceiro Manifesto*, Severo D’Acelino dedica-se a explicar a saga de João Mulungu. O texto apresentado nesta seção é o mesmo que, anteriormente, foi trabalhado em formato de cordel na obra *João Mulungu: Vida e Morte de um Negro Herói Sergipano*.

- *Cânticos de Contar Contos: Revisitação à Ancestralidade Afro Sergipana* (2019)

A história de vida de João Mulungu mais uma vez foi retratada na obra, em um capítulo intitulado *João Mulungu: Herói da Resistência*.

- *Uma escrita filosófica – Ode do pensamento inebriado: discursos e poemas* (2023)

Traz um poema em homenagem a João Mulungu chamado *Oh, Mulungum!*

19 de janeiro; dia de saudar, mobilizar, debater.
Negros chapa branca dificultam as nossas ações
E nos mantêm aterrorizados, reféns dos corruptos e
Dos seus partidos de aluguel.
Negociam nossas vidas, nossos corpos,
Nossas mentes e nosso querer.
Mulungu,
Há muitos negros e negras que nos negam.
Viram brancos para colher migalhas, mas são vítimas.
A lei sempre favorece aos brancos e poderosos.
Hoje não tem samba, não tem pagode.
Hoje é a vitória dos racistas e dos negros safados.
Hoje é a nossa realidade desenhada.
O Dia da Consciência do Negro Sergipano,
Numa homenagem a ti, João Mulungu.
Em ti, saudamos nossos ancestrais,
Arquivo humano, heróis, heroínas
Lideranças adormecidas na esperança de um despertar.

(D’Acelino, 2023, p.114-115).

ATENÇÃO, PROFESSOR!

A utilização desses textos pode servir como ponto de partida para discussões e debates em sala de aula. Por meio da análise e interpretação coletiva, os alunos têm a oportunidade de explorar diferentes perspectivas sobre eventos históricos, questionar narrativas oficiais e desenvolver uma compreensão mais aprofundada e crítica da história.

VARAL LITERÁRIO

Escolha trechos das obras citadas para analisar junto aos alunos. Em seguida, oriente-os a criar seus próprios cordéis ou poemas sobre Mulungu, resistência negra e identidade afro-brasileira.

Crie um varal literário com as produções dos alunos.

Habilidade da BNCC

(EF69LP44) Inferir a presença de valores sociais, culturais e humanos e de diferentes visões de mundo, em textos literários, reconhecendo nesses textos formas de estabelecer múltiplos olhares sobre as identidades, sociedades e culturas e considerando a autoria e o contexto social e histórico de sua produção.

DICA

Observe junto à equipe diretiva a possibilidade de adquirir as obras a serem utilizadas e disponibilizá-las na biblioteca da escola.

MOVIMENTO SOCIAL

Ilse Scherer-Warren (2003) define **o movimento social** como uma rede que conecta sujeitos e organizações, expressando diversidades culturais e identidades em constante construção, que busca reconhecimento na sociedade civil. De acordo com o autor, quando começamos a se formar redes que articulam um conjunto de organizações e indivíduos, podemos falar sobre a existência de um movimento social.

Dessa forma, é possível considerar o **Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)** como um movimento social. Em Sergipe, a MLB atua desde 2018, realizando ocupações para acolher famílias em situação de vulnerabilidade, garantindo acesso à moradia, educação, saúde e projetos culturais.

O MLB está à frente da **Ocupação João Mulungu**, que, a partir de novembro de 2020, reuniu cerca de 200 famílias sem teto em um prédio localizado na Avenida Ivo do Prado, no centro de Aracaju. Essas famílias, que estavam em situação de rua, saíram na ocupação uma alternativa para garantir um espaço digno para viver.

No entanto, em 2021, ocorreu uma reintegração de posse do prédio de forma violenta, obrigando as famílias a procurarem um novo local para morar. Atualmente, as famílias que ainda seguem na luta estão alojadas em um prédio situado na Rua Lagarto, pertencente à **Universidade Federal de Sergipe (UFS)**, que foi abandonado há mais de uma década.



SÍMBOLO DA OCUPAÇÃO JOÃO MULUNGU

SIMULAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE DIREITO À MORADIA

A turma deverá se dividir em papéis diferentes:

- Representantes da Ocupação João Mulungu
- Autoridades do governo
- Movimentos sociais
- Jornalistas

Cada grupo precisa defender seu ponto de vista em uma simulação de audiência pública.

Habilidades da BNCC

(EF69LP25) Posicionar-se de forma consistente e sustentada em uma discussão.

(EF89LP23) Analisar, em textos argumentativos, reivindicatórios e propositivos, os movimentos argumentativos utilizados (sustentação, refutação e negociação), avaliando a força dos argumentos utilizados.

(EF09HI25) Relacionar as transformações da sociedade brasileira aos protagonismos da sociedade civil após 1989.

5. PARA REFLETIR E AGIR

Para que o herói negro sergipano continue ocupando espaços, a educação desempenha um papel fundamental. A inclusão de histórias e contribuições de figuras negras no currículo escolar é essencial para promover o reconhecimento e a valorização de sua importância. É imprescindível que as instituições educacionais adotem uma narrativa inclusiva, refletindo a diversidade e a riqueza da história brasileira.

A presente cartilha, ao ser aplicada na prática, contribui para a efetivação da Lei 10.639/2003 e para uma educação decolonial e antirracista. Além disso, está homologado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e ao Currículo de Sergipe, que estabelecem competências essenciais, como: compreensão das identidades; análise do mundo social, político e cultural ao longo do tempo e do espaço; comparação de eventos históricos; construção de argumentos; e apresentação de ideias por meio de diversas linguagens. O objetivo é preparar os estudantes para participarem ativamente da sociedade, valorizando a diversidade entre indivíduos e grupos, e promovendo o respeito e o reconhecimento das diferenças étnico-raciais na construção de uma sociedade mais justa, solidária, responsável e democrática.

Professor, é fundamental repensarmos nossas práticas pedagógicas para garantir um espaço onde todos os estudantes, independentemente de sua cor, se sintam vistosos, valorizados e empoderados. A pesquisadora Bárbara Carine chama a atenção para a importância da representatividade ao afirmar: “Onde a gente não se vê, a gente não se pensa, não se projeta” (Pinheiro, 2023, p. 20).

Sabemos que os desafios são muitos, mas cada passo dado na construção de uma educação mais inclusiva e representativa faz a diferença na vida de nossos estudantes. Mesmo diante das limitações do sistema, enquanto professores, temos um papel transformador ao criar espaços de escuta, diálogo e valorização das identidades. Pequenas mudanças na prática pedagógica podem gerar grandes impactos, promovendo pertencimento e fortalecendo a autoestima dos alunos.

Que possamos, com coragem e compromisso, seguir ressignificando a educação, tornando-a um território onde todos consigam se autorregular, se projetar e se reconhecer como capazes de ocupar qualquer espaço que desejarem.



5. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC,2019.

_____ **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: História, Brasília, 1998.**

BRASIL.Presidência da República. **Lei 10.639/2003**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

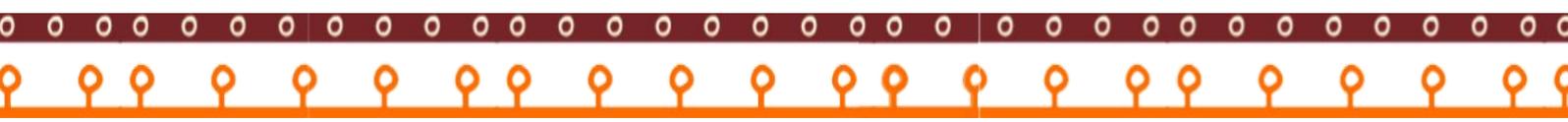
D'ACELINO. Severo **João Mulungum: vida e morte de um negro herói sergipano.** Série Memória Negra Sergipana; nº 01: GRFACACA.

_____ **Panáfrica África Iya N'La.** Aracaju: MemoriAfro, 2002.

_____ **“João Mulungu”.** Aracaju, s.d.

_____ **Cânticos da resistência,** Aracaju, s.d.

_____ **Resistência e Religiosidade do Negro Sergipano.**



_____ **Cânticos de Contar Contos: Revisitação à Ancestralidade Afro Sergipana.** Editora MemoriaAfro. Aracaju: J. Andrade, 2019.

_____ **Uma escrita filosófica – Ode do pensamento inebriado: discursos e poemas.** Editora MemoriaAfro. Aracaju: J. Andrade, 2023.

DOMINGUES, Petrônio. **João Mulungu: a invenção de um herói afro-brasileiro.** IN: História: Questões & Debates, Curitiba, volume 63, n.2, jul./dez. 2015. Editora UFPR, pp.211-255.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro. Modernidade e dupla consciência.** São Paulo: Editora 34. Trad. Cid Knipel Moreira. 2001.

JESUS, Ana Carla de. **Construindo a liberdade: entre conflitos e alianças quilombolas (re) inventam sua história na região da Cotinguiba (1870-1879).** 2008. 76p. Monografia (graduação em história) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, 2008.

NORA, Pierre. **“Entre memória e história: a problemática dos lugares”.** Projeto História, São Paulo, PUC, n. 10, 1993, pp. 7-28.

OLIVEIRA, Igor Fonsêca de. **João Mulungu, “o mais audaz, o chefe dos escravos fugidos” de Sergipe del Rey.** IN: Afro-Ásia, n. 66 (2022), pp. 240-272.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. 5ªed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

SCHERER-WARREM, Ilse. **Sujeitos e movimentos conectando-se através de redes**.IN:Política e trabalho, n.19, 2003,pp 29-37.

SUBRINHO. Josué Modesto dos Passos. **Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro**; Sergipe 1850/1930, Aracaju: Funcaju, 2000.

FONTES DOCUMENTAIS

Documentação expedida pela Secretaria de Segurança Pública

APES, SP¹, pacotilha 178, Ofício de autoria desconhecida, escrito da Vila de Divina Pastora, 29 jul. 1871.

APES, SP¹, pacotilha 178, Ofício de autoria desconhecida.

APES, SP¹, pacotilha 298, Ofício do delegado de Divina Pastora, alferes João Batista da Rocha, ao chefe de polícia de Sergipe, 10 jan. 1873.

APES, SP¹, pacotilha 301, Ofício do delegado de Japarutuba, Manoel Dias de Almeida, ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel

Maria do Amaral, 5 out. 1871; pacotilha 176, Auto de perguntas feitas à escrava Limôa, 9 nov. 1871.

APES, SP¹, pacotilha 346, Auto de perguntas feitas a Maximiano, escravo de José Nobre da Cunha, 29 jun. 1875.

APES, SP¹, pacotilha 298, Interrogatório feito delegado de polícia ao escravo José Maruim, em 25 de março de 1873. Documento anexado ao ofício do delegado de polícia de Divina Pastora, tenente Jeremias Roberto de Carvalho, para o chefe de polícia de Sergipe, Manoel José Espínola Júnior.

APES, SP¹, pacotilha 393, Ofício do tenente João Batista da Rocha Banha, ao chefe de polícia de Sergipe, dr. Manoel José Espínola Júnior, 7 ago. 1873.

APES, SP¹, pacotilha 393, Ofício do tenente João Batista da Rocha Banha ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel José Espínola Júnior, 4 set. 1873

APES, SP¹, pacotilha 373, Ofício do 1º suplente do delegado de Rosário, Ignácio Pascoal Santos, ao chefe de polícia de Sergipe, Alexandre Pinto Lobão, 10 jan. 1874.

APES, SP¹, pacotilha 346, Auto de perguntas feitas a Maximiano, escravo de José Nobre da Cunha, 29 jun. 1875.

APES, SP¹, pacotilha 393, Ofício do tenente João Batista da Rocha Banha.

APES, Câmara Municipal: correspondências expedidas e recebidas, atos, pareceres, ofícios e atas (CM³), pacotilha 39, Ofício do capitão comandante da diligência João Batista Rocha Banha ao chefe de polícia de Sergipe, dr. Vicente de Paula Cascaes Telles, 21 jan. 1876.

APES, SP¹, pacotilha 397, Auto de perguntas feitas ao escravo João Mulungu, 21 jan. 1876.

APES, SP¹, pacotilha 397, Auto de perguntas feitas ao escravo João Mulungu, 23 jan. 1876.

PROJETOS DE LEI

Projeto de Lei nº 60/1989.

Projeto de lei nº 04/1990

LEIS

Lei n. 1.517, de 21 de novembro de 1989. - Câmara Municipal de Aracaju.

Lei n. 407, de 08 de agosto de 1990. – Câmara Municipal de Laranjeiras.

Lei nº 1.858 de 14 de julho de 1992. - Câmara Municipal de Aracaju.

Lei nº 4.192 de 23 de dezembro de 1999. - Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe.

PROCESSO

Processo n. 108/95/CEC.

ACERVO ELETRÔNICO

MEMORIAL JOÃO MULUNGU
(mororialjmulungu.blogspot.com)>, acesso em 28/07/2024.

OGANJAH. “*Mulungu*”, CD Conclamamos João Mulungu. Aracaju: Produção independente, 2008. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=sigzYmQYw_k > acesso em 20 de julho de 2024.

PINHEIRO, Karla. ***Juiz concede liberdade a integrantes da ocupação João Mulungu.*** *Infonet*, 24 maio 2021. Disponível em: <<https://infonet.com.br/noticias/cidade/juiz-concede-liberdade-a-integrantes-da-ocupacao-joao-mulungu/>>.

Acesso em 28/07/2024.

RIMAS PERIFÉRICAS. Rimas Negras (João Mulungu). 2016. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=6yO8Q20rpTA>> acesso em 20 de julho de 2024.

SANTANA, Marlone. *Mulungu: uma história sobre resistência*. Disponível em :< <https://ajuplay.com.br/mulungu-uma-historia-sobre-resistencia/>>, acesso em 24 de julho de 2024.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE SERGIPE (SEDUC). *Currículo de Sergipe*. Disponível em: <<https://educ.se.gov.br/curriculo-de-sergipe/>>. Acesso em: 10 ago. 2024.

@mlb_sergipe. Carrossel informativo: Afinal o que é o MBL?; 12/03/2023; Disponível em Instagram; <www.instagram.com/p/CpsHyPTObO7/?igsh=MTBtMHo5eW1mOTcxeg%3D%3D&img_index=1>; Acesso em 28/07/2024.

@mlb_sergipe. Imagem do símbolo da ocupação João Mulungu; João Mulungu presente; 06/12/2020; <<https://www.instagram.com/p/CIc1PxjpOp0/?igsh=MW1hMW9nemk2b2lqYg%3D%3D>>, acesso em 28/07/2024.

